



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OLAIYLENNE DOS SANTOS GONÇALO

**ENTRE A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO: OS DISCURSOS SOBRE A
MATERNIDADE NAS PÁGINAS DA REVISTA DA SEMANA E DA FON-FON
(1930-1939)**

Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos
Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Veiga

JOÃO PESSOA-PB
2025

**ENTRE A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO: OS DISCURSOS SOBRE A
MATERNIDADE NAS PÁGINAS DA *REVISTA DA SEMANA* E DA *FON-FON*
(1930-1939)**

Olaisylenne dos Santos Gonçalo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Veiga
Linha de Pesquisa: Ensino de História e Saberes Históricos

JOÃO PESSOA - PB
2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

G635e Gonçalo, Olaisylenne dos Santos.

Entre a construção e a desconstrução : os discursos sobre a maternidade nas páginas da revista da semana e da fon-fon (1930-1939) / Olaisylenne dos Santos Gonçalo. - João Pessoa, 2025.
178 f. : il.

Orientação: Ana Maria Veiga.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História cultural. 2. Revista da Semana. 3. Revista Fon-Fon. 4. Discurso - Maternidade. I. Veiga, Ana Maria. II. Título.

UFPB/BC

CDU 930.85 (043)

OLAIYLENNE DOS SANTOS GONÇALO

**ENTRE A CONSTRUÇÃO E A DESCONSTRUÇÃO: OS DISCURSOS SOBRE A
MATERNIDADE NAS PÁGINAS DA *REVISTA DA SEMANA* E DA *FON-FON*
(1930-1939)**

Aprovado em 25/02/2025

BANCA EXAMINADORA

[REDAÇÃO DO NOME DA PRESIDENTE/ORIENTADORA] Profa. Dra. Ana Maria Veiga (Presidente/Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

[REDAÇÃO DO NOME DO MEMBRO EXTERNO] Profa. Dra. Susel Oliveira da Rosa (Membro externo)
Universidade Estadual da Paraíba (UFPB)

[REDAÇÃO DO NOME DO MEMBRO EXTERNO] Profa. Dra. Alômia Abrantes da Silva (Membro externo)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

JOÃO PESSOA – PB, 2025

À minha amada e inesquecível avó, Maria do Rosário Ferreira dos Santos (*in memorian*), que sempre me apoiou e inspirou, e cuja memória permanece a guiar o meu caminho, dedico com profundo amor e gratidão.

“Não existe a verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há nada que possa ser chamado mulher, mas somente relações de poder e de hierarquia socialmente construídas.”

(Ana Maria Colling, 2014, p. 27)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter tecido os fios do meu caminho em harmonia aos acontecimentos no tempo certo.

À minha amada avó (*in memorian*), por todo amor e dedicação em vida, mas que, para além do véu do tempo, segue sendo abrigo e fonte de renovação das minhas forças, sua existência para mim é eternidade.

Ao meu primo e irmão, Rivânio Reicardo, minha profunda gratidão por ser uma fonte constante de inspiração e por todo apoio. Agradeço a sua esposa Laís Albuquerque, por todo carinho e zelo. Obrigada a ambos pelo amor e por serem minha família!

Agradeço aqueles que neste período tornaram a minha jornada mais leve e significativa. Creio que cada um é colocado em nosso caminho no momento em que nossa alma precisa e vice-versa, em especial aos que compartilhei com mais intensidade esse tempo. Isadora, que, assim como tantos outros encontros, apareceu no momento exato e se tornou uma grande amiga. Cláudia, que, além da amizade, tornou-se uma irmã de alma, sendo presença constante e forte em minha caminhada. Wallice, cuja alma se entrelaça com a minha no mais puro amor e harmonia. E a Ray, que desde a graduação constitui grande parte da minha caminhada, suavizando-a com sua amizade.

Agradeço a todos os amigos e amigas aos quais não citei aqui, mas que guardo em meu coração, por me ensinarem a importância desses laços em nossa jornada. Sintam-se todos(as) abraçados(as)!

Agradeço à minha orientadora, Prof^a. Dra. Ana Maria Veiga, pela sua orientação e contribuição ao longo deste percurso.

Agradeço à Prof^a Dra. Susel Oliveira, que, para além dos laços profissionais, alcança a todos com o seu afeto. Tornando-se uma grande amiga, na qual cultivo intensa admiração, pela luz e humanidade que emana. Obrigada por ser abrigo nas tempestades da vida, ao lado de Mamã, a quem também agradeço por todo amor e carinho que me nutrem.

Agradeço à Prof^a Dra. Alômia Abrantes, por ter despertado em mim o amor pela pesquisa, com seu cuidado, dedicação e serenidade.

Agradeço em geral a todos os professores que fizeram parte da minha caminhada acadêmica até agora, eternos mestres, minha eterna gratidão e admiração!

RESUMO

O discurso da naturalização biológica determina a maternidade como algo intrínseco à natureza feminina, operando para que o materno não seja um aspecto questionado, considerando, dessa forma, a maternidade como um fator natural, não sendo influenciada pelos aspectos culturais, econômicos e políticos, que, nesta perspectiva, não passariam de epifenômenos. Por conseguinte, é gerada uma normatividade, na qual a “verdadeira mulher” se configuraria por meio do ser mãe e todas aquelas que destituíssem dessa normatividade, seriam consideradas como um desvio. Nesta pesquisa, proponho observar como a concepção materna que prevalece no Ocidente é um construto sociocultural interligado a interesses e necessidades sociais, analisando como os discursos maternos são formulados na *Revista da Semana* e na revista *Fon-Fon*, com o recorte temporal de 1930 a 1939. As análises terão como foco as práticas discursivas que envolvem a maternidade estabelecendo uma naturalização pautada no biológico, com ideais de completude e realização; e a construção do desejo maternal, caracterizado como instinto materno, através de atos performativos que se iniciam ainda na infância, perpassando toda a vida das mulheres. Incluindo a importância materna para o desenvolvimento político e econômico social, se tornando elemento central para formação do capital humano, configurando-se como um instrumento de poder, exercendo influência significativa nas dinâmicas sociais e, consequentemente, atuando como um mecanismo de regulação.

Palavras-Chave: Discurso. *Revista da Semana*. *Revista Fon-Fon*. Maternidade. Naturalização.

ABSTRACT

The discourse of biological naturalization determines motherhood as something intrinsic to female nature, operating so that the maternal is not a questioned aspect, thus considering motherhood as a natural factor, not being influenced by cultural, economic and political aspects, which, from this perspective, would be nothing more than epiphenomena. Consequently, a normativity is generated, in which the “true woman” is configured through being a mother, and all those who lack this normativity would be considered as a deviation. In this research, I propose to observe how the maternal conception that prevails in the West is a sociocultural construction linked to social interests and needs, analyzing how maternal discourses are formulated in *Revista da Semana* and *Fon-Fon*, with the temporal cut from 1930 to 1939. The analyzes will focus on discursive practices that involve motherhood, establishing a naturalization based on the biological, with ideals of completeness and fulfillment; and the construction of maternal desire, characterized as maternal instinct, through performative acts that begin in childhood, permeating women's entire lives. Including maternal importance for social political and economic development, it becomes a central element for the formation of human capital, configuring itself as an instrument of power, exerting significant influence on social dynamics and, consequently, operating as a regulatory mechanism.

Keywords: Discourse. *Revista da Semana*. *Fon-Fon magazine*. Maternity. Naturalization

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Revista da Semana	49
Figura 2: Fon-Fon	51
Figura 3: “Reflexões dispersas de Pedro Mac Cord”	55
Figura 4: A mulher, a intelligencia e o amor	56
Figura 5: Pensamentos (1)	57
Figura 6: Poeta e Philosopho	58
Figura 7: Baton & Rouge - Porque as mulheres se enfeitam... (1)	60
Figura 8: Baton & Rouge - Porque as mulheres se enfeitam... (2)	61
Figura 9: O Que Toda Mulher Deve Saber – Suas Tres Epcas	62
Figura 10: A felicidade e o imposto por Berilo Neves	63
Figura 11: Pensamentos (2)	63
Figura 12: O feminismo e a mulher (1)	64
Figura 13: O feminismo e a mulher (2)	65
Figura 14: Cumplices	67
Figura 15: Despertando para o mundo (1)	70
Figura 16: Despertando para o mundo (2)	71
Figura 17: Despertando para o mundo (3)	71
Figura 18: Os cegos recebem a luz da instituição	73
Figura 19: Brinquedos de Natal (1)	75
Figura 20: Brinquedos de Natal (2)	76
Figura 21: A velhinha no Asylo	78
Figura 22: Fandorine	80
Figura 23: Bonecas de hoje, filhas de amanhã (1)	82
Figura 24: Bonecas de hoje, filhas de amanhã (2)	84
Figura 25: Desabafo	89
Figura 26: Velha Solteirona” (Saibam todos...)	93
Figura 27: Solteirona	94
Figura 28: Lina (Saibam todos...)	95
Figura 29: A galinha solteirona (1)	96
Figura 30: A galinha solteirona (2)	97
Figura 31: A galinha solteirona (3)	98
Figura 32: A galinha solteirona (4)	98

Figura 33: A galinha solteirona (5)	99
Figura 34: A galinha solteirona (6)	99
Figura 35: A Obra do berço (1)	100
Figura 36: A Obra do berço (2)	101
Figura 37: Velha Solteirona (2)	102
Figura 38: Pensamentos (3)	102
Figura 39: Pensamentos (4)	103
Figura 40: A educação da creança deve começar no berço	108
Figura 41: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (1) ..	110
Figura 42: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (2) ..	111
Figura 43: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (3) ..	112
Figura 44: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (4) ..	112
Figura 45: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (5) ..	113
Figura 46: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (6) ..	115
Figura 47: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (7) ..	116
Figura 48: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (8) ..	116
Figura 49: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (9) ..	117
Figura 50: Consultório da Mulher (Maria S.) (1)	119
Figura 51: Consultório da Mulher (Maria S.) (2)	120
Figura 52: Pensamentos (5)	121
Figura 53: Viajar (Regulador Gesteira)	122
Figura 54: O ‘reajustamento de Adão e Eva (1)	123
Figura 55: O ‘reajustamento de Adão e Eva (2)	124
Figura 56: O ‘reajustamento de Adão e Eva (3)	125
Figura 57: O ‘reajustamento de Adão e Eva (4)	126
Figura 58: O ‘reajustamento de Adão e Eva (5)	128
Figura 59: O ‘reajustamento de Adão e Eva (6)	129
Figura 60: Consultorio da Mulher (M. A. F.)	130
Figura 61: Infancia, riso da vida! (1)	131
Figura 62: Infancia, riso da vida! (2)	132
Figura 63: Infancia, riso da vida! (3)	132
Figura 64: Infancia, riso da vida! (4)	132
Figura 65: Infancia, riso da vida! (5)	133
Figura 66: Infancia, riso da vida! (6)	133

Figura 67: Os bebés de hoje são os alicerces da raça	134
Figura 68: Como prospera o bebé (1)	136
Figura 69: Como prospera o bebé (2)	137
Figura 70: Cartilha das mães	138
Figura 71: Conselhos ás Mães (Inicio)	139
Figura 72: O Livro das mamães	140
Figura 73: As mães devem saber...	141
Figura 74: Leite Materno	142
Figura 75: Porque certas mães não devem amamentar	144
Figura 76: Os deveres de cada um para a felicidade do lar	145
Figura 77: Noticiario elegante	146
Figura 78: Julia Lopes/Maria Eugenia	147
Figura 79: Corrigenda (Lucio de Sousa para Martins Capistrano) (1)	150
Figura 80: Corrigenda (Lucio de Sousa para Martins Capistrano) (2)	151
Figura 81: A mulher (1)	152
Figura 82: A mulher (2)	153
Figura 83: A mulher (3)	155
Figura 84: A mulher (4)	156
Figura 85: A mulher (5)	157
Figura 86: Salvé Rainha! (1)	159
Figura 87: Salvé Rainha! (2)	160
Figura 88: Hymno ao Sol	161
Figura 89: Aristocracia feminina	162
Figura 90: Absolvição (1)	163
Figura 91: Absolvição (2)	164

Sumário

INTRODUÇÃO	13
1. MATERNIDADE: A CONSTRUÇÃO DE UM DESTINO “NATURAL”.....	23
1.1 Imperativo feminino: A biologização do corpo e a maternidade .	24
1.2 Os fundamentos da construção do mito do amor materno	28
1.3 Os Reflexos do Mito do Amor Materno no Brasil.....	38
1.4 A imprensa como elemento propagador de ideais	44
2 OS DISCURSOS SOBRE A MATERNIDADE: CONSTRUÇÃO E PROPAGAÇÃO NA <i>REVISTA DA SEMANA</i> E NA <i>FON-FON</i>.....	49
2.1 O instinto e o amor materno: a configuração da maternidade como identidade feminina.....	53
2.2 Infância e bonecas: da brincadeira à sutil construção materna ..	67
2.3 Formando mães: o disciplinamento e a instrução materna	79
2.4 As solteironas: um desvio da norma	86
2.5 A salvação da solteirona: a maternidade e a solteirona reabilitada	
100	
3. TECENDO FIOS DE PODER: POLÍTICA, ECONOMIA E RELIGIÃO NA CONFIGURAÇÃO DA MATERNIDADE	105
3.1 O papel materno na constituição do capital humano: entre o abdicar e a máquina do progresso	105
3.2 A Valorização da Criança e a Preparação da Mãe: Alicerces para a Ordem e o Progresso	130
3.3 Santas e Maternas: A Influência dos Discursos Religiosos na Idealização da Mãe.....	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS	166
REFERÊNCIAS.....	172

INTRODUÇÃO

A maternidade ainda permanece, nos dias atuais, tratada como algo inerente à natureza feminina, fundamentada em um instinto superior a qualquer outro fator, pois estaria inscrito em uma ordem natural e divina, o chamado instinto materno. Nessa perspectiva, partimos da inquietação acerca de como a permanência dessa concepção materna na nossa contemporaneidade se associa a um sentido de projeto de vida compulsório para as mulheres, ainda se impondo fortemente como uma norma, uma condição e até mesmo um destino associado a uma perspectiva natural e instantânea de completude, valorização, felicidade e realização pessoal de maneira generalizada, sedimentada como senso comum e acima de qualquer objeção.

O discurso da naturalização biológica ao estabelecer a maternidade como algo da própria “natureza feminina”, opera para que o materno não seja um aspecto questionado, visto que não teria como se questionar o “natural”. Dessa forma, a maternidade é tratada como um fator que não irá sofrer influência dos aspectos culturais, políticos e econômicos, visto que, os mesmos não passariam apenas de epifenômenos¹, submetendo as mulheres a um determinismo biológico que esquece as contingências sociais que constituem a vida feminina.

Nesse sentido, é gerada uma normatividade, na qual a verdadeira mulher possivelmente iria se constituir através do ser mãe, aquela que vive o seu destino natural e divino, alcançando plenitude, felicidade e valorização, conforme Tania Navarro-Swain (2000) intitula, o “verdadeiro sexo feminino”. E todas aquelas que se destinuem da “natureza” serão consideradas como um desvio dessa norma.

Segundo a historiadora e filosofa Elisabeth Badinter (1985), a concepção de maternidade que prevalece no Ocidente, é um construto sociocultural, resultante de toda uma fabricação e propagação de valores, significados, costumes e crenças, que estão interligados com interesses e necessidades sociais. Anteriormente ao século XVIII, as mães não tinham um vínculo profundo com os seus filhos, somente após esse século que o papel e a importância materna seriam modificados, por efeito da relevância que a criança adquire, tanto para o Estado quanto para a economia.

¹ Epifenômeno: [Filosofia] Fenômeno de pouca relevância que não produz qualquer efeito sobre outro ao qual está associado. EPIFENÔMENO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em <https://www.dicio.com.br/epifenomeno/>. Acesso em 06/06/2024.

Nessa conjuntura, devido a centralidade na criança, fez-se necessário que as mães se aproximassesem de seus filhos e vivessem um amor oblativo, no qual o “ser mãe” agora deveria ser o seu papel central. Esse entendimento, descontrói a concepção de que a maternidade e o instinto materno estariam inscritos em todas as mulheres, mas, sim, que são percepções moldadas conforme o contexto social.

Postas essas reflexões iniciais, essa pesquisa se propõe a investigar como a maternidade era abordada na *Revista da Semana* e na revista *Fon-Fon*, com o recorte temporal de 1930 a 1939, pois ambas as publicações já estavam cedendo em suas páginas lugar a assuntos considerados femininos², tendo como foco de análise as práticas discursivas que se entrelaçam e configuram os objetivos da sociedade em questão. Dessa forma, a maternidade será problematizada como dispositivo de controle dos corpos das mulheres, dando ênfase às narrativas que remetem a aspectos associados à naturalização, à valorização maternal e aos âmbitos político e econômico³.

Com os objetivos de identificar as formas como a maternidade e temas correlatos emergem nos discursos presentes nesses periódicos; problematizar o uso da maternidade como dispositivo de controle sobre a conduta de vida das mulheres, se tornando aspecto constituinte da sua identidade; e analisar como as práticas discursivas em relação à maternidade operacionalizam interesses do Estado e da sociedade burguesa no Brasil nesse período, constituindo práticas e valores acerca dos corpos femininos.

Isto posto, tal investigação se dá no campo de convergência do uso dos impressos como fontes históricas. Neste caso, a *Revista da Semana* e a *Fon-Fon*, ambos periódicos do Rio de Janeiro, que circularam na primeira metade do século XX, mas que possuíam um amplo alcance, até mesmo fora do estado em que foram publicados, e que serão melhor abordados adiante.

Para tal propósito, optamos por uma abordagem qualitativa e discursiva, almejando uma análise e uma compreensão capazes de integrar a questão do significado e da intencionalidade de forma imanente às relações, aos atos, às

² O termo “feminino” se refere aquilo que se entende como intrínseco às mulheres. Designando qualidades e comportamentos convencionalmente atribuído as mesmas, sendo elaborados pelo conjunto da civilização que acaba por qualificar de um jeito “feminino”. Ver Simone de Beauvoir, 1967.

³ Essa dissertação é parte dos resultados do Projeto MANDONAS: memórias, políticas e feminismos no Cone Sul (1980-2020) – CNPq processo nº 404662/2021-8.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

estruturas sociais, abordando essas estruturas tanto no seu princípio, quanto na sua transformação como significativas construções humanas, como nos propõe Maria Cecília de Souza Minayo (2007).

Nesta pesquisa, o gênero é proposto como categoria analítica. E, para uma melhor compreensão desse processo e de seus significados, torna-se importante atinar para a abordagem de gênero como uma ferramenta de análise e as suas conexões com a História das Mulheres. A História das Mulheres está internamente associada com o movimento feminista do século XX. A partir de questionamentos referentes à universalização masculina na sociedade, notou-se a necessidade de reivindicação da categoria “mulher” dentro das reivindicações feministas (Joan Scott, 1995).

Com o avançar do tempo, das lutas e das pesquisas, tornou-se evidente que a categoria “mulher” no singular não abrangia a diversidade de “mulheres”. Por conseguinte, o termo “mulher” foi substituído pelo termo “mulheres” para melhor refletir a pluralidade de experiências, vivências e identidades femininas (Pedro, 2005).

Dessas análises e reflexões surge a categoria de gênero nas últimas décadas do século XX, e dentro da escrita da História das Mulheres, instituiu-se e passou a ser utilizada a perspectiva do gênero como categoria de análise histórica. Segundo Joana Maria Pedro (2005, p. 86), “[...] assim como, no movimento feminista, foi do interior da categoria mulheres que surgiu a categoria gênero, foi também entre as historiadoras que estavam escrevendo sobre história das mulheres que a categoria de análise ‘gênero’ passou a ser utilizada”.

O gênero se constitui como elemento construtivo das relações sociais, sendo identificado como uma construção social e ideológica, ligada à cultura, à política e às relações de poder que transpassam esses domínios. Ao fazer o uso do gênero como categoria analítica, a pesquisa se concentra em identificar e analisar os discursos e as narrativas utilizados para criar, sustentar e justificar a construção e a necessidade de um tipo ideal de mulher, e a estigmatização daquelas que não se configuram nesse.

Compreendemos ainda o gênero (Veiga; Pedro, 2019) como a construção de uma identidade, na qual é produzida e estabelecida através da repetição de atos. Longe de ser uma identidade fixa e imputável, o gênero é formulado a partir de atos descontínuos, gerando concepções retificadas e naturalizadas, sobressaindo a constituição da identidade e se tornando uma ilusão convincente, um objeto de crença (Judith Butler, 2018).

A maternidade é uma concepção construída através de diversos atos ao longo do tempo, se tornando um papel social e cultural naturalizado e delimitado a todas as mulheres. Atos performativos específicos constroem a identidade materna e constituem o “ser mãe” esperado e valorizado socialmente; atos de sacrifício e devoção, cuidado e carinho integrais fazem parte da formulação da identidade “mãe” que constitui e gera a possível identidade feminina.

Assim como a identidade de gênero, a identidade materna se torna intensamente naturalizada por meio das repetições dos atos associados à mesma, uma performatividade gerando a ilusão de que as habilidades como o amor, o cuidado, o suplício, o sofrimento, a devoção e a aptidão nas tarefas referentes à criança, são inatos a todas as mulheres, e não somente isso, mas que elas, por natureza, executariam melhor a função da maternagem⁴. As mulheres também internalizam e propagam esses ideais e esses comportamentos, pois a repetição desses atos leva à concepção de que essas ações advêm do instinto materno.

Por conseguinte, são originados um controle e uma normatização, no qual estabelece uma forma correta de “ser mãe”, assim sendo, não apenas aquelas que não são mães estarão destituídas da natureza, mas inclui-se também aquelas que não se encaixam nos padrões estabelecidos, que são concedidos por meio do instinto. Essa visão, impossibilita que outras formas de maternidade sejam compreendidas, gerando uma centralidade, que deixa nas margens diversas experiências e vivências que não se enquadram, como a maternidade não biológica, solo, LGBTQIAPN+, os arranjos familiares não convencionais, de pessoas que têm útero e gestam, entre tantas outras.

Por isso, a importância de questionarmos a centralização e a concepção materna tradicional. Para que assim, indagando os atos performativos que a constituem, possamos perceber que se tudo é uma construção, também pode ser desconstruído, permitindo a inclusão dessas diversidades e gerando a compreensão da maternidade em suas singularidades.

Isso nos leva à análise de como as noções de gênero estão intrinsecamente ligadas às representações do corpo e, através de uma perspectiva da História Cultural, analisar como as construções socioculturais de gênero, em específico no que se

⁴ Maternagem é a capacidade de cuidar que se faz presente em todos os seres humanos, podendo ser exercida individualmente ou coletivamente, como ocorre em várias etnias indígenas brasileiras e grupos afrodescendentes (Valeska Zanello, 2018, p. 143).

refere à maternidade, influenciam as práticas e as representações, não só do corpo feminino, mas da própria concepção da identidade.

À vista disso, é importante destacar que a pesquisa se insere no campo da História Cultural, devido o interesse pelas práticas discursivas que irão ser inscritas e propagadas através da imprensa e que constituem sentidos para as práticas e representações da sociedade em questão. Recolocando a noção de discurso no centro da História Cultural, ou seja, dando relevância aos aspectos discursivos da vida sociocultural, considerando que as práticas discursivas e a própria linguagem formam a substância da vida social e constituem uma noção mais abrangente de Cultura. Conforme Barros,

A própria linguagem, e as práticas discursivas que constituem a substância da vida social, embasam esta noção mais ampla de cultura. Nas últimas décadas do século XX houve a emergência de uma Nova História Cultural, dialogando com as noções complementares de “práticas” e “representações” (Barros, 2003, p. 146).

Desde as possibilidades abertas pela Nova História Cultural⁵, o corpo se tornou construto, sendo resultado temporário de diversas pedagogias que o constituem, não deixando de ser perpassado por um poder disciplinar e regulador, que almeja criar as suas representações e definir restrições e permissões, normas e desvios, instituindo princípios e condutas que devem conduzir o coletivo social. E através da análise da representação social do corpo, temos um dos muitos caminhos de acesso à estrutura de uma sociedade em questão (Rodrigues, 1979).

As representações que permeiam o corpo podem sofrer mudanças, conforme as necessidades sociais, podendo também ser necessário modificar suas práticas discursivas, como é o caso da maternidade, em que antes da valorização da criança e da centralização da família nuclear burguesa, situadas no contexto de transição para a modernidade, não se via a obrigação de cuidado pessoal e integral da mãe para com a criança, o enaltecimento do amor materno, a valorização das funções referentes ao mesmo ou a normatização naturalizada de um modelo de mãe baseado nesses princípios.

Todavia, precedentemente a esses fatores, fez-se necessário gerar discursos que propagassem a naturalidade maternal e um modelo restritivo e específico de ser mãe.

⁵ Ver Honor, 2005.

Ao corpo se aplicam, portanto, crenças e sentimentos que estão na base da nossa vida social e que, ao mesmo tempo, não estão subordinados diretamente ao corpo. O mundo das representações se adiciona e se sobrepõe a seu fundamento natural e material, sem provir diretamente dele. As forças físicas e as forças coletivas estão simultaneamente juntas e separadas (Rodrigues, 1979, p. 46).

Por seu turno, Guacira Louro (2008) mostra que tanto a construção do gênero como a da sexualidade, como inscrição corpórea, advém de diversas aprendizagens e práticas sociais, operacionalizadas pelas tecnologias e mídias contemporâneas, de forma que esses meios se tornem como a autora intitula potentes “pedagogias culturais”. Incluo nesta afirmação a imprensa, ressaltando a importância de suas publicações, que se constituem como instrumentos para a concretização e propagação de significados que irão estabelecer sentidos para as percepções, práticas e crenças sociais e que aqui envolvem a maternidade e que ganham permanência ainda em nossa contemporaneidade.

Principalmente em uma sociedade fundamentada em uma concepção ocidental, eurocêntrica e patriarcal, os corpos femininos são ainda mais constituídos de representações. Ademais, os corpos das mulheres são transpassados por silêncios, que pesam também sobre a capacidade reprodutora feminina, caracterizada como impessoal, generalizando-a e tirando toda a sua individualização e singularidade e consequentemente o poder de escolha, em outras palavras, naturalizando-a.

Como nos mostra Michelle Perrot (2003, p. 13) “Há muito que as mulheres são as esquecidas, as sem-voz da História. O silêncio que as envolve é impressionante. Pesa primeiramente sobre o corpo, assimilado à função anônima e impessoal da reprodução”. Mesmo com a possibilidade atual de escolha, que também não se aplica a todos os casos, o olhar naturalizado da concepção materna, presente ainda de forma intensa na sociedade, não deixa de criticar, questionar e associar a incompletude, a infelicidade e a intensa solidão àquelas que não vivem a maternidade. Nesse sentido, aqui a imprensa é caracterizada como produtora, além de aliada e porta voz dessas narrativas discursivas.

Toda essa conjuntura é permeada pelas relações de poder que englobam a sociedade. Os discursos presentes nas revistas são balizados pela política de gênero em associação com as instâncias que ali possuem o poder. Dessa forma, faz-se imprescindível enfatizar que as relações de poder que aí se investem são

compreendidas no sentido atribuído por Michel Foucault (1979), quando afirma que o poder não é somente repressivo, mas também produtor de saberes e verdades.

O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 1979, p. 11).

Dessa maneira, o poder possui uma vinculação direta com a construção do que é considerado verdadeiro em um corpo social, ou seja, o estatuto da verdade é influenciado e até mesmo produzido pelo poder. Os discursos, como vimos, estão em conformidade com as relações de poder, por isso, nessa pesquisa, a análise dos discursos tornou-se uma ferramenta indispensável. Considerando-o através dos estudos de Foucault, no qual a “ordem do discurso” de um período específico desempenha um papel fundamental na determinação de regulamentações e normas, asseverando práticas, moldando e significando a interpretação do real (Judith Revel, 2005; Foucault, 1996).

O poder, assim, transcende o mero controle coercitivo e assume uma dimensão produtiva na construção da realidade e da compreensão da realidade. Dessa maneira, a maternidade é configurada como um instrumento de controle social, com discursos disciplinadores e normativos, determinando o que é considerado como legítimo, utilizados para manter as mulheres em seus lugares sociais preestabelecidos pelas instâncias de poder, sejam elas sociais, econômicas ou políticas, resultando na estigmatização dos “desvios” através de discursos depreciativos.

A maternidade é considerada através do poder de gerar manter e controlar a vida, instituído no Ocidente desde a época clássica. Esse poder emerge a visão do corpo, concentrando-se em vê-lo como uma máquina, buscando ampliar suas habilidades e qualidades, e posteriormente considerando o corpo como espécie, instituindo-se o início da era do biopoder e da dominação sobretudo por meio de métodos disciplinares (Foucault, 1988).

[...] o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação (Foucault, 1987, 164).

E para tanto, é necessária a configuração e articulação dos grandes aparelhos do Estado. Com isso, pela primeira vez na história, o biológico ecoa no político, e o poder estatal se responsabiliza pela vida por meio de tecnologias políticas que investem sobre corpo, a saúde, as formas de se alimentar e morar, em suma, todo âmbito da existência humana.

Essa perspectiva encontra expressão na teoria do capital humano desenvolvida por Foucault (2008). Analisando os sujeitos como ativos econômicos, dotados de um potencial de habilidades e competências que podem ser explorados pela lógica capitalista e para fortalecimento da Nação. Essas capacidades, formam e classificam o indivíduo, podendo ganhar diversos investimentos por meio da saúde, da educação, de treinamentos ou de outras formas de aperfeiçoamento.

Assim acontece com os discursos presentes na imprensa periódica, que ganham investimentos, se associam e são associados a instituições; a leis, devido o já citado interesse do Estado para com a maternidade; a enunciados científicos, principalmente no período aqui estabelecido, visto que, é uma época de projeto precoce de modernidade, ligada às marcas da cientificidade e do higienismo; intensivamente aos valores morais, gerando diversas críticas para as mulheres que não seguissem o padrão maternal determinado. Sendo assim, esses aspectos tornavam a vivência materna como uma espécie de controle sobre as mulheres, compreendendo a maternidade como um dispositivo de controle da vida feminina, conforme o que Foucault nos mostra sobre o conceito de dispositivo:

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (Foucault, 1979, p. 216).

Com efeito, a partir dessas ponderações pode-se notar que os discursos produzidos pelo poder formam uma intrincada rede que abarca toda a sociedade, configurando regimes de verdade propagados através dos dispositivos (Foucault, 2014). Nesse contexto, o dispositivo é a complexa teia que se tece entre os diversos elementos que compõem o corpo social. Entre esses elementos, o discurso ocupa um lugar fundamental, sendo uma das ferramentas centrais que compõe o dispositivo de

poder. Por meio do discurso; ideias, crenças e valores são disseminados e internalizados pela sociedade, moldando as identidades individuais e coletivas.

Para compreender o funcionamento do dispositivo, Deleuze (2016) aponta três grandes dimensões evidenciadas por Foucault em suas obras, são elas: o saber, o poder e a subjetivação, que ao se entrelaçarem formam uma estrutura dinâmica. A primeira dimensão, o saber, implica não somente na organização dos conhecimentos, mas na legitimação do que é considerado verdadeiro, como debatido anteriormente, enquanto alguns saberes são caracterizados como “conhecimento oficial”, outros são desqualificados. A segunda dimensão, se refere ao poder, no qual os dispositivos não somente configuram o que é considerado verdadeiro, mas criam formas de controle e de regulação dos sujeitos. A terceira dimensão se volta para a produção desses sujeitos, revelando um aspecto ainda mais profundo, visto que o poder atua de forma a influenciar a própria maneira com que os indivíduos se percebem e posicionam no mundo, eles internalizam as normas e os discursos e passam a regular a si mesmos e a outros.

A maternidade pode ser compreendida como um dispositivo, uma vez que está inserida em uma intricada rede de elementos diversos que buscam moldar e regular as experiências das mulheres como mães, atravessando e definindo as suas vidas, para além do âmbito materno.

Os discursos e os saberes advindos dos campos como a biologia, a educação, a política e a religião operam para normatizar o que significa ser mãe, legitimando um tipo específico de maternidade, desde os primeiros anos de vida das futuras mulheres isso é feito de uma forma acentuada, mas sutil, de maneira que elas próprias começam a se moldar e a se cobrar para estarem inseridas nesse estereótipo singular, além de solicitar a outras mulheres que se tornem mães e estejam também dentro desse padrão.

Partindo para a análise dessas revistas, ela ocorreu através da Biblioteca Nacional Digital Brasil, na busca de palavras-chave como “maternidade”, “materno”, “instinto materno” e “mães”. Identificando e analisando as publicações que se relacionavam com a temática e com a problematização desta pesquisa. Em paralelo com a análise dos periódicos, foram sendo feitas fotografias das publicações identificadas, para que assim ficassem registradas, facilitando tanto a análise quanto a problematização de cada uma posteriormente, associando-a com a pesquisa

bibliográfica levantada, ou seja, com as leituras teóricas e o embasamento historiográfico acerca das questões aqui abordadas.

Posto isso, no primeiro capítulo abordaremos de início a construção de discursos biológicos que fundamentam a naturalização e a predestinação para a maternidade de forma universal, baseando-se tanto no instinto materno quanto, posteriormente, no amor materno. Observando como esses discursos provenientes do processo colonial moldam e constituem a concepção materna em nossa sociedade, ganhando permanências e ressignificações presentes na atualidade. Por fim, demonstrando como a imprensa se torna propagadora e porta-voz dos discursos que formulam essa concepção

No segundo capítulo, trataremos de iniciar as análises das publicações propriamente ditas. Primeiramente, contextualizando e apresentando de forma detalhada ambas as revistas aqui analisadas, as primeiras análises são referentes à naturalização maternal pelo biológico, como razão da existência das mulheres, constituindo-se como identidade feminina. Após isso, foi buscado demonstrar como o “ser mãe” é uma construção iniciada ainda na infância, se insinuando de forma suave e sutil, em que os brinquedos irão performar e contribuir, principalmente através do uso de bonecas pelas meninas, condicionando e instruindo para a futura função materna. Adentrando após a infância, na preparação mais intensa e pragmática de disciplinamento das atividades referentes ao maternar. E por fim, será tratado das solteironas, consideradas como um desvio da norma e um perigo social, por não viverem a maternidade.

No terceiro capítulo, trabalharemos três especificações que se entrelaçam ao discurso materno. A economia, que controla os meios de produção e os recursos, na qual engloba todos os indivíduos e define as suas condições de vida, os aspectos sociais e culturais. A política, que estrutura o poder e as instituições que a ela pertencem, organizando a sociedade por meio de leis, decretos, direitos e deveres, profundamente perpassados por interesses e intencionalidades. Os discursos religiosos que, por sua vez, delineiam as concepções, as identidades, e a moralidade social, constituindo uma visão não só de si, mas comunitária. Para assim, considerarmos a maternidade como peça central do capital humano e instrumento de poder social.

1. MATERNIDADE: A CONSTRUÇÃO DE UM DESTINO “NATURAL”

Em uma sociedade amplamente moldada por uma perspectiva ocidental, eurocêntrica e patriarcal, os corpos femininos estão envolvidos por uma miríade de representações que os configuram, definindo-os e restringindo-os. “Nosso corpo tem muito pouco de nós mesmas. Ele é simplesmente um resultado de discursos e de práticas. Ele é, portanto, um efeito histórico” (Ana Maria Colling, 2014, p. 180).

Essas representações, por sua vez, estabelecem papéis sociais e funções específicas, muitas vezes justificadas por argumentos que se fundamentam no biológico, se tornando uma construção social poderosa, moldada por discursos científicos, culturais, pedagógicos, religiosos e filosóficos, os quais reforçam a ideia de que as mulheres possuem um papel extremamente delineado, distinto dos homens.

A maternidade se constitui como papel da “vida feminina”, no qual todas as mulheres desde o seu nascimento estariam submetidas. O interesse para com os corpos e a função orgânica feminina se acentuou, para que assim pudesse ser criado um argumento fundamentado na própria natureza, que a transformasse em um destino incontestável.

Não obstante, a missão não era apenas justificar a maternidade por vias biológicas, mas também criar um ideal de mães que fosse seguido por todas as mulheres. O amor materno vem para sancionar essa nova construção maternal, chamando atenção para algo que antes não prevalecia: a valorização, o enaltecimento e a naturalização desse amor.

O mito do amor materno adentra a sociedade com objetivo definido: docilizar os corpos femininos para que assim pudessem cuidar dos seus filhos com devoção, sacrifício e devotamento total. Isso devido à centralidade e à importância social e econômica que as crianças iriam adquirir, em função das diversas transformações ocorridas na transição para a modernidade, nas formas de produção, na economia, no Estado e no interesse pelo crescimento demográfico, pois se tinha a necessidade de gestar, manter e controlar a vida, para que, assim, pudesse se sustentar o crescimento econômico e manter a estabilidade política.

Dessa forma, neste capítulo iremos perscrutar como os discursos biológicos fundamentam a predestinação para a maternidade, incluindo na natureza feminina o instinto e o amor materno. Notando como esses discursos advindos da colonização contribuem para constituir e moldar a nossa sociedade, com concepções que até hoje

configuram o nosso cotidiano. Percebendo como a imprensa contribui na propagação de ideais e convicções, e apresentado as fontes que aqui serão utilizadas.

1.1 Imperativo feminino: A biologização do corpo e a maternidade

A construção desse discurso referente a uma “natureza feminina”, remete suas origens à Grécia Antiga, na qual pensadores como Aristóteles caracterizaram as mulheres como biologicamente, intelectualmente e moralmente inferiores aos homens. Um dos argumentos utilizados seria justamente o da sua capacidade reprodutiva, pois, como as mulheres geravam seres humanos, teriam mais dificuldade em formular conceitos e em pensar (Colling, 2014).

Durante a Idade Média, o pensamento aristotélico ainda seria a ótica de compreensão do mundo; interligado ao cristianismo, promoveria um potente enlace entre o discurso filosófico e o religioso. A interiorização feminina se sustentaria, acreditando-se que o pecado adveio ao mundo por meio de uma mulher e de sua sexualidade, tornando todas as mulheres seres indignos de confiança e fazendo-se necessário mantê-las sempre sob a vigilância masculina. No entanto, em contraposição à imagem dessa mulher, Eva, considerada como uma mulher corrompida, criou-se a imagem da Virgem Maria, a figura da mãe, aquela que deveria servir de exemplo e guia para todas. Se Eva fez com que as mulheres adentrassem o pecado, condenando todas as suas descendentes, a Virgem Maria edificaria a possibilidade da redenção (Pissinati, 2017).

A concepção da inferioridade e submissão feminina direcionou a cultura ocidental por séculos, e consequentemente a nossa, configurando uma hierarquia, designando às mulheres a esfera privada. Já no século XVIII, o corpo feminino era destinado exclusivamente à maternidade.

Se recuarmos no tempo à procura da construção inicial deste discurso, da “natureza feminina”, constataremos que ele foi definido pelos gregos no início da cultura ocidental, pensamento que condicionou nossa cultura, sofrendo várias inflexões até o século XVIII, quando o corpo feminino é destinado unicamente como “apto para a maternidade”, para a reprodução. A normatização da definição médica cruza-se com uma preocupação política do Estado: a do interesse pela saúde dos seus cidadãos, a necessidade de cidadãos úteis e racionais (Colling, 2014, p. 44).

Por isso, essa destinação do corpo feminino para a maternidade é melhor compreendida quando situada no contexto do século XVIII, na já citada preocupação

política do Estado, pois nota-se que a criança adquire tanto um valor mercantil, devido à consolidação do sistema capitalista, quanto um valor patriótico, percebendo-se a importância da população para um país.

Nessa polifonia de sentidos, diversos discursos se articulam para configurar, não somente a naturalização maternal, mas também criar um ideal de mãe, com isso as práticas discursivas referentes ao corpo feminino aumentam, o argumento amparado no biológico a partir do século XVIII, ganha uma nova perspectiva, agora baseado nas diferenças sexuais. O conceito de diferença aqui abordado fundamenta-se nos estudos do historiador, sexólogo e escritor americano Thomas Laqueur. Em suas pesquisas, Laqueur (2001), analisa que desde o século XVIII, ocorreu uma mudança na forma como o corpo feminino e o corpo masculino eram compreendidos.

Precedentemente ao século XVIII, predominava o modelo de pensamento na existência de apenas um sexo, portanto, considerava-se que homens e mulheres possuíam a mesma formação orgânica, em que as diferenças só eram encontradas na localização das genitálias, que no caso feminino era no interior do corpo.

Thomas Laqueur nos mostra que na hierarquia baseada em uma inferioridade feminina, no período de compreensão de apenas uma formação corporal, o gênero era difundido de pelo menos duas formas diferentes: ativo/passivo, com forma/sem forma, isto é, existiam pelo menos dois “sexos sociais”, nos quais os direitos e as obrigações, profundamente díspares, eram baseados.⁶

[...] pelo menos dois gêneros correspondem a apenas um sexo, onde as fronteiras entre masculino e feminino são de grau e não de espécie, e onde os órgãos reprodutivos são apenas um sinal entre muitos do lugar do corpo em uma ordem cósmica e cultural que transcende a biologia (Laqueur, 2001, p. 41).

Contudo, doravante ao século XVIII, os corpos não foram mais reconhecidos pelas suas semelhanças, mas sim pelas suas diferenças. Essa mudança de percepção, todavia, não se constitui somente a partir das novas descobertas científicas ou dos novos avanços empíricos consideráveis, mas esses fatores já se articulam devido à necessidade social, político e econômica de não somente reconhecer essas dissemelhanças, mas buscar comprovações e dar intensa ênfase às mesmas.

⁶ Ler o capítulo dois, “Destino é anatomia”, em Laqueur, 2001.

Assim, as dissemelhanças passaram a ser evidentes e funcionais. Dizemos funcionais, pois, embora fosse possível manter a ideia de uma única formação corpórea, a necessidade era realmente dar relevância aos argumentos de distinção, devido a terem se tornado importantes para o cenário da época.

Havia, portanto, evidência científica para apoiar a visão amiga, caso isso fosse culturalmente relevante. Por outro lado, só houve interesse em buscar evidência de dois sexos distintos, diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre o homem e a mulher, quando essas diferenças se tornaram politicamente importantes. Só em 1759 é que alguém se importou em reproduzir um esqueleto feminino detalhado num livro de anatomia para ilustrar suas diferenças do esqueleto masculino. Até essa época havia uma estrutura básica do corpo humano, e essa estrutura era masculina. E quando as diferenças foram descobertas elas já eram, na própria forma de sua representação, profundamente marcadas pela política de poder do gênero (Laqueur, 2001, p. 21 e 22).

A consolidação de uma hierarquia social agora se dava através de um único âmbito, o da natureza, utilizada constantemente como justificativa para afirmar as desigualdades de gênero. À vista disso, as relações, funções e papéis sociais atribuídos aos homens e às mulheres foram naturalizados, suas identidades foram fundamentalmente conectadas à crença de que o sexo biológico deve ser congruente com a identidade de gênero, entre um biológico entendido como natural e um esquema de atribuições sociais a ele ligado. Devido a essa congruência, o espaço que constitui a dualidade entre o feminino/masculino acaba definindo uma norma que é continuamente rearticulada.

Relevante lembrar, que a partir desse momento, uma intensa fabricação, entre o XVIII e o XIX, de discursos médicos, filosóficos, pedagógicos, dentre outros, que se referiam às mulheres e à sua sexualidade, foi operacionalizada, pois segundo Laqueur (2001), se tinha uma intensa e recorrente preocupação, em especial por parte dos médicos, de se compreender os “enigmas” e os “mistérios” que envolviam e formavam o ser feminino⁷.

O discurso médico exerceu e exerce um grande papel no estabelecimento da maternidade não só como uma função social, mas, para além disso, um destino. Os médicos estavam preocupados em desvendar os mistérios que não só rodeavam o corpo, mas que constituíam uma natureza própria, “a natureza feminina”. “O discurso

⁷ Como presente na publicação intitulada de *Anthologia Contemporanea* encontrada na *Revista da Semana* (1940, ed. 00033, p. 35).

médico é sempre invocado para justificar o papel conferido à mulher na família ou na sociedade" (Colling, 2014, p. 78).

Através desse conjunto de discursos, o útero é designado como órgão exclusivo do ser feminino, que então representa o centro das diferenças. Conforme Patrícia de Freitas (2008, p. 174), "o útero constituiu-se, a partir desta leitura, como órgão exclusivo do sexo feminino". Não obstante, o útero ocupa uma posição ainda maior na vida das mulheres, não somente sendo considerado o órgão exclusivo do ser feminino, ele é definido como o órgão que dá identidade a elas e que controla, de maneira proeminente, as suas vidas; em outras palavras, ele seria o grande controlador, não só da organização física feminina, mas também da sua organização psicológica, em que todas as suas funções físicas e emocionais iriam depender unicamente e exclusivamente desse útero, resumindo as mulheres a um órgão. Essa centralidade as reduz também à sua função reprodutora (Anne Cova, 2011).

Os órgãos reprodutivos passaram de pontos paradigmáticos para mostrar hierarquia ressonantes através do cosmo ao fundamento da diferença incomensurável: "as mulheres devem seu temperamento aos seus órgãos reprodutivos, especialmente ao útero", conforme disse um médico do século XVIII (Laqueur, 2001, p. 189).

Ademais, o útero também possuía uma característica patológica, ou seja, ao mesmo tempo em que ele controlava toda a vida feminina, ele era também uma fonte de intermináveis males e doenças, se estabelecendo assim como o *locus* do adoecimento feminino⁸. Nesse sentido, surge a ideia de que as doenças são expressões da própria natureza feminina, como Fabíola Rohden (2001, p. 30) lembra, que, conforme são mulheres, são doentes também porque são mulheres. Dessa maneira, o feminino transita entre os limites de sua fisiologia e de sua patologia, um corpo preenchido de instabilidade, e que por esse motivo deveria ser constantemente regulado e controlado.⁹

Nesse contexto, a maternidade entra como uma necessidade para salvaguardar a integridade física e psicológica das mulheres, mais que um objetivo de

⁸ Como exemplo, cito aqui um anúncio do Regulador Gesteira, presente na *Fon-Fon*, no qual apresenta diversas doenças localizadas em todo o corpo feminino de distintos sintomas e que teriam a sua origem no útero, gerando assim, um catálogo de doenças de males advindos desse órgão. Encontrado em: *Fon-Fon* (1933, ed.025, s/p).

⁹ Parte das reflexões aqui apresentadas sobre essa temática deriva do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), "Os males que vêm do útero": *Corpo e sexualidade das mulheres em impressos (1930-50)*, realizado por mim, entre os anos de 2021 e 2022, sob a orientação da Profª. Dra. Alômia Abrantes, financiado pelo CNPq.

vida, agora ser mãe se transforma, também, em uma demanda para poder controlar a inconstância de sua natureza, tornando-se uma condição fundamental para própria existência feminina.

Diante dessas intervenções científicas, o corpo feminino foi tomando uma dimensão de interesse e se moldando, num processo de construção e de inquietações. Ao mesmo tempo que esse corpo de mulher era dócil, podia também ser débil, tornando-se, assim, perigoso. Foi nesse sentido que o corpo feminino ganhou relevo nas investidas médicas, que tentavam enquadrá-lo num modelo “predestinado” à maternidade (Mirtes de Moraes, 2021, p. 44).

Essas formulações de discursos ganham grande expansão, estabelecendo a maternidade como algo inscrito na natureza feminina e operando para que o materno não seja um aspecto questionado, visto que não teria como se questionar o “natural”. Tratando da maternidade como um fator que não irá sofrer influência dos aspectos culturais, políticos e econômicos, que não passariam apenas de epifenômenos, submetendo as mulheres a um determinismo biológico que esquece as contingências sociais.

No entanto, os discursos de naturalização e destinação não eram suficientes para a necessidade maternal da época, nesse contexto, as articulações de outras práticas discursivas foram imprescindíveis. Fazia-se indispensável não só que as mulheres se tornassem mães, mas que se tornassem “verdadeiras mães”, cuidassem dos filhos pessoalmente, com uma dedicação intensa e integral, associada a atos de sacrifício e devotamento. Para alcançar esse ideal, foi introduzido um novo discurso, o do amor materno.

1.2 Os fundamentos da construção do mito do amor materno

O enaltecimento do amor materno é algo relativamente recente na história da civilização ocidental, configurando esse vínculo das mães para com os filhos como natural e instintivo, sendo um mito originado por meio de diversos discursos, sejam eles filosóficos, médicos, morais, religiosos, dentre outros, a começar do século XVIII (Solange de Moura; Maria de Fátima Araújo, 2004).

Não se trata aqui de afirmar que as mães não tivessem amado aos seus filhos precedentemente à propagação do amor materno a partir do século XVIII, mas o que

não se via era essa valorização, naturalização e universalização da forma como estava sendo pregado esse tipo de amor.

A historiadora e filosofa Elisabeth Badinter é referência de um amplo estudo sobre o “mito do amor materno”, por esse fator, ela será constantemente citada. Badinter analisa o amor materno no contexto eurocêntrico e patriarcal de sua criação, todavia, no tópico seguinte proponho visualizarmos como esse mito chega e firma raízes em nossa sociedade por meio da colonização.

Em suas pesquisas, a autora não sugere que o amor materno tenha sido uma invenção do século XVIII. Salientando que, quando uma sociedade não valoriza certo sentimento, sua importância pode ser diminuída, levando-o ao desaparecimento ou à negligência. Assim dizendo, isso não significa que o amor materno tenha se tornado impossível em dada época, mas que a forma com que ele é tratado ou valorizado pode influenciar sua presença ou sua ausência na vida das pessoas.

Podemos também lembrar a atitude das camponesas de Montaillou que, na aurora do século XIV, embalam, acariciam e choram os filhos mortos. Esse testemunho mostra simplesmente que, em todos os tempos, houve mães amantes e que o amor materno não é uma criação do século XVIII ou do século XIX. Isso, porém, não prova de modo algum que tenha sido uma atitude universal (Badinter, 1985, p. 85).

No século XVII e em boa parte do século XVIII era de aceitação comum que as mães entregassem os seus filhos para as amas de leite e cuidadoras, mesmo que isso significasse menos chances de sobrevivência. Segundo Costa (1983, p. 256), “o mais provável, porém, é que as mães ignorassem que a amamentação materna fosse vital à sobrevida dos filhos”.

A prática de contratar as amas-de-leite é antiga na França, visto que, em Paris, no século XIII, já se tem a abertura da primeira agência de amas. A entrega dessas crianças, muitas das vezes, se dava poucos dias depois de seu nascimento, ou até mesmo, poucas horas depois.

Inicialmente, ao que os estudos de Badinter (1985) apontam, a amamentação mercenária até o século XVI só era procurada pela aristocracia. Com relação à burguesia parlamentar, observa-se que as mães do século XVI amamentavam os seus próprios filhos, no entanto, no século XVII a prática de deixar a criança na casa de uma ama-de-leite se propaga também entre essa classe.

Quando se chega ao século XVIII, o envio dessas crianças para essas casas de amas se difunde por todas as classes da sociedade urbana, dos mais ricos aos

mais pobres; seja nas grandes ou nas pequenas, entregar os seus filhos aos cuidados específicos e exclusivos de uma ama é estabelecido como um fenômeno generalizado.

1780: o tenente de polícia Lenoir constata, não sem amargura, que das 21 mil crianças que nascem anualmente em Paris, apenas mil são amamentadas pela mãe. Outras mil, privilegiadas, são amamentadas por amas-de-leite residentes. Todas as outras deixam o seio materno para serem criadas no domicílio mais ou menos distante de uma ama mercenária (Badinter, 1985, 19).

Para que seja gerada uma compreensão do porquê da disseminada entrega dessas crianças, explicações sociais e econômicas são evocadas. Para as mães que tinham a necessidade de trabalhar era inviável que as mesmas passassem o seu tempo se dedicando ou amamentando os seus filhos, principalmente nos trabalhos em que as mulheres estavam propriamente ligadas, dependendo delas para que o trabalho fosse mais lucrativo, como as mulheres operárias e artesãs, que se classificam como umas das maiores fornecedoras de crianças para as amas mercenárias.

Ainda segundo Badinter, nos trabalhos ligados à alimentação, também não era diferente; as mulheres que normalmente ficavam responsáveis pelo açougue ou padaria não poderiam destinar esse tempo aos seus filhos, sendo muito mais rentável entregá-los para serem criados por uma ama, do que contratar um trabalhador, mesmo que de pouca qualificação. Esses dados também ajudam a notar que o salário que muitas amas recebiam eram paupérrimos, devido a isso se dava a compreensão das condições das crianças que lhes eram entregues.

Para os casais mais pobres, a chegada de um filho representa uma ameaça à própria subsistência, desse modo, não se tem alternativa, a não ser abandoná-lo:

Para os casais mais pobres da sociedade, o filho chega a ser uma ameaça à própria sobrevivência dos pais. Não lhes resta, portanto, outra escolha senão livrarem-se dele. Seja abandonando-o num orfanato, o que, como veremos, não lhe dá grandes possibilidades de sobrevivência, seja entregando-o à ama menos exigente possível, o que também não lhe aumenta muito a probabilidade de viver; ou seja, finalmente por uma série de comportamentos mais ou menos tolerados, que levavam a criança rapidamente para o cemitério (Badinter, 1985, p. 50).

O objetivo não é afirmar que todas essas mulheres entregaram seus filhos fizeram-no por falta de amor; se as mesmas viviam em um estado de carência moral e física, [...] como o amor e a ternura teriam podido expressar-se nessa situação

catastrófica?" (Badinter, 1985, p. 51). Esses exemplos, cuja autora nos elucida, não tratam de querer uma comprovação da inexistência do amor materno, uma vez que ela não o nega, em vez disso, sugere que, no máximo, o instinto de sobrevivência se sobressai ao instinto materno.

No entanto, essa justificativa não cobre totalmente a questão. Se as mães priorizavam outras atividades, isso diz respeito não só às circunstâncias econômicas e materiais, mas também à atitude em comum da sociedade, que não valorizava a criança no âmbito familiar. Além de que, havia uma pequena burguesia trabalhadora, na qual as mulheres poderiam economicamente conduzir-se de outra forma, isto é, tinham a possibilidade de cuidar de seus filhos sem interferências econômicas; nessa conjuntura é incorporada uma explicação de fator social.

Se essas mulheres possuíam alternativas econômicas diferentes, por que mesmo assim, optavam por ações que prejudicassem o bem-estar da criança? Nesse caso, torna-se importante considerar que essas mulheres eram influenciadas pela ideologia dominante, a criança não estava fincada como figura central na família, lugar este, destinado ao esposo, estabelecendo que as suas necessidades ou interesses fossem colocados acima dos da criança.

A opção dessas mulheres (já que economicamente podiam agir de outra maneira) era determinada pela influência da ideologia dominante. A autoridade do pai e do esposo domina a célula familiar. Fundamento econômico e chefe moral da família, ele é também o seu centro: tudo deve girar em torno dele (Badinter, 1985, p. 52).

Todavia, outra categoria de mulheres é analisada por Elisabeth Badinter, uma categoria cujos valores econômicos não tinham influência e os valores tradicionais sociais não adquiriam uma relevante intervenção. Inobstante a isso, elas também entregavam seus filhos às amas-de-leite; essa categoria de mães é de grande importância nas análises, "[...] pois é a partir de seu comportamento, sendo elas as mais livres, que poderemos questionar com mais segurança a espontaneidade do amor materno" (Badinter, 1985, p. 52).

Até o século XVIII, a criança não ocupava na família o lugar de ascensão e valorização em que estamos habituados a ver. Philippe Ariès, historiador medievalista francês, referência nos estudos da família e da infância, argumenta que nem sempre se teve a percepção da infância como compreendemos hoje, para o autor, na Europa medieval e no início do período moderno a infância não era considerada como uma

época dissemelhante à vida adulta, assim, as crianças eram vistas como pequenos adultos, podendo compartilhar das mesmas atividades.

Conforme Le Goff (2007) essas ideias foram muitas vezes mal interpretadas, levando à compreensão equivocada de que Ariès teria afirmado que os pais na Idade Média não amavam os seus filhos. Le Goff (2007, p. 59) elucida que, embora o amor dos pais, em especial o materno, estivesse presente na Idade Média, ocorreu uma mudança no lugar simbólico da criança; nesse período a criança não ocupava a posição quase divina que veio a obter posteriormente nas sociedades modernas. Sendo assim, Ariès notou algo crucial, a promoção simbólica e cultural da criança no decorrer do tempo.

O importante aqui é compreendermos que a concepção da infância como conhecemos hoje começou a se constituir a partir do século XVI, e sobretudo no decorrer do século XVII, mas ainda não encontrava grande significância; é justamente no século XVIII que essa noção atinge o seu apogeu, influenciando na criação do mito do amor materno (Ariès, 1986).

Devido à falta de relevância social conferida à criança, consequentemente, a maternidade de intensa devoção não tinha a mesma posição de reconhecimento ou valorização, justificando a falta de interesse daquelas mulheres que não estavam submetidas aos fatores econômicos ou aos valores tradicionais.

Aliás, o pouco interesse que esses cronistas demonstraram pelas mães amantes, ou dedicadas, tende a provar que esse amor não tinha então um valor social e moral. Isso mostra que sobre essas mulheres privilegiadas não pesavam nem ameaças, nem culpabilidade de nenhum tipo. No máximo poderíamos ver nelas um caso inteiramente excepcional de atitude espontânea. Pois se a "moda" não era a maternidade, elas contribuíram muito para difundi-la, mesmo que, em fins do século XVIII, dela se considerassem vítimas (Badinter, 1985, p. 58).

Dentro de toda essa conjuntura, se as taxas de mortalidade infantil eram altíssimas, como justificar o instinto do amor materno natural e universal, sendo que “Na França dos séculos XVII e XVIII, a morte da criança era coisa banal? Segundo os dados apresentados por F. Lebrun, a mortalidade das crianças de menos de um ano é sempre sensivelmente superior a 25%” (Badinter, 1985, p. 97).

Se ser mãe é um destino inscrito na natureza feminina, transcendente a todas as contingências econômicas e sociais, não deveriam o instinto materno e o amor materno ser imutáveis em todas as circunstâncias? Dentro dessa polifonia de sentidos, é certo que, da mesma forma que não se pode afirmar que o amor materno

é inexistente, não se pode afirmar que o mesmo está presente da mesma forma em todas as mulheres de maneira universal e natural.

A atuação da mãe irá ser estabelecida pelo complexo de seu contexto e pelas necessidades sociais, não se tem como falar em uma natureza definitiva, conduzindo as mulheres a um determinismo biológico que esquece as influências econômicas, políticas, culturais e sociais. Não se trata de culpar essas mulheres, mas sim de compreender que suas ações são moldadas pelo ambiente em que estão inseridas.

Diante disso, podemos observar que o amor materno como conhecemos é uma construção social. Se anteriormente não se tinha a necessidade de valorizá-lo ou naturalizá-lo, o que era resultado das demandas exigidas pela sociedade, no último terço do século XVIII, adentra-se um novo cenário, o do enaltecimento desse amor materno como sentimento inscrito em todas as mulheres.

Por isso, é extremamente necessário situarmos o contexto de surgimento do “mito do amor materno”, pois isso se interliga diretamente com as necessidades para as quais o mesmo foi criado. Como abordamos, a centralização na criança se dá pela relevância que a mesma adquire, tanto para o Estado, quanto para a economia. E se por um lado no século XVIII se tem um recuo da mortalidade referente aos adultos, por outro, isso não acontece com a mortalidade infantil, sendo gerada uma grande preocupação.

Se o século XVIII viu um ligeiro recuo da mortalidade, isso se relaciona em primeiro lugar com a mortalidade dos adultos, graças ao desaparecimento dos grandes flagelos tradicionais: a guerra, a peste e, progressivamente a partir de 1750, as grandes fomes. A mortalidade infantil, ao contrário, não se alterara sensivelmente ao longo de um século (Badinter, 1985, p. 106).

Dessa forma, adentra a necessidade de mudar esse cenário:

Nesse fim do século XVIII, o essencial, para alguns, é menos educar súditos dóceis do que pessoas, simplesmente: produzir seres humanos que serão a riqueza do Estado. [...] O novo imperativo é portanto a sobrevivência das crianças. E essa nova preocupação passa agora à frente da antiga, a do adestramento daquelas que restavam após a eliminação das mais fracas. As perdas passam a interessar o Estado, que procura salvar da morte as crianças (Badinter, 1985, p. 145).

À vista disso, o crescimento populacional, e consequentemente a maternidade, se tornam interesses estatais, sendo as crianças também uma garantia do seu poderio militar. Elas irão também se converter em uma provisão preciosa para o Estado, inclusive em razão de produzirem riquezas, atingindo assim um valor mercantil. “A

verdade é que a criança, especialmente em fins do século XVIII, adquire um valor mercantil. Percebe-se que ela é, potencialmente, uma riqueza econômica" (Badinter, 1985, p. 108).

Devido toda essa importância e centralidade agora fixada nesses seres, será imprescindível uma diminuição das taxas de mortalidade infantil, e para que isso venha a acontecer, faz-se necessário uma mudança no comportamento das mães, para que cuidem de forma integral de seus filhos, com intensa dedicação, valorizando o sacrifício e o devotamento, fundamentando-se no amor materno.

As mães agora são convocadas ao seu senso de dever. A maternidade, além de naturalizada, passa a ter um valor social e moral. Com isso, não somente uma série de discursos irão ser configurados e ressignificados para levarem as mães a cumprirem esse papel, mas uma intensa sensação de culpa e de ameaças, sejam elas patológicas, de exclusão ou de incompletude.

Assim sendo, o papel e a importância materna a partir do último terço do século XVIII irão sofrer uma grande transformação, na qual Elisabeth Badinter chama de uma espécie de "revolução das mentalidades", gerando novas concepções difundidas por meio de publicações que estabeleciam que agora o "ser mãe", deveria estar obrigatoriamente acima de tudo, então, as mulheres agora serão resumidas e definidas pelo seu papel materno.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidarem pessoalmente dos filhos e lhes "ordenam" amamentá-los. Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (Badinter, 1985, p. 103).

Ressalto aqui a importância das publicações, que se configuraram como veículo para a difusão de novos significados que constituem sentidos para as práticas culturais. Como salientado, não é que anteriormente ao século XVIII as mães não tivessem amados os seus filhos, mas o que agora chama a atenção é o enaltecimento e a valorização desse amor materno, de uma forma tão intensa que as mulheres que não se encaixassem nesse ideal seriam consideradas como desviantes, anormais, indo contra a sua própria natureza. Concepção essa que se propaga até os dias atuais, senão através de discursos patológicos, por meio de questionamentos ou incompletudes.

Com a grande centralidade que a maternidade irá alcançar na sociedade e na vida feminina, diversos discursos médicos, moralistas, artísticos e pedagógicos vão ser propagados para que assim pudessem alcançar o modelo de mãe desejado.

Um grande colaborador desses discursos foi Jean-Jacques Rousseau com a publicação de seu livro *Emílio ou Da educação*, como o próprio afirma, essa “coletânea de reflexões e de observações, sem ordem e quase sem sequência, foi iniciada para agradar a uma boa mãe que sabe pensar” (Rousseau, 1979, p. 05). Deixando nítido para quem ele se dirige, continua:

É a ti que me dirijo, terna e previdente mãe, que te soubeste afastar do caminho trilhado e proteger o arbusto nascente contra o choque das opiniões humanas. Cultiva, rega a jovem planta antes que morra: seus frutos dar-te-ão um dia alegrias. Estabelece, desde cedo um cinto de muralhas ao redor da alma de tua criança. Outro pode assinalar o circuito mas só tu podes erguer o muro (Rousseau, 1979, p. 09 e 10).

As ideias rousseauianas iriam servir de base e seriam propagadas durante muito tempo por diversos pensadores que voltariam constantemente à teoria rousseauiana da mãe (Badinter, 1985; Mariana Cordeiro, 2013).

Vendo-se que não se trata de algo natural, e sim de uma construção social, pelo menos três discursos tiveram de ser configurados para que às mães pudessem agora exercer o seu dever de cuidar e zelar pela vida de seus filhos, gerando mais chances de sobrevivência para essas crianças, “um alarmante discurso econômico, dirigido apenas aos homens esclarecidos, um discurso filosófico comum aos dois sexos e, por fim, um terceiro discurso, dirigido exclusivamente às mulheres” (Badinter, 1985, p.149).

A maternidade se torna, então, uma função, carregada de valores morais e sociais, sendo criada uma forma correta de ser mãe. Às mulheres adentram em uma posição de cobrança, devendo seguir um modelo específico para a maternidade; os discursos trabalham para que as experiências maternas sejam delimitadas unicamente a esse modelo propagado.

No entanto, nem todas às mulheres estavam dispostas a seguir esse novo protótipo de vida. Por isso a mudança não ocorre instantaneamente, mas de maneira variada e lenta:

No final do século XVIII, principalmente no século XIX, a mulher aceitou o papel da boa mãe, ainda que isso não tenha se dado de uma forma homogênea. Os novos discursos relativos à maternidade e à família ditaram o perfil dessa mulher, agora mãe dedicada em tempo integral, responsável

pelo espaço privado, privilegiadamente representado pela família (Maria da Graça Braga; Maria Cristina Amazonas, 2005, p. 12).

Sendo assim, no século XIX que se consolida a figura da “mãe coruja”¹⁰ como nós conhecemos. O caminho percorrido do século XVIII, desde a instituição do mito do amor materno, até o século XIX, no qual se tem essa consolidação, é preenchido por mudanças, incluindo a constituição da família nuclear, que também irá operar para instituir ainda mais a centralidade maternal. Logo, podemos atentar que os conceitos de infância, família e maternidade estão estreitamente interligados.

O historiador Mark Poster desenvolveu em seus estudos uma teoria sobre a família moderna, traçando um caminho para evidenciar a sua configuração, demonstrando a descontinuidade na história da família, que engloba diversas estruturas familiares dissemelhantes, até chegarmos a família nuclear, consolidada no século XIX. A família nuclear surge no contexto da Europa, no seio da burguesia, por volta de 1750, na transição para a modernidade, distinta das formações familiares anteriores, contendo uma configuração singular de condutas e costumes, com uma nova concepção fundamentada no amor romântico e na importância dos filhos.

[...] a família moderna nasceu no seio da burguesia da Europa por volta de 1750, mais tarde em alguns lugares, mais cedo em outros. A burguesia desenvolveu uma forma de família em nítido contraste com a da aristocracia e a do campesinato, na verdade, em nítido contraste com o que esse mesmo grupo experimentou antes do século XVIII (Poster, 1979, p. 185).

Conforme Mark Poster (1979, p. 188), “Os filhos foram reavaliados pela burguesia, tornando-se seres importantes para o país”, e consequentemente no enaltecimento maternal.

Uma forma nova de amor maternal foi considerada natural nas mulheres, que tinham não só de zelas pela sobrevivência dos filhos, mas treiná-los para um lugar respeitável na sociedade. Mais do que isso, eram encorajadas a criar um vínculo entre elas e os filhos, tão profundo, que a vida interior da criança pudesse ser talhada para a perfeição moral (Poster, 1979, p. 188).

Por conseguinte, por meio da maternidade, as mulheres passam a ocupar um lugar fundamental e indispensável na estrutura da família nuclear burguesa, e da

¹⁰ “Mãe coruja” é uma expressão advinda do conto *A águia e a coruja* de La Fontaine, adaptado e traduzido por Monteiro Lobato, e que acabou se popularizando no Brasil.

Elisabeth Badinter utiliza o termo em um de seus questionamentos. “Por que razões a indiferente do século XVIII transformou-se em mãe coruja nos séculos XIX e XX?” (Badinter, 1985, p. 12).

Essa associação ao termo também se faz presente em uma das publicações da *Revista da semana*, “A coruja é uma mãe igual às melhores”. Encontrado em: *Revista da Semana* (1937, ed. 00022, s/p).

mesma forma em que lhes era concedido um prestígio social, paralelamente, também lhes era delimitado um papel preceituado e restritivo com o seu valor ligado unicamente a função materna (Nara Damaceno; Rafaela Marciano; Nayara Menezes, 2021). A família é o dispositivo de entrelaçamento da sexualidade e da aliança, com o corpo feminino sendo perpassado pelas relações de poder e se tornando um lugar estratégico da esfera privada e pública, no qual a biopolítica se sustenta (Perrot, 2005, p. 495).

No proceder dos séculos após o século XVIII, tanto ameaças, quanto promessas que de certa forma se entrelaçam, vão continuar permeando esse cenário de convencimento. Na passagem do século XVIII para o XIX, se constitui a configuração e o estabelecimento de um discurso médico acerca do corpo feminino e da maternidade, a construção discursiva sobre a sexualidade no século XIX é acentuada e reformulada, voltando o seu olhar para o corpo feminino e as suas especificidades (Georgiane Vazquez, 2014).

O discurso biológico entra para justificar a maternidade através da natureza, como assinalado no primeiro tópico, o ser mãe entra como um imperativo da natureza feminina e a descoberta e relevância que as diferenças sexuais irão adquirir no século XVIII, servirão de maneira intensa para justificar os papéis sociais, e tecer ainda mais a teia de discursos que ligam a mulher a função materna.

Essa ênfase na definição da diferença sexual e na especificidade feminina associada à maternidade tem sido percebida por alguns autores como um fenômeno claramente identificável em torno do fim do século XVIII e começo do século XIX. É o momento em que o sexo passaria a ser cada vez mais tematizado pelos cientistas, especialmente médicos. E quando se falava do sexo, tratava-se particularmente do sexo feminino (Rohden, 2001, p. 30).

Os médicos vêm complementar essa teia através de narrativas patológicas. Se todas as mulheres devem naturalmente exercer a maternidade, aquelas que não o fazem estão indo contra o curso natural, incluem-se também as que não estão dentro dos moldes estipulados para serem uma boa mãe, essas e aquelas são caracterizadas como patológicas, além de virem a sofrer com diversos males, pois uma infração gravíssima contra a natureza não se poderia passar impune.

Os discursos ultrapassam o âmbito físico e alcançam o psicológico. Aquelas que não forem mães, irão ser tomadas por uma intensa sensação de incompletude, infelicidade, amargor e melancolia, devido não experimentarem os prazeres que só a maternidade pode conceder a vida feminina.

Recuperar a historicidade do conceito maternidade é central, para que assim nos situemos melhor a compreender as próximas análises que aqui serão feitas, não só compreender, mas oferecer um olhar mais atento para pensar além delas.

Elisabeth Badinter afirma que falar da maternidade ainda é uma grande dificuldade, pois é difícil contestar algo tão enraizado não somente em uma naturalidade associada a natureza e a ordem das coisas, mas também a uma concepção sagrada que envolve e gera uma aureola maternal, “a julgar pelas reações apaixonadas que este livro provocou – e que me surpreenderam, confesso -, a maternidade é, ainda hoje, um tema sagrado” (Badinter, 1985, p. 09)

Com isso, o discurso moral passa a ser mais valorizado. Se a maternidade possui uma grande importância para a formação das famílias e de novos cidadãos, a mãe, nesse contexto, adquire uma grande centralidade e relevância, sendo responsável pelo futuro da Pátria. À vista disso, as mães passam a assumir um papel na esfera pública relacionado à função maternal. Para que as mulheres assumam a sua missão e a sua função social, precisam ser instruídas e educadas, logo, os discursos pedagógicos também farão parte desse horizonte, com uma educação voltada apenas para fins pragmáticos.

Sendo assim, a maternidade não deve ser considerada apenas sob uma única perspectiva, seja ela familiar, médica, pedagógica, econômica, política, moral ou religiosa, mas sim com essas dimensões interconectadas.

Assim, o discurso que faz inscrever o amor materno na essência do feminino, bem como as práticas que lhes são consequentes, transita não em uma única célula, mas num sistema de relações entre instituições em que cada unidade complementa e reforça a outra, estabelecendo um desenho complexo para o futuro: da cidade à família, da família à medicina, da medicina à escola, da escola às leis, das leis às artes e, novamente, à família. (Moraes, 2021, p. 22)

Essa articulação de discursos configura a concepção da maternidade, que através de permanências e ressignificações, chega à nossa sociedade atual, propagando um modelo de mãe pautado pela modernidade. Dessa forma, é permitida uma compreensão mais abrangente e profunda dos complexos significados e relações que a maternidade assume.

1.3 Os Reflexos do Mito do Amor Materno no Brasil

É necessário situarmos a sociedade brasileira no contexto de sua formação, marcadamente eurocêntrica e patriarcal, elementos advindos da colonização. Nossas concepções, práticas, valores, significados e hábitos foram moldados pela mistura de culturas, principalmente da cultura lusitana da tradição “civilizatória” europeia ocidental, pois, houve um grande projeto para que fosse difundida na Colônia, caracterizando-a como moderna e civilizadora. Com a necessidade de propagar sua cultura e civilizar os que aqui já se encontravam - uma grande população ameríndia rica em cultura e língua -, mas que nesse cenário, eram considerados pelos invasores como atrasados, diversos mecanismos foram gerados para que os “normatizassem” nos padrões esperados (Ribeiro, 1995).

A colonialidade não se limita à classificação racial. Corresponde a um fenômeno muito mais abrangente, constituindo-se como um dos pilares do sistema de poder. Como tal, a colonialidade perpassa “o controle do acesso ao sexo, a autoridade coletiva, o trabalho e a subjetividade/intersubjetividade, e atravessa também a produção de conhecimento a partir do próprio interior dessas reações intersubjetivas” (María Lugones, 2020, p. 56).

Atravessando todos os âmbitos da vida social, permitindo a criação de novas identidades. Nesse processo, a colonialidade não somente impôs uma hierarquia racial, mas também produziu categorias de gênero, dessa forma, o conceito de o “feminino” é delineado para que servisse aos interesses coloniais e patriarcais.

Nessa conjuntura, assim como na sociedade europeia, as mulheres eram alvo de diversos discursos que englobavam sua sexualidade, seus corpos, sua alma, suas práticas e hábitos, buscando compreender a tão falada natureza feminina e procurando definir uma delimitação do papel das mulheres no mundo, na sociedade colonial baseada nesses princípios não será dissemelhante. As mulheres seriam definidas através dessas narrativas para que assim pudessem adentrar os objetivos da colonização.

Reflexo do poder masculino onipresente na sociedade ocidental cristã, a fala desses autores, representantes de diversos segmentos da sociedade colonial e metropolitana tinha objetivos: delimitar o papel das mulheres, normatizar seus corpos e almas, esvaziá-las de qualquer saber ou poder ameaçador, domesticá-las dentro da família. Objetivos que se adequavam perfeitamente aos fundamentos da colonização do império colonial português (Mary Del Priore, 2009, p. 15).

Dessa forma, o lugar das mulheres na sociedade colonial também foi intensamente demarcado com a mesma intenção, controlar a vida e a sexualidade feminina na Colônia, principalmente através da Igreja, do Estado e dos conhecimentos médicos.

Das Leis do Estado e da Igreja, com frequência bastante duras, à vigilância inquieta de pais, irmãos, tios, tutores e à coerção informal, mas forte, de velhos costumes misóginos, tudo confluía para o mesmo objetivo: abafar a sexualidade feminina, que, ao rebentar as amarras, ameaçava o equilíbrio doméstico, a segurança do grupo social e a própria ordem das instituições civis e eclesiásticas (Araújo, 1997, p. 45).

A Igreja Católica foi uma importante instituição na formação da colônia, aliada ao Estado, ambos eram responsáveis por organizar a Colônia. Para a Igreja lhe foi estabelecida a função de controle social, ou melhor, controle da vida das pessoas de forma completa, desde o seu nascimento até a sua morte (Fausto, 1995).

Dessa forma, a Igreja era uma grande colaboradora na propagação de ideais e na certificação de cumprimento dos mesmos, adentrando na vida privada e íntima de todos os que constituíam a colônia. Nesse contexto, qual o ser criado por Deus que mais precisaria de observação constante e contenção? As próprias mulheres, filhas de Eva, descendentes da culpa do pecado original e que carregam consigo um caráter inconstante e de extrema dúvida. Com a fundamentação da inferioridade feminina, balizada nas suas crenças, trazendo e difundindo na Colônia o mesmo argumento da infidelidade iniciada por Eva e perpassada para todas as suas sucessoras, a necessidade de controle se justificava. A Igreja iria encarregar-se de disciplinar essas mulheres, exercendo uma intensa pressão para o domínio e o adestramento de sua sexualidade.

A tutela feminina deveria estar constantemente sob uma figura masculina, normalmente e inicialmente, ela era exercida pelo seu pai e posteriormente seria destinada ao seu marido. Na Colônia, com as concepções advindas do continente europeu, a realização feminina se dava pelo casamento, as mães exerciam uma atenção especial para o despertar da sexualidade feminina que se dava entre a idade de 12 ou 13 anos, dessa forma, a partir desse momento ou até antes em alguns casos, essas meninas estariam prontas para o matrimônio (Araújo, 1997). Por isso, quando a jovem alcançava a idade de 14 ou 15 anos e ainda não havia se casado, seus pais já desenvolviam uma certa apreensão, principalmente por parte do pai, pois seria ele o responsável pela escolha do futuro marido de sua filha, os sentimentos femininos

dominados e abafados não poderiam se sobrepor a essa escolha. Nessa conjuntura, a Igreja colaborava para com esse cenário, permitindo os casamentos mesmo tão prematuros e independentemente da idade do marido escolhido (Araújo, 1997).

O casamento era extremamente disseminado pela sociedade colonial, pois seria uma forma não só de assegurar a família, mas também de delimitar as mulheres as funções domesticas e a maternidade. Sendo assim, baseando-se nos discursos propagados pela Igreja, casar para essas jovens era a porta para a única forma de redenção do pecado original que todas elas traziam consigo, a maternidade se estabelece como o ápice da vida feminina, na qual elas se aproximariam da imagem benéfica da Virgem Maria, desenvolvida desde o período medieval, se tornando grande representação feminina no mundo ocidental católico.

Essa representação positiva de Maria foi construída sob o argumento de que sua maternidade foi uma resposta ao apelo de Deus para a concepção de Jesus. O teólogo francês Bernard Sesboüé destaca que a maternidade virginal de Maria foi acionada pela Igreja para que se estabelecesse a relação entre pureza e salvação das almas dos pecadores. Como mãe do Salvador, a Virgem também passou a possuir, para a Igreja, um papel salvacionista (Eliane Fleck; Dillmann, 2012, p. 89).

Além da remissão feminina através da maternidade e da valorização feminina quando se aproximava da imagem da Virgem Maria, a Igreja cultuava ainda mais a maternidade, através das representações que a figura de Maria ganhava.

A Igreja não se fazia de rogada e estimulava tal associação, encorajando a fabricação de imagens da Virgem grávida e o culto a Nossa Senhora do Bom Parto, Nossa Senhora da Concepção (ou Conceição), Nossa Senhora da Encarnação, Nossa Senhora do Ó, Nossa Senhora da Expectação. (Araújo, 1997, p.52)

Os discursos religiosos se entrelaçaram aos discursos médicos para ganhar ainda mais veracidade, sendo que estes também tiveram uma grande centralidade e importância na propagação da concepção materna; unidos, ambos os discursos constituíram assim uma espécie de medicina afetada pelo imaginário.

Segundo a historiadora Laura de Mello e Souza, o pensamento e a concepção de mundo europeus se davam através de dicotomias, o bem e o mal, o céu e o inferno. As navegações eram permeadas pelo imaginário, com suas narrativas ligadas a fantasia e a realidade, associando-as e tornando os limites entre o real e o imaginário fluidos. Nesse contexto, a sociedade Colônia irá ser constituída, “sob o signo do Demo e das projeções do imaginário do homem ocidental” (Souza, 1986, p. 28).

Dentro dessa perspectiva, a doença era constantemente compreendida como um castigo ou uma advertência divina, uma demonstração física das desordens do espírito humano. As patologias eram consideradas como consequências das culpas e infidelidades geradas pelos seres humanos.

Nessa conjuntura, as mulheres já estavam relacionadas a um discurso que as vinculava profundamente a esses aspectos negativos, independentemente de suas ações particulares, pois desde o seu nascimento, carregavam consigo as consequências da atitude de Eva, a propensão a atitudes que as levassem a desordens morais e espirituais. Com isso, sofrer com as enfermidades estava dentro da natureza feminina, seu corpo como Del Priore (1997, p. 79) coloca é um “palco nebuloso e obscuro no qual Deus e o Diabo se digladiavam”.

Assim como em Portugal, a incompreensão e inquietação dos médicos em tentar desvendar os “mistérios” que rodeiam a natureza e o ser feminino permanecem, consequentemente, a medicina era praticada como uma forma de encontrar uma normalidade para as mulheres.

Em Portugal, fisiologistas e médicos estudavam anatomia e patologia tentando, sobretudo, entender a natureza feminina. Eles se perguntavam sobre os fins para os quais Deus teria criado a mulher. A que princípios, indagavam, a natureza feminina obedeceria? A medicina então praticada tinha por objetivo definir uma *normalidade* que exprimisse o destino biológico da mulher (Del Priore, 1997, p. 79).

O destino biológico feminino se realizaria através da maternidade, que para além do projeto disciplinador das mulheres na Colônia, fazia com que elas se tornassem participantes da cristianização das indígenas (Del Priore, 2009, p. 41), e da manutenção da continuidade e ordem na estrutura colonial através da formulação de futuros habitantes, respaldados nos valores da Coroa e na fé cristã.

Filhas do seu tempo, as mulheres na Colônia inseriam-se num quadro mental e social que acompanhava, mesmo que à distância, as várias transformações produzidas no Velho Mundo. A sociedade colonial, malgrado as especificidades que vinha adquirindo, era tributária da longa respiração histórica e, portanto, herdeira de acontecimentos que a entrelaçavam à sua Metrópole e à Europa Ocidental (Del Priore, 2009, p. 31).

Nessa conjuntura os argumentos e as concepções sobre o funcionamento do corpo feminino são gerados, tentando justificar a inferioridade feminina em associação com os discursos religiosos. Diante da centralidade maternal na sociedade colonial,

todo o conhecimento lusitano e que aqui se desenvolvia presente nos discursos médicos nesse período se relacionava à reprodução, para melhor controlá-la.

Se exercia um enorme interesse pela *madre*¹¹. O foco no órgão reprodutor feminino configurava uma centralidade ainda maior a maternidade. Apesar dos atrasos científicos presentes em Portugal, Merlo (2016, p. 818) nos afirma que os letrados portugueses estavam cientes desses avanços medicinais, em especial da anatomia. Del Priore (1997, p. 82) estende essa abordagem constatando que os documentos científicos da época, como receituários, tratados ou manuais deixam nítido o intenso interesse pelo útero, no qual o próprio mapeamento anatômico da madre só se referia ao que era importante para a reprodução através dos olhares funcionalistas dos médicos.

Os discursos de centralização e valorização do útero se fazem presentes na Colônia, também intimamente ligados aos discursos patológicos que o cercam. Por esse motivo, a maternidade na sociedade colonial se torna também uma necessidade feminina de regularização e controle de sua saúde, moldando a percepção de que a madre seria um símbolo central da feminilidade e da saúde das mulheres.

[...] a “madre” vai se constituindo em *locus* de certezas e incertezas sobre a natureza feminina e ganhando um *status* inelutável. Sua valorização levava também a uma valorização da sexualidade feminina, não no sentido de sua realização e sim de seu adestramento, num caminhar bem coerente com a pretensão da ciência médica e da Igreja. Entendia-se que a madre era passível de incitar no organismo uma série de males, todos decorrentes do mau funcionamento dos órgãos de reprodução. Estes, contrariados, lançavam as mulheres, como já demonstrei, numa cadeia de enfermidades. A mulher sadia e “bem constituída” era comandada por um “espírito seminal”, cuja força fecundante agiria sobre ela e seus órgãos, definindo-lhe sua feminilidade e gênero (Del Priore, 2009, p. 177).

A importância destinada tanto ao útero, quanto a maternidade, reflete a visão de que o corpo feminino era considerado essencial não somente para a continuidade, mas para a normatização e controle da sociedade e da cultura colonial, pois a função materna se transforma em um instrumento de propagação de ideais que eram desejados pela Metrópole e pelo projeto colonizador.

As práticas médicas se unindo aos discursos religiosos ganhavam mais força e reforçavam a ideia de predestinação divina à maternidade, impondo um controle rigoroso sobre os corpos femininos, monitorando-os, buscando assegurar a função reprodutiva. Nessa perspectiva, a maternidade no “Novo Mundo”, a partir das

¹¹ Termo utilizado para se referir ao útero.

concepções eurocêntricas e patriarcais, transcende o seu papel biológico, adquirindo novos sentidos, configurando um aspecto moral e normativo ligado aos anseios para a formulação dessa nova sociedade.

Dentro dessa conjuntura, o corpo feminino que já era alvo de diversos discursos e tentativas de descobertas para desvendar a sua natureza e a sua destinação, ganha ainda mais destaque, aprimorando os conhecimentos ao que sempre interessou, a capacidade reprodutiva, responsável pela promoção da vida.

Notadamente, o campo da medicina ultrapassa a preocupação com as doenças femininas e continua na fiscalização, normatização e rotulação dos corpos com mais intensidade, que o direciona a uma função, ou melhor, um destino único, ser mãe. “No discurso médico, a mulher está predestinada, essencialmente, a uma função para a qual o seu corpo está moldado e preparado: a maternidade” (Alexandra Esteves, 2021, p. 249). Já no século XIX, essa ampla produção de práticas e conhecimentos consolida-se agora em uma área destinada a estudar e a cuidar das particularidades femininas, chamada Medicina da Mulher, composta por duas especialidades, a obstetrícia e a ginecologia. Essas áreas se concentravam na análise do potencial reprodutivo feminino e nos estudos dos órgãos sexuais, enfatizando ainda mais a maternidade (Freitas, 2008; Rohden, 2001; Martins, 2004).

Nessa conjuntura, o médico no século XIX se torna uma figura central na sociedade, de grande relevância, prestígio e autenticidade, assumindo uma posição não só de especialistas nas temáticas de doenças e saúde, mas como “conselheiros da arte de bem viver”, alcançando um privilégio mais relevante que o de pastores ou padres, formando uma espécie de “Pastoral Moderna”, focada no âmbito familiar, em especial nas mulheres. Os médicos seriam os seres capazes de adentrar na intimidade e no seio da família nuclear, mesmo que a mesma seja caracterizada pela privacidade e na intimidade feminina (Martins, 2004).

Com todo esse cenário de crescente prestígio dos médicos, da medicina e dos discursos médico-científicos, adentramos o século XX moldados por ideais fortemente influenciados pelo cientificismo que englobam um projeto modernizador e higienista no Brasil.

1.4 A imprensa como elemento propagador de ideais

Contextualizando o período que aqui será investigado, nos anos 30 do século XX, o Brasil se molda em um contexto de busca incessante pela modernização e pelo higienismo, com forte valorização científica. O projeto modernizador se faz presente no cenário brasileiro, com base no padrão europeu, constituindo uma sociedade que almejava intensamente se enquadrar aos moldes “modernos”, conforme Curi e Saes (2014, p. 319-320) “A passagem do século XIX para o século XX, podemos dizer, é o momento em que o processo de modernização teve seu desencadeamento histórico no Brasil”.

O Rio de Janeiro é o estado no qual as revistas aqui analisadas foram instituídas, e sua capital, até então, também capital política, cultural e econômica da República, foi estabelecida como o centro do projeto modernizador, ganhando ainda mais destaque e visibilidade, com objetivo de transformar o espaço (fato que gerou adversidades enfrentadas até os dias atuais) e moldar os hábitos e costumes dos indivíduos sociais, contando com a imprensa para ser um elemento de importante propagação da modernização (Luciana Silva; Botelho, 2012).

A modernização é associada com a científicidade, com diversas técnicas e modos de vida estabelecidos nesse cenário, sendo financiados, especialmente pela revolução técnico-científica (Patrasso, 2013, p. 03), além de se associar ao recém criado movimento higienista. Na virada do século XIX para o século XX, também chegavam ao Brasil novos ideais advindos desse movimento, também conhecido como movimento sanitário, focalizando principalmente na conservação da educação e da saúde coletiva, instaurando novas práticas e novos hábitos higiênicos. A tese central também passava pela importância do indivíduo e o cuidado com os corpos para atuarem como recurso principal do país (Góis Junior; Lovisolo, 2003).

Dessa forma, se tinha uma intensa ambição de ser higiênico e consequentemente moderno, uma população fundamentada tanto na saúde, quanto na educação era uma das maiores qualidades da nação, por conseguinte, os ideais higienistas passaram a fazer parte do dia a dia da sociedade e também seriam apresentados e ramificados através da imprensa em diversos periódicos (Olaisylenne Gonçalo; Alômia Silva, 2022).

A científicidade solidificava a concepção de destino materno, o modernismo estabelecia padrões e estereótipos de uma mãe moderna e o higienismo delineava uma série de cuidados, subsidiando argumentos que contribuíam para a recondução feminina à função maternal, em particular, a amamentação. Esses discursos se

entrelaçavam e constituíam um padrão de maternidade científicamente informada e moderna, propagada por meio da imprensa periódica (Maria Martha Freire, 2014).

Nessa conjuntura, como já salientado, a pesquisa propõe a investigação no campo de convergência do uso dos impressos como fontes históricas. A *Revista da Semana* e a *Fon-Fon* são revistas fundadas no Rio de Janeiro, que, no entanto, possuíam um amplo alcance fora do estado. Circularam na primeira metade do século XX e contribuíram na constituição de configurações que ajudaram a moldar concepções e costumes sociais.

Antes de adentrarmos os detalhes de ambas as revistas, faz-se necessário, deliberar sobre o uso da imprensa como fonte na pesquisa histórica. A análise de um documento relacionado à comunicação torna possível o conhecimento e uma compreensão mais ampla de traços significativos da sociedade. Não só registrando acontecimentos relevantes, que a sociedade pretendia retratar, mas também refletindo sobre si própria. Através dos textos, imagens ou anúncios publicados, podemos compreender não apenas o dia a dia do corpo social, mas revelam pistas sobre as suas relações com as instâncias que ali mantinham o poder (Marialva Barbosa, 2010). À vista do que Marialva Barbosa (2010) nos atenta, é crucial não esquecer que os documentos provenientes da imprensa, à semelhança de outros registros, carecem de neutralidade, estando muito longe disso, pois estão vinculados às relações de poder em conformidade com as forças políticas e econômicas que configuram a estrutura social.

Dessa forma, faz-se imprescindível enfatizar as relações de poder que aí se investem. Para melhor compreender essas relações, é importante reforçar o que coloca Michel Foucault (1979), quando afirma que o poder não é somente repressivo, mas também produtor de saberes e verdades. Nesta conjuntura, o estatuto da verdade é influenciado e até mesmo produzido pelo poder, podendo assim sofrer também com modificações, dependendo do tempo ou espaço em que está sendo situado. Dessa maneira, o poder possui uma vinculação direta com a construção do que é considerado verdadeiro em um corpo social.

É importante destacar que a imprensa nesta pesquisa se caracteriza como um espaço de inscrição das relações de poder, tornando-se produtora e porta-voz de discursos sobre a maternidade, naturalizando-a através do imperativo biológico, fundamentando a ideia da designação à esfera privada, gerando normas que deveriam ser seguidas, baseadas nos interesses políticos, econômicos e sociais, e

nos discursos críticos para as mulheres que não se encaixavam nessas normas estabelecidas. Por isso, nesta pesquisa, para a investigação nas revistas, a análise dos discursos tornou-se uma ferramenta indispensável. Considerando o discurso através dos estudos de Foucault, no qual a “ordem do discurso” de um período específico desempenha um papel fundamental na determinação de regulamentações e normas, asseverando práticas, moldando e significando a interpretação do real (Revel, 2005).

Ana Luiza Martins (2001) se refere à natureza mutável dos objetivos das revistas, “Quanto a seus objetivos, variaram ao longo do tempo, condicionados às circunstâncias históricas de gestação e circulação, cabendo apreendê-los, reafirmamos, nos contextos próprios de sua existência, ao seu tempo cultural, revelador da variedade de seus propósitos” (Martins, 2001, p. 46). Com isso, ela enfatiza a importância de compreender e assimilar esses objetivos dentro dos contextos específicos nos quais as revistas existem, levando em consideração o período cultural de sua produção. Isso evidencia a diversidade de propósitos que as revistas possuem, podendo gerar mudanças e ressignificações nas práticas discursivas, variando conforme as circunstâncias históricas, sociais e culturais de sua época.

É importante compreender as regras de elaboração dessas revistas, não se limitando apenas ao texto escrito e considerando o contexto em que se inserem. Além de observar a relevância que certos temas iriam adquirir, a linguagem utilizada e o conteúdo, Tânia Regina de Luca nos mostra que:

Em síntese, os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustrações que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir. (Luca, 2008, p. 140)

Sendo assim, além das palavras, a apresentação visual e a estrutura da informação são fundamentais, não só para compreender o que está sendo apresentado, mas também a intencionalidade e a quem esses discursos estão sendo direcionados.

Com esses elementos analisados, se torna factível reconstruir o circuito da comunicação, isto é, compreender a natureza dessas publicações, identificar os responsáveis pela escrita, delinear o público para quem esses discursos são

direcionados e, especialmente, atentar o olhar para os leitores e leitoras, para a compreensão das interpretações realizadas por elas.

Tania Regina de Luca (2008) também nos mostra que jornais e revistas não são criações isoladas, mas projetos coletivos que envolvem múltiplos indivíduos, configurando-se como empreendimentos que reúnem pessoas em torno de ideias, valores e crenças, buscando disseminar esses fatores através da imprensa. Por isso, é pertinente voltarmos às contribuições que Marialva Barbosa nos faz, apresentando e contextualizando o modelo sugerido por Robert Darnton, para uma análise abrangente da comunicação impressa:

[...] é preciso investigar quem escreve nesses jornais, como procuram se popularizar - ou seja, que estratégias, apelos e valores evocam -, como funcionam essas empresas e de que forma esses textos chegam ao público. Percorrido esse caminho, é preciso ver ainda como os leitores entendem os sinais na página impressa, quais são os efeitos sociais dessa experiência (Barbosa, 2010, p. 15).

Com o olhar sensibilizado, voltei-me para as fontes, não só nas análises, mas na pesquisa de compreender como são constituídas, quem são os seus responsáveis, quais os seus princípios e quais as possibilidades de contato com os leitores, aspectos que busco a partir de agora expor. À vista disso, pode-se então apresentar mais detalhadamente as revistas que serão aqui analisadas.

2 OS DISCURSOS SOBRE A MATERNIDADE: CONSTRUÇÃO E PROPAGAÇÃO NA REVISTA DA SEMANA E NA FON-FON

A *Revista da Semana* era um periódico variado, envolvendo cultura, arte e também humor, sendo uma das revistas ilustradas mais ilustres do país, instituída e publicada por Álvaro de Tefé na cidade do Rio de Janeiro, inserida no contexto da modernização dessa cidade, que na época era a capital federal. Álvaro, filho do Barão de Teffé, residiu muitos anos na Europa e acabou trazendo as novidades gráficas para o Brasil.

Dessa forma, a *Revista da Semana* se tornou precursora no uso de inovadores processos fotoquímicos, tornando a publicação da fotografia na imprensa consolidada, sendo pioneira no uso de clichês de tricromia¹² alcançando a impressão colorida, fatores que levaram-na a ganhar destaque, sendo premiada com medalha de ouro na exposição de lançamentos da imprensa em Turim, capital do Piemonte, no Norte da Itália, em 1911.

Sua inspiração advinha das revistas francesas, e como salientado, a revista possuía uma grande diversidade de temáticas, indo das notícias do cotidiano, política, literatura, ao esporte e aos aspectos considerados do “universo feminino”. Com o seu primeiro número lançado em 20 de maio de 1900, logo foi apresentado o que a revista ansiava: oferecer aos seus leitores informações interessantes, e ressaltava ilustrações abundantes, como afirmado em seus primeiros anos na capa.

Figura 1: Revista da Semana



Fonte: Revista da Semana (1900, ed.002, s/p).

¹² Tricromia: Processo de impressão em cores em que a reprodução cromática do original se obtém pela tiragem sucessiva, nas cores fundamentais amarelo, vermelho e azul, de três clichês ou placas semelhantes, conseguidas por fotografia através de filtros coloridos. TRICROMIA. In: MICHAELIS, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em <https://michaelis.uol.com.br/palavra/L1dwv/tricromia/#.~-:text=Diccion%C3%A1rio%20Brasileiro%20da%20L%C3%ADngua%20Portuguesa&text=1%20Processo%20de%20impress%C3%A3o%20em,fotografia%20atrav%C3%A9s%C3%A9s%20de%20filtros%20coloridos. Acesso em 05/06/2024.>

Posteriormente, o *Jornal do Brasil* comprou a revista, proporcionando espaço para a literatura; mais adiante, no ano de 1915, a *Revista da Semana* foi vendida para Aureliano Machado, Artur Brandão e Carlos Malheiros Dias. Desde então, com um projeto editorial voltado para o público feminino. A publicação saiu de circulação em 1959 (Dantas, 2010b).

A *Revista da Semana* teria papel pioneiro, ocupando-se, depois de desvincular-se do *Jornal do Brasil*, principalmente com as atualidades sociais, políticas e policiais, tornando-se leve, alegre, elegante, com as ilustrações de Raul, Bambino, Amaro do Amaral e Luís Peixoto; sob a direção de Carlos Malheiros Dias, a partir de 1915, seria mais elegante e feminina, já com outra feição [...] (Sodré, 1999, p. 301).

Como dito, esse projeto editorial passou a ser voltado às mulheres, “[...] um público feminino, além de assíduo e fiel, também numeroso” (Gisele Taboada; Nery; Maria Gabriela Marinho, 2004, p. 07), e contava com diversas matérias e seções que envolviam o chamado “universo feminino”. Faziam parte conselhos de moda, matérias de etiqueta, dicas do lar, seções de cartas, dentre outras seções inteiras.

Em 1917, a revista possuía uma seção intitulada “Jornal das Famílias”, apresentada sempre em suas páginas finais, contendo assuntos de “modas, costuras e bordados, a vida no lar, receitas e conselhos práticos, economia doméstica e alimentação”, como o próprio periódico anuncia. Além de uma página das crianças, contendo dicas de moda infantil e outra seção intitulada “Consultório da Mulher”, a qual permitia a aproximação com as leitoras, sendo um espaço reservado a responder as cartas enviadas e à distribuição de conselhos para o público feminino, localizada na penúltima página da revista, antes da capa final, e tendo como responsável Selda Potocka, escritora polonesa, que desembarcou no Brasil em 1914 (Clotildes Sousa, 2019).

A revista *Fon-Fon* por sua vez, também possuía uma grande ligação com as ilustrações. Fundada no Rio de Janeiro em 13 de abril de 1907 por Jorge Schmidt, a *Fon-Fon* se apresentava como um “Semanario alegre, político, crítico e esfusiente. Noticiario Avariado, Telegraphia sem Arame, Chronica Epidêmica” (*Fon-Fon*, 1907, ed.00001, s/p).

Figura 2: Fon-Fon



Fonte: Fon-Fon (1907, ed.00001, s/p).

Jorge Schmidt também era editor proprietário de mais duas revistas, a *Kosmos* e a *Careta*, e decidiu fundar a *Fon-Fon* tendo em vista uma publicação mais rápida e mais rentável do que a sua revista luxuosa, a *Kosmos*. As temáticas abordadas na *Fon-Fon* eram relacionadas ao cotidiano e aos costumes cariocas, tendo como temas literatura, partituras, sátira política, crônica social, charadas, crítica de arte, jogos, dentre outros. Caracterizada como uma revista leve, com objetivos de alegrar, divertir e espalhafatar os seus leitores e leitoras.

É importante atentar que a revista *Fon-Fon* se identificava com os princípios da modernidade, deixando isso perceptível na escolha de seu nome, uma onomatopeia¹³ ao som da buzina dos automóveis, pois quando foi criada, a revista possuía como personagem principal um chofer, cujo nome era Fon Fon, fortalecendo a ideia da associação da revista com os valores referentes à modernidade. (Dantas, 2010a).

Com relação às ilustrações, os ilustradores eram extremamente renomados, sendo que em 1910 fez-se presente Nair de Tefé, que, no entanto, assinava como Rian (Nair grafada de trás para a frente); no Brasil (e talvez no mundo), a primeira mulher a fazer ilustrações e charges (Maria Cecilia Zanon, 2009, p. 218).

¹³ Onomatopeia: [Linguística] Composição de uma palavra que se baseia numa reprodução similar de um som que passa a ser relacionado a ela; onomatopoeia. ONOMATOPEIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em <https://www.dicio.com.br/onomatopeia/>. Acesso em 06/06/2024.

Em 1915, a revista passou por uma mudança de proprietário e direção, sendo passada para Sérgio Silva, que ficou até o último número.

Até os anos de 1930, marco inicial desta pesquisa, a revista destinava um espaço considerável para sátira política e crônica social, mas posteriormente esses aspectos foram perdendo força e a *Fon-Fon* também conferiu espaço para os assuntos que eram considerados relacionados à figura feminina e à propagação de novos protótipos de comportamento, incluindo em suas páginas colunas e seções como “Páginas do Lar”, “Como ser Bela”, “Culinária de bom gosto” e “Conselhos às mães”.

Na seção “Conselhos às mães”, faziam-se presentes diversas recomendações, principalmente sobre a amamentação e a higiene dos bebês; o responsável pela coluna era o médico Rinaldo de Lamare¹⁴, ensinando a maneira correta das mães lidarem com os seus filhos em seus aspectos físicos e emocionais, levando-as a cumprirem com êxito a sua função social para o período, uma forma de educação pragmática para a maternidade¹⁵. Na *Revista da Semana* também se tinha uma seção intitulada “Conselhos ás mães”, dirigida por José Martinho da Rocha, docente da clínica pediátrica e de higiene infantil da Faculdade de Medicina¹⁶.

Ao começar a Era Vargas¹⁷, no ano inicial das análises aqui presentes, ocorreu um investimento nas publicações em um temário referente a sancionar os papéis femininos ideais, percebendo-se a acentuação na utilização de textos informativos, fotografias, entre outros recursos que debatiam a infância, mas sempre de um conteúdo que buscava disciplinar as mulheres para executarem as suas funções com grande maestria, principalmente a função materna. Tendo o seu último volume publicado em agosto do ano de 1958 (Dantas, 2010a).

¹⁴ Rinaldo Victor de Lamare foi um médico pediatra brasileiro, nasceu na cidade de Santos, estado de São Paulo, em 1910, faleceu no Rio de Janeiro em 2002. Contribuiu para diversos trabalhos e pesquisas sobre cuidados infantis e aleitamento materno, dentre as suas obras destaca-se “A Vida do Bebê”, sendo o primeiro livro no Brasil com os princípios básicos sobre pediatria, com seis milhões de exemplares vendidos, foi considerado como uma bíblia para as mães brasileiras. Encontrado em <https://www.anm.org.br/rinaldo-victor-de-lamare/>. Acesso em 06/06/2024.

¹⁵ Ver uma das publicações da seção encontrada na *Fon-Fon* (1937, ed. 00025, s/p).

¹⁶ Ver *Revista da Semana* (1935, ed. 00039, p. 13).

¹⁷ A Era Vargas corresponde ao período no qual Getúlio Vargas governou o Brasil, entre os anos de 1930 e 1945, marcando o fim da República Velha que era caracterizada pelo sistema político oligárquico. A Era Vargas se constitui em três fases distintas: Governo Provisório (1930-1934), Governo Constitucional (1934-1937) e o Estado Novo (1937-1945). Durante o Estado Novo, o presidente Getúlio Vargas instaurou um regime ditatorial, caracterizado pela centralização do poder e pela censura aos meios de comunicação, impedindo a liberdade de imprensa. Ver Priscila de Lima, 2019.

As análises aqui apresentadas são referentes à década de 1930, no entanto, a maternidade, em nossa atualidade, continua sedimentada em ideais de completude e felicidade, permeados de questionamentos àquelas mulheres que optam por não se tornarem mães, ou às formas de maternidade que não se encaixam no padrão de normatividade aceito socialmente por uma sociedade ainda marcadamente eurocêntrica e patriarcal. Os discursos ao longo do tempo vão se mantendo e também se ressignificando para não perderem a sua capacidade de controle.

Por isso, a necessidade de demonstrar a criação da concepção maternal na qual nos baseamos ainda hoje, observando como essa ideia foi formada ao longo do tempo, notando o protocolo da normatização maternal e os atos performativos que constituem o conceito de maternidade. Para que, com isso, percebamos que não se trata de uma concepção naturalizada do ponto de vista exclusivamente biológico, e sim constituída e configurada por meio de diversos discursos presentes em variadas instituições e propagados por inúmeros meios, possibilitando-nos olharmos para as análises de modo mais sensibilizado, reflexivo e crítico, ao nos afastarmos da visão idealizada e sacralizada da maternidade.

Dentro dessa conjuntura, percebe-se também a presença de um modelo, no qual não é só o amor materno que irá constituir uma “boa mãe”, mas uma polifonia de estereótipos, práticas e hábitos que iriam ser disseminados na sociedade, impedindo a multiplicidade maternal ao pregar a igualdade e a centralização de uma figura de mãe em específico. Na sua contextualização, como já afirmado, esse modelo é fundamentado em uma sociedade patriarcal, eurocêntrica e capitalista, baseado em ideais que na maioria das vezes não são possíveis a todas as mulheres.

Daí a necessidade de se questionar os ideais maternos, aceitando e apresentando a multiplicidade de experiências e vivências, para que assim maternidades “fora do padrão”, seja biológico, de família, da heteronormatividade ou de outras amarras sociais, incluindo também a não maternidade, não sejam alvos de críticas ou imposições.

2.1 O instinto e o amor materno: a configuração da maternidade como identidade feminina

No âmbito da naturalização maternal pelo biológico, a qual geraria o instinto e o amor materno, a maternidade é tratada como um fator que não é influenciado pelos

aspectos culturais, em que a cultura não passa de um epifenômeno. Submetendo as mulheres a um discurso de determinismo biológico que desconsidera toda a contingência humana e o fato de que estas são seres históricos, constituídas e influenciadas por suas percepções sociais, culturais, políticas e econômicas. Por conseguinte, “não teremos, com excessiva frequência, tendência a confundir determinismo social e imperativo biológico?” (Badinter, 1985, p. 15).

O instinto, o amor, a naturalização, o biológico, o cuidado, o sacrifício, a devoção, a valorização fazem parte do cenário que iria constituir os atos performativos que configuram a percepção materna presente em diversas publicações nessas revistas. A maternidade, vista como normativa e formativa desde a infância, se estabelece não somente para constituir a identidade feminina, mas para ser essa identidade.

Gerando assim, uma idealização de vida, na qual não seria admitido espaço para outras vivências ou para outras escolhas que não englobassem o materno. A maternidade se tornaria o destino e o resumo da vida feminina, pois somente através da mesma seria possível encontrar sentido para a natureza e existência das mulheres. O caminho materno do amor e do cuidado estava bem traçado, e atividades que não englobassem esses universos não poderiam ter espaço na vida delas.

Iniciando as análises, buscarei neste tópico demonstrar como a maternidade se constitui da forma descrita no parágrafo anterior. A publicação abaixo faz parte de uma seção da *Fon-Fon* intitulada “Reflexões dispersas de Pedro Mac Cord” (*Fon-Fon*, 1936, ed. 00036, p. 57). Essa publicação demonstra a concepção da maternidade como uma graça inscrita nas próprias leis naturais, algo que não pode ser questionado, visto que é “natural”.

Figura 3: “Reflexões dispersas de Pedro Mac Cord”

As mulheres, quasi sempre, examinam os factos, olhando-os pelos olhos do sentimento, que destroem a visibilidade que a razão descortina. As proprias leis da Natureza, que lhes concederam a graça da maternidade, estabeleceram tal affirmativa, porque ser mãe significa dividir o coração em diversos fragmentos, com o producto de sua propria carne e de sua propria alma: os filhos.

Fonte: Fon-Fon (1936, ed. 00036, p. 57).

Nota-se que a palavra “natureza” está escrita com a sua inicial maiúscula, não ocorrendo isso por acaso:

Em algumas passagens de suas obras, Rousseau dá à palavra *natureza* um sentido quase divino e nela encerra uma espécie de absoluto a ser buscado e seguido. Tal sentido deixa transparecer que há uma natureza da natureza, a qual até poderia ser grafada Natureza, com letra maiúscula, por coincidir com o princípio divino. (Paiva, 2007, p. 60)

Dessa forma, Natureza é colocada para indicar uma divindade maternal. A maternidade pertence à “natureza” maior, que gera a própria natureza e o estado natural, visto que a “natureza” seria a origem da força de onde vem o próprio estado original e visível da ordem existente. Com isso, as mulheres consideradas “solteironas” se tornam um desvio, não só do estado natural, mas da “natureza” absoluta. Voltaremos a elas mais adiante.

A publicação ainda afirma que o ser mãe significa dividir o coração em diversos fragmentos com os filhos, frutos não só de sua própria carne, mas pertencentes e inscritos em sua alma, pois assim como Maria, símbolo do amor oblativo, como já citado, a maternidade desperta ainda mais o desejo feminino de divisão e doação.

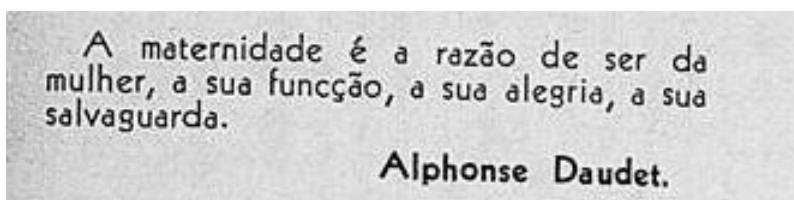
Ademais, isso justificaria como a própria reflexão coloca, a suposição de que as mulheres examinam os fatos não pela racionalidade, mas pelos sentimentos e emoções. Em uma concepção ocidental e demasiadamente eurocêntrica, seriam

associadas e conduzidas pelo seu emocional, destituídas de uma capacidade racional, destinada somente aos homens.

A mulher é descrita como a porção corpo: sensualidade, natureza e emoção em relação ao homem com sua representação nas palavras: mente, ideias, cultura e razão. Esta relação pode ser ilustrada pela incumbência da maternidade e da função de protetora da família como automaticamente relacionadas ao emocional e ao cuidado, enquanto que os homens, com base na sua trajetória de caça e provisão do alimento, são relacionados com a força e coragem (Fernanda Suarez; Júnia Sousa, 2016, p. 297).

As mulheres encontrariam sua razão através da maternidade, estabelecida como razão, função e destino inquestionável em suas vidas, além de se tornar aspecto constituinte de sua identidade.

Figura 4: A mulher, a intelligencia e o amor



Fonte: Revista da Semana (1940, ed. 00015, s/p).

A frase acima é encontrada na *Revista da Semana* em um pequeno espaço da página que se define como “A mulher, a intelligencia e o amor” (*Revista da Semana*, 1940, ed. 00015, s/p), apresentando duas frases referentes às mulheres¹⁸, incluindo está. Nela, podemos notar como a maternidade é descrita para se estabelecer como a razão da vida feminina, o motivo para a sua existência, “a razão de ser da mulher”, se tornando, assim, princípio de sua identidade e caracterizando-se como uma função, pois é compreendida, como um papel, uma obrigação, que, para além da esfera doméstica, adentra o âmbito social, no qual as mulheres encontrariam utilidade.

Detendo a capacidade de estabelecer a sua alegria, em busca de compreender os mistérios e os enigmas femininos, procurando responder à questão “Para que serve a mulher?”, desde a Antiguidade a reprodução é apontada como razão da vida das mulheres e balança para sua valorização; também é apresentada como sua salvaguarda, assim como a publicação se refere, servindo de garantia, de defesa e de

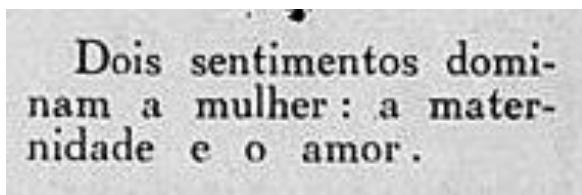
¹⁸ Em termos de interesse, a outra frase presente na publicação é: “As mulheres honestas não se escandalizam tão facilmente como as outras” – Anatole France. *Revista da Semana* (1940, ed. 00015, s/p).

amparo. Ao se tornarem mães, estariam livres dos discursos negativos e pejorativos, se tornando dignas da proteção e do acolhimento social.

Além disso, é propagado que todo ser feminino necessitaria de uma salvação, a partir dos motivos apontados no capítulo anterior, referentes à culpa pelo pecado original, que consequentemente tornou todo ser feminino um ser duvidoso, dotado de instabilidades; para o qual a maternidade se configura, assim, como uma redenção.

Presente na *Revista da Semana*, na seção “Pensamentos” são apresentadas frases sobre assuntos variados. Podendo encontrar algumas que se referem à maternidade, dentre elas:

Figura 5: Pensamentos (1)



Fonte: *Revista da Semana* (1930, ed. 00017, s/p).

Nota-se na frase trazida pela figura 5 o resumo dos sentimentos que constituem o ser feminino, sendo apenas dois: a maternidade e o amor. O dispositivo central na vida construída como feminina é o do amor, por meio do qual deveriam ser guiadas todas as ações para uma “identidade feminina” baseada em características como a docilidade, a devoção e, principalmente, a amorosidade. As mulheres deveriam agir com amor e por amor, estando dispostas a dedicarem as suas vidas e a se sacrificarem em nome desse sentimento, pois é o amor que as formula e constitui (Swain, 2011). A sua sexualidade também é regulada pelo dispositivo amoroso, para assim, serem compreendidas dentro da normalidade feminina (Silva, 2008).

Dessa forma, as mulheres viveriam para e com base nesses dois aspectos, agindo tão somente conforme os mesmos, que controlariam todas as suas atitudes, convicções, seus objetivos e satisfações, encontrando sentido exclusivamente se maternidade e amor estivessem presentes. Por meio da maternidade, as mulheres já encontrariam o amor inabalável, voltado à devoção e ao sacrifício, o amor materno. Com isso, não precisariam de mais nenhuma realização em sua vida, pois já teriam alcançado os dois sentimentos que as constituem e conduzem a sua existência.

O nascimento definiria a função feminina, submetida ao lar e aos desígnios que dele fazem parte, com a sua principal missão sendo a missão materna. Com a compreensão generalizada de que nada se poderia fazer para desviar esse destino intrínseco à natureza, devendo buscar formas de contribuir para que ele fosse realizado.

A imagem seguinte faz parte de um texto intitulado de “*Poeta e Philosopho*” (*Revista da Semana*, 1939, ed. 00020, s/p), o qual narra a história de um homem levado a Hamburgo para uma missão secreta de espionagem, sendo o mesmo preso e tempo depois, absolvido por ausência de provas e deixado na fronteira. Esse homem retorna para Viena, agora com a sua vida direcionada para antigos atos boêmios, vivendo “[...] ao léo da sorte, despreocupado e feliz” (idem). Chegamos, então, na passagem em que sua mulher, em sua demorada ausência, ligou-se a outro homem, um antigo oficial húngaro. Apesar da vontade de “desforço violento”, advindo do senso de propriedade instituído nas raízes patriarcais, ele mesmo compreendeu que aquela conjuntura era maior que sua raiva ou a sua vontade de algo fazer, conformando-se, pois ela estaria dentro da função para qual foi criada, tanto a sujeição do lar, quando a sua missão principal, a maternidade. Cumprindo a razão de sua existência, encontrando alguém que a “auxilie” nessa missão principal. O auxílio não se refere à ajuda nos cuidados e nas tarefas associadas ao “maternar”, necessárias para a criação de uma criança, compreendidas como responsabilidades femininas, pois logo em seguida se tem a afirmação, no entender do personagem, de que o homem veio ao mundo para a liberdade e, dessa forma, seu auxílio seria apenas o de reprodução. Com as mulheres destinadas e condicionadas ao materno, sendo aos homens atribuída a liberdade, mesmo que somente através do celibato, a possibilidade de escolha se fazia presente, algo não reservado ao feminino, pois, como veremos mais à frente, o celibato feminino carregava consigo uma série de discursos pejorativos e depreciativos.

Figura 6: Poeta e Philosopho

Sua mulher, durante a longa ausência, ligara-se a antigo oficial húngaro. A princípio quiz elle tomar, por tal motivo, desforço violento. Mas conformou-se, em seguida, considerando que toda mulher nascera para a sujeição do lar, para encontrar quem a auxilie em sua principal missão: a maternidade; enquanto que o homem viera ao mundo — no seu entender — para a accão sem peias, para a liberdade, que somente o celibato pode conferir.

Fonte: *Revista da Semana* (1939, ed. 00020, s/p).

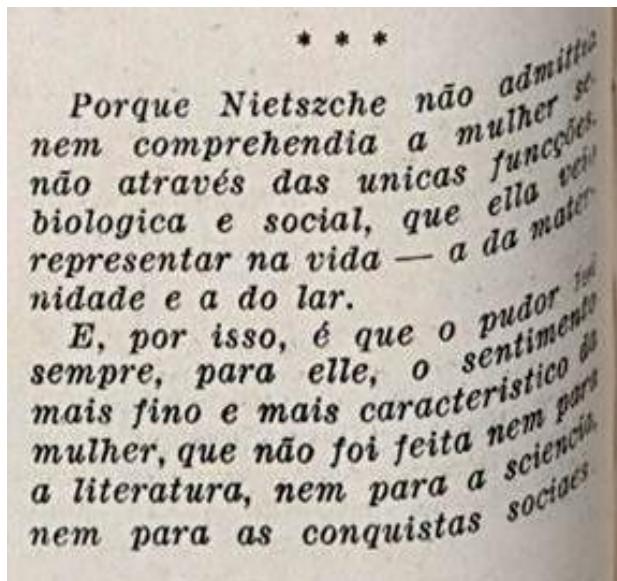
Dessa forma, o personagem sabe que ele não poderia questionar ou tentar mudar os fatores naturais para os quais as mulheres foram criadas e destinadas, pois isso faria parte de algo muito maior, do âmbito divino e natural, levando-o a aceitar a conjunção sem insurgir-se.

A afirmação da maternidade como função e necessidade feminina continua sendo sancionada através das publicações. Com o uso de conhecimentos referentes a filósofos, como na Figura 7, em que observaremos o autor trazendo o pensamento e posicionamento do filósofo Friedrich Nietzsche (1844-1900). O texto intitulado de “Porque as mulheres se enfeitam...” (*Fon-Fon*, 1930, ed. 00030, p. 38), busca responder o motivo de as mulheres se arrumarem, afirmando que a maioria do “sexo forte”¹⁹ responderá que o motivo principal pelo qual elas se esforçam de todas as formas para se tornarem belas seria o desejo de fascinar, de atrair e de agradar ao homem e, para outros menos presunçosos, seria devido o instinto do pudor. No entanto, o autor do texto declara que Nietzsche foi quem andou mais próximo do verdadeiro significado desse questionamento: “comparando em geral o homem com a mulher, pode se afirmar que a mulher não possuiria o talento de adornar-se se o seu instinto não a fizesse comprehender que representa... segundas partes” (idem). Em seguida o autor, que assina como Fragonard (ver figura 8), justifica o uso do termo “segundas partes” para que não seja compreendido erroneamente²⁰.

¹⁹ Termo utilizado para se referir aos homens.

²⁰ O uso do termo “segundas partes” é referente a inferioridade feminina sobre o homem, o autor no texto especifica, dando ênfase à explicação, para que não seja confundido de uma forma pejorativa, como explicitado no parágrafo seguinte.

Figura 7: Baton & Rouge – Porque as mulheres se enfeitam... (1)



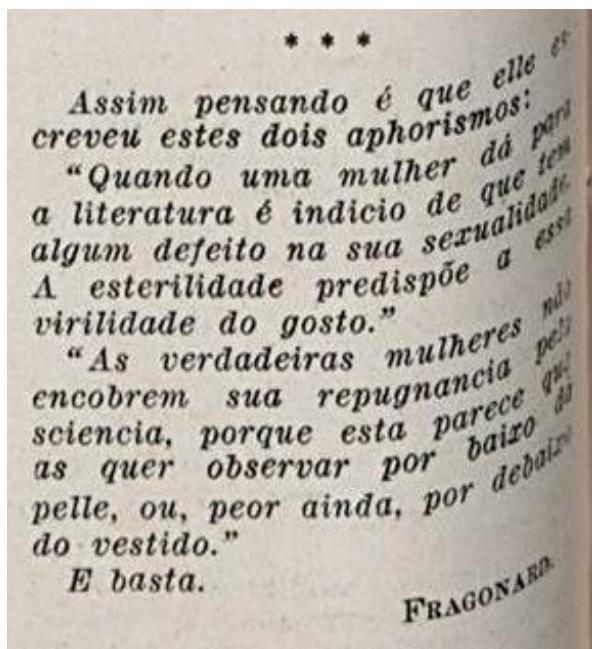
Fonte: Fon-Fon (1930, ed. 00030, p. 38).

Observamos a figura 7, percebendo que, apesar da irreverência do filósofo, que nunca chegou a perdoar as mulheres pelos seus pruridos emancipatórios ou pela sua pretensão de igualdade, jamais iria associar o termo “segundas partes” a um sentido pejorativo. Pois, o que quis afirmar e demonstrar seria “a posição de inferioridade da mulher deante do homem” (Fon-Fon 1930, ed. 00030, p. 38). Nietzsche, de acordo com a coluna, considerava e compreendia as mulheres através das suas únicas funções, biológica e social, que vieram executar na vida, a função materna e a do lar. Sendo por isso que o pudor, para ele, se torna o sentimento mais fino e característico das mulheres, para que elas sejam recatadas e disciplinadas e, dessa forma, saibam que não foram feitas, “nem para a literatura, nem para a sciencia, nem para as conquistas sociaes” (idem).

Na continuação, são apresentados dois aforismos²¹ escritos por Nietzsche:

²¹ Aforismo: Texto breve que traz consigo um fundamento que, numa sentença filosófica, pode denotar um pensamento de teor práctico ou moral. AFORISMO. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/aforismo/>>. Acesso em: 28/06/2024.

Figura 8: Baton & Rouge – “Porque as mulheres se enfeitam...” (2)



Fonte: Fon-Fon (1930, ed. 00030, p. 38).

O primeiro afirma que as mulheres que se envolvem e se engajam com a literatura possuem algum defeito em sua sexualidade, sendo que a esterilidade propiciaria a “virilidade do gosto”. A virilidade é compreendida como “modo de proceder ou aspecto que se pode assemelhar ao daquele próprio do homem; masculinidade”²². Associar o gosto pela literatura à virilidade implica dizer que gostar, se interessar ou se dedicar ao âmbito literário só poderiam ser características masculinas. É afirmado que a esterilidade contribuiria para provocar esses aspectos nas mulheres, pois sem a maternidade elas estariam despossuídas da sua identidade de “verdadeiras mulheres”, transitando em âmbitos considerados masculinos, que não dizem respeito à sua sexualidade. A “verdadeira mulher” se ocuparia apenas com a maternidade, e teria o pudor para notar que outras funções não deveriam ser de seu interesse e não lhe caberiam, podendo então, causar riscos à sua delicada saúde, acarretando, nos piores dos casos, a esterilidade, um perigo muito grande a ser vivido, pois geraria a perda da sua identidade.

Como nos traz Esteves (2021, p. 249), “[...] intrometer-se em domínios tipicamente masculinos poderia desgastá-la e torná-la incapaz nas áreas que lhe eram próprias ou comprometer a sua estabilidade emocional e até provocar a esterilidade”.

²²VIRILIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em <https://www.dicio.com.br/virilidade/>. Acesso em 28/06/2024.

A própria ameaça da esterilidade se fazia presente para que assim as mulheres não adentrassem no campo considerado masculino e ficassem no território que lhes era propriamente destinado, o âmbito do lar, cumprindo o seu destino materno.

Dessa forma, a maternidade continua a resumir a vida feminina. Como pode-se visualizar no anúncio das “Pilulas Rosadas do Dr. Williams” intitulado de “O Que Toda Mulher Deve Saber - Suas Tres Epochas” (*Fon-Fon*, 1939, ed. 028, p. 58), afirmando logo de início que a vida feminina possui apenas três épocas, a puberdade, a maternidade e pôr fim a idade crítica, não dando espaço para outras experiências ou vivências que definissem a sua existência.

Figura 9: O Que Toda Mulher Deve Saber - Suas Tres Epochas



Fonte: *Fon-Fon* (1939, ed. 028, p. 58).

A maternidade se torna uma obrigação natural, como podemos ver no texto escrito por Berilo Neves (figura 10), no qual irá falar principalmente sobre o casamento, narrando um panorama da sociedade atual referente a esse âmbito. Mas o que devemos direcionar a nossa atenção, devido à temática aqui abordada, está presente na última pergunta que o autor faz, reafirmando a maternidade como uma obrigação feminina, em virtude de uma “lei natural das cousas”.

Figura 10: A felicidade e o imposto por Berilo Neves

Este, minha amiga, é o scenario verdadeiro da sociedade actual, em materia de casamento. Resta explicar por que tantos rapazes de bom senso, e com empregos razoaveis, não se animem a casar. Já foi V. alguma vez ao Pcto 2, em domingo de sol? Ouviu as conversas das meninas de 17 a 20 annos, ás quaes, pela lei natural das cousas, corre a obrigação de serem, um dia, mães de familia?

Fonte: *Revista da Semana* (1939, ed. 00007, s/p).

Dessa forma, o feminino resumido e definido através do materno, também irá estabelecer a sua valorização ou não. Ao referir-se à leitora como “minha amiga” o autor da coluna coloca-se na posição de conselheiro(a) dessa leitora, criando uma aproximação, quase uma intimidade e confiança da leitora com suas palavras. Alguém sem rosto e sem sexo, que está ali para aconselhar, cumprindo o papel de amiga.

Na seção “Pensamentos” (figura 11) da *Revista da Semana*, uma das frases encontradas se refere à maternidade como o aspecto que mensura, determina e define o coração feminino, sendo possível através da “missão materna”, elevá-lo e enobrecê-lo, ou diminuí-lo, tornando-o mesquinho e egoísta, características intensamente associadas àquelas mulheres que não querem ou optam por não se tornar mães, e ainda as que não seguem os estereótipos de sacrifício, devotamento e sofrimento que essa concepção materna exige.

Figura 11: Pensamentos (2)

Pensamentos

A maternidade será sempre a pedra de toque do

coração feminino : eleva-o ou diminue-o.

Fonte: *Revista da Semana* (1931, ed. 034, p. 2).

Essas mulheres, as quais não vivenciaram a maternidade, irão ocupar esse local de coração diminuído, mulheres que não conseguiram exercer a sua missão mais sublime, que destoam da própria “natureza”, negando sua função biológica e social; não somente iriam perder a valorização através das glórias da maternidade, mas comprometeriam o seu bem-estar físico e psicológico, como veremos adiante.

A publicação abaixo, intitulada de “*O feminismo e a mulher*” (figura 12), inicia falando sobre o país que mais poderia ser feliz, sendo aquele em que pode com mais liberdade, expandir os seus instintos. A partir disso, notemos o que o primeiro recorte referente a esse texto, abordando o instinto feminino, traz: é afirmado que o instinto feminino seria o lar e a família, o amor seria a missão e a maternidade a função das mulheres. Somente a partir da maternidade é que a mulher seria um ser feliz, pois nela encontra o equilíbrio e a harmonia, até mesmo com uma vida carregada de monotonia e dores, o lar e a maternidade proporcionariam as propriedades para a sua felicidade, dessa forma, independentemente dos motivos que estariam acarretando a dor e o sofrimento nessas mulheres, elas deveriam se sentir felizes por estarem cumprindo a sua natureza.

Figura 12: O feminismo e a mulher (1)

O feminismo reclama para a mulher direitos que lhe não convêm biologicamente, physiologica e morphologicamente.

Como bem diz Marañon, a natureza marca, com uma limpidez acima da opinião dos homens, esta divisão na actividade social dos dois sexos.

Fonte: Fon-Fon (1931, ed. 00039, p. 14).

O discurso biológico adentra, ao afirmar que o feminismo reivindica direitos para as mulheres que não são pertinentes a elas, tanto pelo seu biológico, quanto pelo seu psicológico e, inclusive, morfologicamente. A natureza é o que define, e não haveria como questionar o natural, definido com ardor, que gera a divisão de atividades sociais dos homens e das mulheres. Interessante perceber o incômodo que

o movimento feminista desse período causava, como contradiscorso, a esse estabelecimento do lugar das mulheres na sociedade, naturalmente demarcado.

Figura 13: O feminismo e a mulher (2)

O instinto da mulher é o lar, a família. O amor é a sua missão, a sua função a maternidade. Enquanto realiza aquela missão e exerce essa função, ella é feliz. E é feliz porque encontra a harmonia, o equilíbrio e a homogeneidade de que carece para a felicidade mesmo e até numa vida monótona e dolorosa. Porque até no sofrimento a gente pode ser feliz. Felicidade não é prazer.

Fonte: Fon-Fon (1931, ed. 00039, p. 14).

Em continuação, o texto (figura 13) mostra que só um acidente poderia fazer com que fosse possível a mulher realizar tudo o que o homem realiza. O termo “acidente” é utilizado, pois diz respeito àquilo que não se espera, além de, na maior parte dos casos, ser empregado para algo indesejável e que causa danos. O termo acidente, através da filosofia, se associa ainda mais ao motivo de aqui ter sido usado, pois se refere a “Aquilo que não pertence à essência de alguma coisa”²³. Se a maternidade é a essência da identidade feminina, ao, accidentalmente, a mulher não se tornar mãe, isso significaria a retirada de toda essa essência identitária.

O acidente, no texto, seria exatamente se desassociar do “sagrado obstáculo” (termo utilizado na publicação), a maternidade. Vista como um obstáculo, pois atrasaria o desenvolvimento morfogenético. O texto afirma que o cérebro feminino e o masculino possuiriam a mesma capacidade, todavia, a maternidade traria um

²³ ACIDENTE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2024. Disponível em <https://www.dicio.com.br/acidente/>. Acesso em: 28/06/2024.

desvio, do qual somente as mulheres sem filhos não poderiam se desprender (*Fon-Fon*, 1931, ed. 00039, p. 14).

Mas o preço a se pagar por não viver a maternidade envolve de forma intensa o próprio condicionamento e o bem-estar físico. Em consequência, essas mulheres possuiriam menos solidez no aparelho locomotor, resistência da impulsão motora ativa inferior e menor resistência passiva, e, dessa forma, os homens ainda continuariam com maior capacidade e propensão criadora e abstrativa (*Fon-Fon*, 1931, ed. 00039, p. 14).

Além de que, essas mulheres não poderiam transmitir e aperfeiçoar o cérebro através da herança, ao terem seus filhos, sendo esta, na publicação, uma ação muito mais valorizada do que realizar atividades que seriam consideradas do domínio masculino (*Fon-Fon*, 1931, ed. 00039, p. 15). Dessa forma, a maternidade adentra o campo de amor ainda maior, em razão de, ao terem filhos, as mulheres estariam negando o desenvolvimento de seu cérebro para que pudessem passá-lo aos seus descendentes; essas mulheres desempenhariam mais funções sociais úteis e importantes do que as outras.

Logo, o desenvolvimento de conhecimento nunca seria associado ao ser feminino. Pois, se todas as mulheres são destinadas à maternidade, e a partir do materno o seu cérebro não seria mais desenvolvido, direcionando assim, esse progresso para os seus filhos, mesmo que “esse filho” fosse uma menina, no futuro ela não poderia continuar a desenvolvê-lo, pois também se tornaria mãe, sendo despossada do mesmo, perpetuando nessa visão o desenvolvimento livre do conhecimento destinado apenas ao masculino, contribuindo para a “evolução” social.

Sair dessa normatividade, seria transgredir as leis naturais, afetando a sua própria saúde e a moral, gerando diversas críticas ao não assumirem a sua mais bela função. A desaprovação estava contida até mesmo naquelas que são mães, mas que não estariam seguindo o estereótipo de dedicação total ao exercerem em sua vida qualquer outra atividade que não seja relacionada ao materno. Sacrifício e suplício, são características extremamente valorizadas na vivência materna, pois o sofrimento seria uma prova do amor daquela mãe.

A imagem do diálogo abaixo (figura 14) é um recorte de um texto, o qual é descrito como uma representação de cena em uma rica sala de jantar, onde haviam terminado a refeição Maria-Rosa, dona da fala aqui apresentada, e seu marido, Pedro.

Pedro, diante de uma situação relatada, questiona Maria-Rosa sobre a sua extrema sensibilidade, dizendo que não a comprehende. E Maria-Rosa responde:

Figura 14: Cumplices

MARIA-ROSA (*com amargura*). — E' natural que não a comprehendas, porque sómente as mães poderão comprehenderm-me... Tú és homem, e para um homem o filho apenas significa alguns momentos de prazer; para nós mulheres, sér mãe é soffrer, soffrer sorindo, mas soffrer.

Fonte: Fon-Fon (1933, ed. 00034, p. 60).

Por meio da fala de Maria-Rosa, pode-se notar como a responsabilidade sobre os filhos é direcionada às mães, que para o homem o filho só indicaria alguns momentos de prazer, mas que as preocupações, aflições e inquietações só seriam sentidas pelas mesmas. Os pais se ocupam com os filhos de uma forma mais ocasional e sem o compromisso diário do cuidado e da educação. Além disso, a resposta sinaliza como, para as mulheres, a maternidade seria um sofrimento.

Esses diversos discursos se entrelaçam para tornar a maternidade naturalizada e realizada por todas as mulheres, que desde a sua infância irão ser mergulhadas em variados atos performativos, buscando instruí-las a não questionarem e a assumirem essa identidade da forma desejada, sendo educadas para o maternar. Ser mãe é uma construção que se inicia ainda nos primeiros anos da vida feminina.

2.2 Infância e bonecas: da brincadeira à sutil construção materna

Conforme discutido e demonstrado até agora, ser mãe nos moldes que conhecemos é uma construção. A maternidade como destino está inscrita no ser feminino desde o seu nascimento, pois, nessa visão, “a mulher nasceu para ser mãe”.

A dicotomia de gênero estabelece uma divisão rígida, criando estereótipos para meninas e meninos que não podem ou não deveriam ser infringidos: meninas usam

rosa, meninos usam azul, meninas brincam de boneca ou de casinha, meninos brincam com outras possibilidades que não envolvam esse “universo doméstico” representado por esses brinquedos ou brincadeiras, e que raramente ou em nenhum momento relembram o cuidar, pois o cuidado seria algo feminino.

Desde o seu nascimento e na sua infância as crianças são preparadas para estarem dentro dos ideais de gênero, prescritos pela sociedade, os atos performativos se iniciam para projetar gradativamente nos futuros adultos, funções e papéis extremamente definidos e dicotomizados. Os pais são envolvidos por um curso quase que automático ao propagar essas práticas profundamente integradas de forma cultural.

A partir do nascimento do bebê o seu sexo é determinado por um conjunto de características biológicas que permite a diferenciação anatômica sobre quem são os homens e quem são as mulheres. Contudo, o gênero desse bebê, ou seja, o conjunto de características culturais e atribuições sociais do que significa ser mulher e homem, convencionadas socialmente e que sofrem variações de uma cultura à outra e ao longo da história, é delineado principalmente no decorrer de sua infância (Elis Denise dos Santos; Ferreira Filho; Lima, 2019, p. 02).

Como salientado, a constituição dessa identidade de gênero se dá, em especial, através de brincadeiras e brinquedos, ambos que muitas das vezes parecem e podem ser “inocentes” de tão naturalizados, são bons exemplos de como, desde cedo, somos inseridos(as) nos atos performativos de gênero.

Os brinquedos são distribuídos para crianças através de uma divisão de gênero que impõe o que seria para meninas e meninos brincarem. Com isso, entende-se que os brinquedos servem como instrumentos para socialização de crianças, e assumem um papel de reproduzir significados dos valores de determinado período (Samara Chaves, 2022, p. 21).

Nesse contexto, as meninas são preparadas desde muito cedo para assumirem sua função na esfera privada, na domesticidade e no cuidado para com os filhos na maternidade. As brincadeiras e brinquedos considerados adequados para as meninas, permeiam o âmbito do cuidar e da manutenção do funcionamento do lar, o “brincar de panelinha”, “brincar de casinha”, “brincar de mamãe e filhinha”, representam o futuro que seria desejado para essas meninas.

Desde criança, as meninas são educadas para cuidar. O projeto da maternidade nasce já na infância feminina em que muitas brincadeiras circunscrevem ao ambiente doméstico: brincar com bonecas, fazer

comidinha, preparar a cama para a boneca dormir, trocar sua roupa e dar banho, são algumas das atividades ligadas a esse precoce exercício da maternidade (Moraes, 2021, p. 26).

Dentro desse cenário, destaca-se um brinquedo que se consagra, tornando-se símbolo dos brinquedos destinados para meninas: as bonecas. Em sua forma de bebê, as bonecas simbolizam não somente o carinho e o cuidado para com os filhos, mas uma aprendizagem e iniciação silenciosa e sutil para uma função definida na vida daquela futura mulher, a maternidade. “A boneca colocada como brinquedo apenas para meninas, demarca a herança de uma ideologia patriarcal, que reproduz sentidos, definições e ideais relacionados ao gênero e que vão sendo internalizadas nas crianças, desde a sua infância” (Chaves, 2022, p. 21).

A paternidade não é algo que aparece nas brincadeiras e brinquedos considerados como masculinos e a “maternagem” não é um aspecto aceitável para os meninos, os quais são intensamente proibidos de brincar de boneca, pois isso iria desvirilizá-los, ou com qualquer tipo de brincadeira que desenvolva o cuidado, visto que, o cuidado, em especial para com os filhos, é determinado como responsabilidade feminina. Assim, o cuidar é historicamente associado ao ser feminino, perdurando até os nossos dias atuais. Percebe-se o cuidado feminino de uma forma tão naturalizada, que o mesmo se torna invisível, consequentemente, não sendo reconhecido, muito menos valorizado, percebido como se as mulheres estivessem apenas cumprindo com um papel que lhes fora automaticamente atribuído, isto é, com a sua obrigação, principalmente quando se trata da maternidade, na qual as responsabilidades são direcionadas totalmente para as mães.

Dessa forma, o gosto pelas bonecas não seria algo implantado pelos pais ou socialmente difundido, mas algo natural da própria menina, pois se a boneca se associa com os cuidados de um bebê, despertando a sua atenção natural, é devido ao instinto materno, que já está inscrito nela desde o seu nascimento. A publicação a seguir (figura 15) intitulada “Despertando para o mundo”, traz uma coleção de fotos de várias crianças, algumas legendadas com os seus respectivos nomes e os nomes de seus pais, sendo descritos ao lado das imagens.

Figura 15: Despertando para o mundo (1)



Fonte: Revista da Semana (1937, ed. 00018, s/p).

Dentre essas crianças, encontra-se a fotografia da filha do sr. Bento Munhoz da Rocha Netto e dona Flora Camargo M. da Rocha, na qual a menina está segurando e beijando uma boneca, como podemos observar abaixo (figura 16), na imagem recortada da publicação:

Figura 16: Despertando para o mundo (2)



Filha do sr. Bento Munhoz da Rocha Netto e
d. Flora Camargo M.
da Rocha.

Fonte: Revista da Semana (1937, ed. 00018, s/p).

Com a descrição da fotografia que se encontra pouco abaixo da mesma:

Figura 17: Despertando para o mundo (3)

Logo após, uma linda menina, com exuberantes tranças alsacianas, acalenta uma boneca. É o santo instinto da maternidade. Bemdicta seja!

Fonte: Revista da Semana (1937, ed. 00018, s/p).

Na descrição publicada é demonstrado que o ato de carinho que a menina destina à boneca ao abraçá-la e beijá-la, acalentando-a, é o instinto da maternidade sendo externado e se fazendo presente nessa criança, tão pequena, mas já com atitudes que demonstram que dentro de si carrega esse instinto. Dessa forma, é afirmado que o instinto maternal não é algo aprendido, que vai se desenvolvendo durante a vida feminina ou que só irá ser despertado na sua adolescência ou na sua fase adulta; desde a infância esse instinto se faz presente, nascendo com essas meninas e fazendo-se transparecer, seguindo-as ao longo dos anos.

Outro fator interessante de nos atentarmos é a característica que o instinto materno recebe. Sendo caracterizado como santo, “É o santo instinto da maternidade” (*Revista da Semana*, 1937, ed. 00018, s/p). A maternidade traz consigo um ar de sagrado, de santidade, associado ao divino, como veremos também em publicações posteriores, e vimos no capítulo anterior, ao mostrar como o discurso religioso se entrelaça e ajuda a configurar a concepção maternal, tendo a figura da Virgem Maria como o estereótipo e exemplo, o qual todas as mulheres deveriam seguir, possibilitando a redenção da culpa do pecado original, iniciado por Eva e perpassado para todas as suas descendentes, através do ser mãe.

Ademais, se tem ainda outro aspecto de suma importância para notarmos e analisá-lo. A descrição termina com um “Bemdicta seja!” (idem), sendo uma associação a saudação que o anjo Gabriel teria feito ao visitar Maria e anunciar que ela seria mãe, “E, entrando o anjo onde ela estava, disse: Salve, agraciada; o Senhor é contigo; bendita és tu entre as mulheres”²⁴, tratando-se de uma forma de valorizá-la, assim como acontece com a maternidade.

Essas meninas desde a infância iriam ser apresentadas à valorização maternal, criando a percepção de que por meio da maternidade elas seriam reconhecidas e enaltecidas, ganhando elogios e sendo admiradas quando cuidassem bem de suas bonecas/filhas ou recebendo apreensões, questionamentos e ensinamentos para quando não fizessem isso.

Outra publicação (figura 18) que nos leva a perceber a defesa do instinto materno desde a infância está presente na *Fon-Fon*, intitulada “Os cegos recebem a luz da instrução” (*Fon-Fon*, 1945, ed. 00048, s/p). A reportagem ocupa cinco páginas da revista, quatro em sequência e a última localizada algumas páginas depois, sendo especificada sua numeração na quarta página.

A publicação é referente ao Instituto Benjamin Constant, voltado para a educação de pessoas com deficiência visual²⁵. Contando com um texto que apresenta a origem do Instituto, detalhando e descrevendo as novas instalações e as atividades realizadas, possuindo uma parte informativa de prevenção e de exposição de outras

²⁴ Lucas, capítulo 1, versículo 28. Encontrado em <https://www.bible.com/pt/bible/212/LUK.1.ARC>. Acesso em 14/06/2024.

²⁵ O Instituto Benjamin Constant (IBC) continua atuando no presente, sendo uma grande referência na educação de pessoas cegas e com baixa visão. “O Instituto Benjamin Constant é uma instituição federal da administração direta, ligada diretamente ao gabinete do ministro da Educação e especializada na educação e atendimento de pessoas cegas e com baixa visão”. Encontrado em <https://www.gov.br/ibc/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/institucional-1>. Acesso em 14/06/2024

criações destinadas aos deficientes visuais, como por exemplo, uma revista brasileira em braille. Para além do texto, se tem também fotografias das crianças no Instituto com legendas referentes a elas. Vamos nos atentar a essas fotografias. Em meio a estas, temos a de uma menina sentada que segura uma boneca com o corpo de pano, veremos abaixo:

Figura 18: Os cegos recebem a luz da instituição



Fonte: Fon-Fon (1945, ed. 00048, s/p).

Novamente o carinho para com a boneca é descrito como instinto materno, na breve legenda escolhida para a foto apresentada, como podemos ver na imagem

acima. A questão aqui não é afirmar que essas meninas tivessem amor e carinho para com as suas bonecas, elas podem realmente sentir isso, mas que essa visão é ideologicamente construída.

O afeto para com esses brinquedos, como objetos de seus cuidados e de seu amor, é instituído, pois desde pequenas essas meninas são condicionadas e disciplinadas a acreditarem na afeição, no sentido de maternarem, sendo repreendidas quando agem de outra forma. Da mesma maneira, a maioria dos meninos tratam os seus brinquedos com aspectos de domínio e violência, sendo interpelados quando expressam algum tipo de afeto ligado à capacidade de cuidar dos mesmos. O caráter pedagógico que constitui os brinquedos, e que veremos na publicação a seguir (figura 19), contribui na normatização e cristalização das identidades generificadas, em particular, na identidade feminina que tem como constituinte a maternidade.

Em uma publicação presente na *Revista da Semana*, intitulada “Brinquedos de Natal”, podemos constatar esse fator. Essa publicação é um texto escrito por João Luso, que na verdade era o pseudônimo utilizado por Armando Erse de Figueiredo; além desse, Armando também escrevia como Clara Lucia para se referir a questões femininas (Maria Apparecida Pereira, 2018). Isso nos diz muito, pois deixa explícita a tentativa de controle social das mulheres, por meio de uma suposta autoridade feminina.

O texto conta que Luso estava na frente de uma vitrine de brinquedos, e como os brinquedos o encantam, como cada detalhe o deixa maravilhado, não medindo palavras para admitir que adora brinquedos. O caráter pedagógico que os brinquedos possuem se faz presente em suas colocações. Como podemos ver no recorte do texto presente na imagem abaixo:

Figura 19: Brinquedos de Natal (1)

Sempre os brinquedos constituiram meios instructivos, educadores. Não precisamos de citar, nesse sentido, Froebel nem Pestalozzi. Antes de ouvirmos falar desses figúrões da Pedagogia, já comprehendiamos como o mais singelo jogo, de se collocar a um canto de sala ou sobre um canto de mesa, pode desenvolver e incitar a intelligencia duma criança applicada. Brinquedos são aulas que podem abranger todas as especialidades, inspirando o gosto de todas as sciencias. Todas as sciencias, todas as artes, todos os misteres e ocupações da vida...

Fonte: *Revista da Semana* (1935, ed. 00002, s/p).

João Luso demonstra a consciência de que esses objetos podem constituir uma forma de educação e ensino, confirmando o que havíamos debatido anteriormente: como o brinquedo influencia na concepção e ensinamento da identidade de gênero. Antônia Nascimento observa a associação do caráter pedagógico dos brinquedos e a configuração do gênero:

Enquanto a criança se apropria e usa os brinquedos disponibilizados e referendados pelos adultos, ela está acionando valores socialmente definidos como o que é masculino e feminino, ao mesmo tempo em que dramatiza as próprias vivências de gênero, ou seja, projeta facetas de uma cultura que separa homens e mulheres, atribuindo-lhes valores sociais dominantes (Antônia Nascimento, 2016, p. 297).

Logo após a afirmação do caráter pedagógico dos brinquedos, o autor lança o questionamento “Que são os soldados de chumbo?” (*Revista da Semana*, 1935, ed. 00002, s/p), não como uma indagação, mas como uma afirmação de que estes seriam um bom exemplo, pois teriam um aspecto pedagógico ao representarem “a guerra em um ponto pequeno”, como é colocado na publicação, descrevendo como o garoto move os brinquedos que constituem esse cenário.

Em continuação, João Luso detalha e especifica aspectos sobre esses brinquedos e o uso dos mesmos. Quando menciona os brinquedos admissíveis para o feminino, o jornalista inicia afirmando que a forma com que a menina iria utilizar os objetos das suas brincadeiras, relacionados a utensílios de casa, comprovaria ou negaria, de imediato, uma dona de casa.

Após isso, no que se trata das bonecas, é relatado que até mesmo o mais leve amor que a garota desenvolva por esse brinquedo é retrato da “intuição da maternidade”, dessa forma, pode-se prever como essa criança procederá na sua futura função materna.

Figura 20: Brinquedos de Natal (2)

casa. No mais vêhemente ou mais leve, mais grave ou mais faceiro amor ás bonecas, logo se define a intuição da maternidade. Como ha' crianças que não cuidam senão de vestir opulenta e garridamente as suas bonecas, assim ha' mães que consideram seu principal dever embonitar, enfeitar, abonecar as filhas. Duas, pelo menos, conheço eu que põem carmim nas faces das crianças, e lhes borram os labiozinhos de batom, e lhes adulteram, lhes degradam, com a pintura, a maciez, o brilho e a graça dos cabellos. O que uma garotinha hoje faz com a sua boneca, com as filhas, mais tarde, o ha de fazer. E a tal prenuncio se deve dar a atenção mais escrupulosa, para se cuidar de qualquer correccão, se necessaria e possível, ou pelo menos... para se ficar sabendo !

Fonte: Revista da Semana (1935, ed. 00002, s/p).

O tratamento com a boneca estabeleceria admiração e elogios ou advertências e repreensões para essas meninas, pois a maneira com que agissem com as suas bonecas, seria um reflexo nítido de como elas iriam agir com os seus futuros filhos, um esboço do retrato de quando elas se tornassem mães. Como podemos ver, o autor traz exemplos que buscam comprovar a relação dos cuidados com as bonecas para com a maternidade futura, para isso, ele compara as crianças que só se importam com a estética de vestir as bonecas, com as mães que só se importam em enfeitar e arrumar os seus filhos.

E, afinal, ele deixa nítida essa concepção na afirmação que faz: “O que uma garotinha hoje faz com a sua boneca, com as filhas, mais tarde, o ha de fazer” (idem). Esse enunciado vem acompanhado de preocupação, pois sendo a maternidade um alvo de atenção, tanto para o Estado, quanto para a economia, e consequintemente para todo o desenvolvimento e configuração social, faz-se necessário vigilância e disciplinamento desde o início da vida feminina, com o objetivo que os ideais maternos

sejam formulados ainda em sua infância, principiando a constituição de corpos dóceis e disciplinados para exercer essa função. O ideal da maternidade se torna um meio eficiente de controle sobre os corpos das meninas e das jovens mulheres.

Sendo assim, o texto nos mostra que a observação das atitudes e dos hábitos dessas crianças para com suas bonecas seria de extrema importância, para que mesmo na infância elas começassem a serem reguladas, devendo-se dar uma atenção rigorosa e exigente aos indicadores refletidos através do brincar, para que assim se pudesse corrigi-las quando fosse possível e necessário, caso não fosse, para que ao menos ficasssem sabendo como ela irá performar a maternidade.

A construção do mito do amor e do instinto materno se configuram tão fortemente, que não somente na infância tem-se essa associação com as bonecas, mas na velhice feminina podemos notar esse mesmo fator. Durante a vida adulta, quando os filhos são gerados e quando ainda se tem ali presentes, essa associação se dissolve, pois é preenchida pelos progênieis. No entanto, na velhice em alguns casos, com a falta dos filhos, a concepção e construção do instinto e do amor materno é tão intensa, tendo que ser manifestado de alguma forma, por isso, algumas idosas voltam novamente a canonizar o seu amor nas bonecas, fazendo isso como uma forma de externar o “instinto” que ainda está dentro delas.

Agora iremos analisar a última publicação escolhida (figura 21), referente à temática, e a importância das bonecas na constituição da concepção maternal e do início da formulação da identidade feminina, baseada na mesma. Essa publicação, escrita por Mário Sette²⁶, narra a viagem de um homem chamado Edgard, na qual é convidado para visitar um abrigo em que o seu amigo Paulo Thomaz trabalha como médico. Ao chegarem lá e observarem os idosos que ali estavam, ele vai descrevendo-os. Dentre os idosos observados, chama-nos a atenção uma descrição em específico:

²⁶ Mário Sette nasceu em Recife, em 1922 ocupou a cadeira 29 da Academia Pernambucana de Letras, foi professor de História do Brasil, Português, Francês e Moral Cívica. Era contista, romancista e cronista, escreveu para o *Jornal do Recife*, *Jornal Pequeno* e também *A Província*, e também para a *Fon-Fon*. Encontrado em: <<http://editora.cepe.com.br/autor/mario-sette-1>>. Acesso em: 18/06/2024.

Figura 21: A velhinha no Asylo

Uma octogenaria de olhar infantil com uma boneca no collo...
Desejos de uma maternidade que lhe não fôra concedida ou saudade de uma filha que hoje via longe?....

Fonte: Fon-Fon (1931, ed. 00052, s/p).

É comprovado que as bonecas trazem benefícios na velhice, compreendida como um recurso terapêutico, tanto para mulheres, quanto para homens (Evelly Souza; Maria Izabel Nogueira; Ana Karina Machado, 2024). Todavia, o cuidado não é entrelaçado, nem constitui a identidade masculina. Por isso, é muito mais comum vermos idosas com o desejo de possuírem uma boneca na sua velhice, algumas das vezes, um desejo muito forte, mesmo com a maternidade tendo sido uma experiência não vivenciada daquelas mulheres, pois a concepção materna foi tão emoldurada nas mesmas e a constituíram, que durante sua velhice elas sentiriam intensa falta, se sentiriam incompletas e sem utilidade sem um filho para cuidar.

A terapia com bonecas tem como objetivo proporcionar conforto e sensação de amor e utilidade na pessoa idosa com diagnóstico de alguma doença. Ela pode funcionar muito bem em idosos de ambos os sexos, desde que gostem de crianças ou tenham boas recordações da paternidade ou maternidade. A terapia leva a pessoa idosa de volta a uma época de suas vidas em que cuidavam dos filhos e eram produtivos (Souza; Nogueira; Machado, 2024, p. 602).

A paternidade não se constitui como elemento gerador da identidade masculina, por isso, a concepção paterna e de cuidado não é tão centralizada na vida do homem. Nascimento (2016) nos afirma que na infância, nas brincadeiras relacionadas ao masculino, diferentemente das relacionadas ao feminino, que têm grande centralidade na maternidade e no cuidar, sente-se a ausência da paternidade.

Em suma, na infância feminina se inicia a configuração da identidade feminina, fundamentada na maternidade, e que a partir daí irá constituí-la pelo resto da sua vida. E quando não se encontram na maternidade, é gerada uma falta de identidade ou de utilidade, como no caso daquelas que não são mães, como exemplo das solteironas, que serão abordadas mais à frente.

Casar-se e ser mãe seriam aspectos previsíveis e insubstituíveis na vida feminina, em particular a maternidade, que adquire uma centralidade ainda maior,

devido, o argumento aqui desenvolvido, a ser o fator do qual depende a atribuição de identidade às mulheres.

2.3 Formando mães: o disciplinamento e a instrução materna

A preparação para a missão magna do sexo feminino²⁷, iniciada desde a infância das meninas, se acentua na fase de transição para a adolescência, a puberdade. Considerada uma fase bastante delicada e definidora da vida feminina, pois era estabelecida como uma “dura prova” (*Fon-Fon*, 1934, ed. 035, p. 59) a ser superada, na qual o delicado organismo feminino poderia não sobreviver, dentro dessa perspectiva, entra a figura da mãe, definidora nesse momento de angustia e temores, exercendo um papel fundamental nessa fase, devendo estar sempre atentas e vigilantes nesse difícil e delicado momento para que, assim, pudessem garantir a sobrevivência de suas filhas. Conforme podemos ver no anúncio da *Fandorine*, tônico uterino, encontrado na *Fon-Fon*:

²⁷ Termo utilizado e analisado na próxima publicação.

Figura 22: Fandorine



Fonte: Fon-Fon (1934, ed. 00035, p. 59)

Durante essa época decisiva de formação, na qual irão se realizar relevantes transformações no seu organismo, irá depender a futura saúde e felicidade da "moça-espôsa e mãe de amanhã", conforme declara o anúncio do Regulador Gesteira²⁸. Por isso, a vida feminina já é algo traçado, ser esposa e mãe, elementos onde encontrariam completude e plenitude.

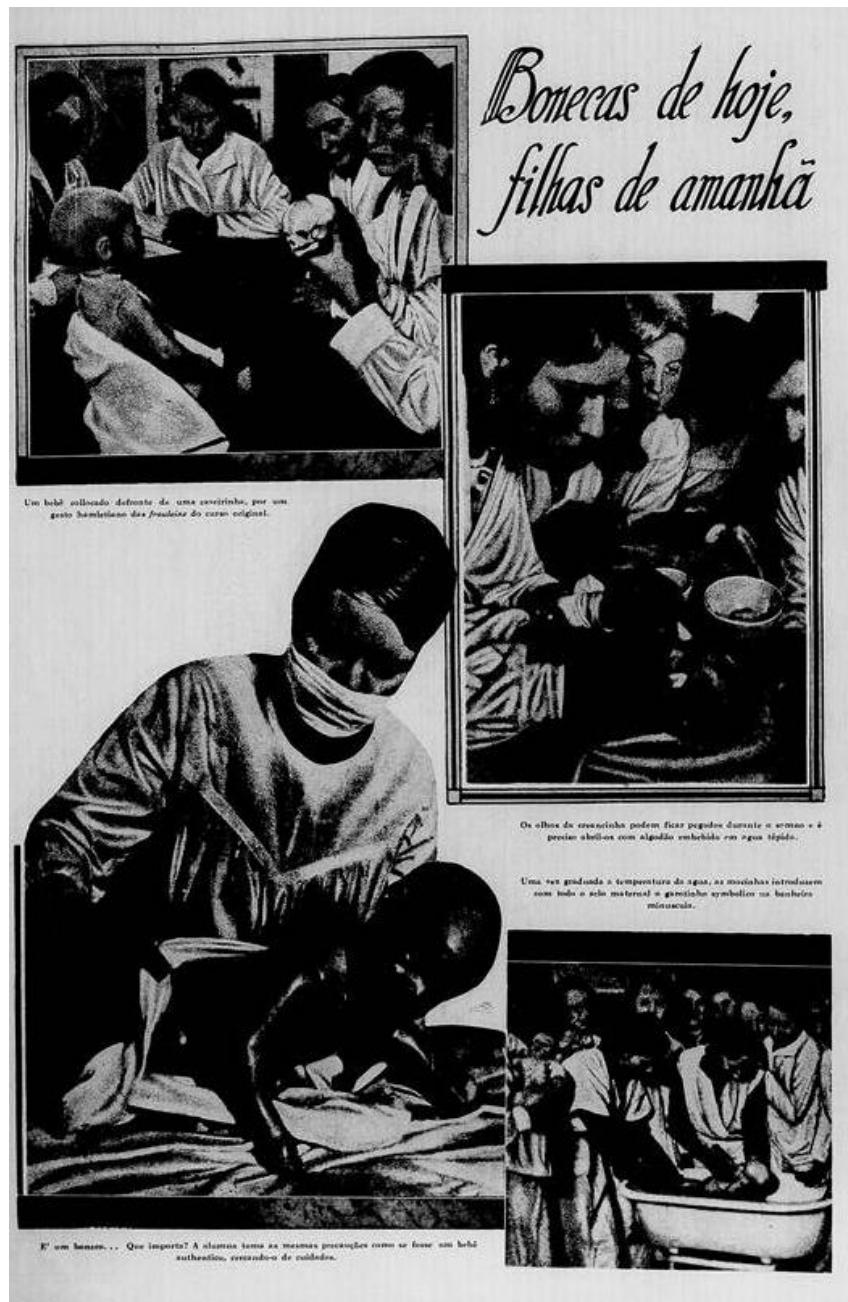
A partir de então, essas meninas deveriam passar a exercer uma nova conduta, ingressando no considerado "universo feminino", almejando ainda mais o destino e os

²⁸ Encontrado na Fon-Fon (1948, ed. 02160, p.11).

objetivos que lhes foram determinados. O se comportar como “moças”, agora lhes era cobrado. Cartilhas, manuais, livros, escolas, dentre outros aspectos pedagógicos, adentram com mais intensidade na vida dessas novas “moças” para que elas possam se preparar para exercer a futura função materna, continuando assim, a construção do “ser mãe”. Instruir essas moças era uma preocupação intensa na sociedade, devido às elevadas taxas da mortalidade infantil, todavia, o país estava se configurando nos modelos republicanos e positivistas, a construção de uma nação que possuísse uma sociedade com pessoas fortes, de boa saúde e conseguintemente, aptas para trabalharem, esse foi um objetivo direcionado para constituir um novo modelo de comportamento social e conseguir realizá-lo, veremos esses investimentos mais detalhadamente no próximo capítulo (Moraes, 2021).

A próxima publicação que será analisada, ainda contém uma relação com a temática das bonecas, que nesse caso, transcendem o seu uso como brinquedos, mesmo que com caráter pedagógico, e assumem um caráter pedagógico realmente, destinado nitidamente ao aprendizado, ao possibilitarem que essas moças aprendam com mais seriedade a cuidarem de seus futuros filhos. A publicação (figura 24) é intitulada de “Bonecas de hoje, filhas de amanhã”, nos trazendo várias imagens dos aprendizados realizados em uma escola de Berlim.

Figura 23: Bonecas de hoje, filhas de amanhã (1)



Fonte: Revista da Semana (1932, ed. 00024, s/p).

Em uma das legendas referentes às fotos, aparece: “Uma vez graduada a temperatura da agua, as mocinhas introduzem com todo o zelo maternal o garotinho symbolico na banheira minúscula” (*Revista da Semana*, 1932, ed. 00024, s/p), podemos notar que a palavra “zelo” vem acompanhada da palavra maternal, no sentido de, transcender o ato de cuidar, elevando-o a um nível de dedicação e devotamento que parece estar enraizado dentro do coração, com a força e ternura

que apenas a maternidade pode conjurar, pois estaria inscrito no instinto materno, ao associar o zelo ao maternal, esse ato é elevado a um nível que ultrapassa a “simples” ação de zelar.

Sobressaindo a ação de medir a temperatura da água e introduzir a “criança” na banheira, essa atividade é exercida como se fosse um ritual sagrado, que só pode ser realizado ao nível de tamanha delicadeza e exatidão pela figura da mãe, destinada desde o seu nascimento a essa função, com o instinto e amor esculpidos dentro de si, dando sentido à sua existência.

O argumento que se perpetua de cuidado, zelo, amor, vigilância ou qualquer outra atividade que envolva as incumbências para com o bebê, associado ao aspecto maternal, busca sancionar a ideia de que somente as mães atingiriam um grau de êxito nessas ações ou as executariam melhor por serem mães e terem o instinto dentro delas, tornando-as mais aptas. Estabelecendo o maternar, função que qualquer pessoa poderia realizar, conforme vimos a partir de Zanello (2018), apenas às mães. Destinando toda a carga de responsabilidade às mesmas, com o argumento sutil de que não é que o pai, o qual deve possuir a mesma responsabilidade para com o novo ser gerado, não queira cuidar, mas sim que a mãe efetuaria isso de uma melhor forma, tanto por ser mãe, possuindo o instinto materno, quanto por ser mulher e ter o cuidado internalizado dentro do seu ser.

Em outra legenda, a própria publicação vem com a justificativa sobre o uso de bonecas/bonecos para o ensino. “É um boneco... Que importa? A alumna toma as mesmas precauções como se fosse um bebê authentic, cercando-o de cuidados” (*Revista da Semana*, 1932, ed. 00024, s/p). O amor e o instinto materno, inscritos na natureza feminina, se sobressairiam ao fato de que se trata apenas de bonecos, pois a intensidade desse “sentimento materno” excede a materialidade dos objetos.

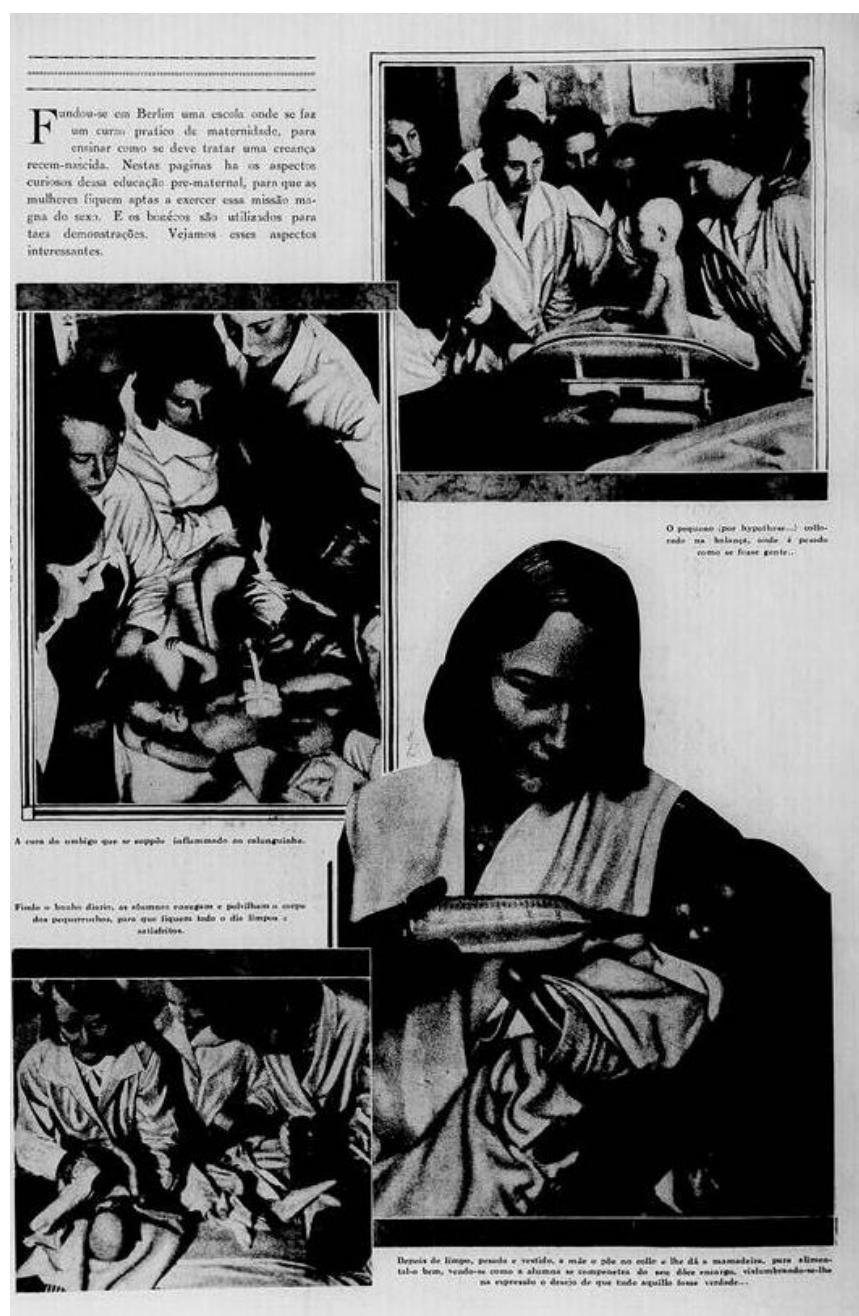
Apesar da escola não ser localizada aqui no Brasil, e sim em Berlim, somente de estar presente a notícia da existência dessa escola nas páginas da revista já diz algo, que querem que seja visto, mais que isso, admirado e propagado, pela forma com que a publicação e as descrições são feitas, já que os meios impressos possuem o poder de propagar ideais, de instituir hábitos, costumes, pensamentos e convicções, buscando atrair a atenção e moldar as perspectivas dos leitores, nesse caso, em particular, das leitoras, público alvo e principal dessas revistas.

Em continuação, o texto afirma que o curso é um curso prático, pois a educação feminina, ainda distante de ser destinada à intelectualidade, deveria ser pragmática,

principalmente direcionada às práticas da maternidade e aos cuidados para com o lar e o marido, por isso a quantidade de escolas, livros, manuais e cartilhas com conhecimentos práticos destinados ao ser feminino. Inclusive as revistas.

Dessa forma, elas ficariam habilitadas a exercer, como a própria publicação coloca, e já foi citado aqui, a “missão magna do sexo”, somente pela qual elas seriam realizadas e valorizadas: ser mãe. Como podemos ver abaixo:

Figura 24: Bonecas de hoje, filhas de amanhã (2)



Fonte: Revista da Semana (1932, ed. 00024, s/p).

Dentre as legendas que acompanham as fotografias desta página, trago aqui uma delas: “Depois de limpo, pesado e vestido, a mãe o põe no collo e lhe dá a mamadeira, para alimenta-lo bem, vendo-se como a alumna se compenetra do seu dôce encargo, vislumbrando-se-lhe na expressão o desejo de que tudo aquillo fosse verdade...” (*Revista da Semana*, 1932, ed. 00024, s/p).

Podemos ver que a preparação dessas futuras mães engloba todos os aspectos de cuidados para com a criança. Não que o fato de passar ensinamentos para que elas saibam cuidar dos seus filhos, e com mais facilidade, seja ruim, no entanto, a instrução específica e o estereótipo que vai se formando para configurar uma espécie de mãe, impede a multiplicidade de vivências maternas, além de que, o argumento “maternal”, estabelece a execução dessas atividades somente para as mães, a educação pragmática para a paternidade é inexistente, ou seja, a paternidade não inclui a intensa responsabilidade dos cuidados devidos para um bebê.

A analogia entre maternidade e a natureza pode ser traduzida numa harmonia de cores que pretende destacar, juntamente, o grau de pertencimento da mulher e do amor materno ao mundo natural. No caso da paternidade, essa relação não se equilibra, pois, culturalmente, a relação do homem com o mundo natural não é vista como participação, mas como domínio. Assim, o pai deveria mesmo ficar fora de cena (Moraes, 2021, p. 35).

A maternidade é romantizada ao nível de não ser considerada também um trabalho, que cansa e consome, pois assim como na publicação, é caracterizada como um “dôce encargo” (*Revista da Semana*, 1932, ed. 00024, s/p). A doação total, o enfadamento da mãe, a privação de outras vivências, não são fatores preocupantes que podem afetar tanto a sua saúde física, quanto psicológica, mas estabelecem-se como admiráveis; a maternidade é envolvida em uma aureola de valorização do sacrifício, no qual irá servir como uma régua para provar, no sentido de que quanto maior o sacrifício, mais amor e mais mãe aquela mulher será.

Ao afirmar que essas moças transparecem em suas expressões o querer de que todos os momentos de aprendizagem fossem verdade, a defesa do desejo inato e universal continua sendo perpetuada, ultrapassando os limites do simbólico e alcançando o plano do real, para que logo vivenciassem a tão almejada e sonhada maternidade. E afinal, essa pode ser a vontade de várias moças, visto que, desde a sua infância foram criadas dentro desses ideais, com práticas e discursos que buscavam estimular esse desejo. Elas podem realmente almejar e fielmente acreditar que o seu destino está presente ali, pois os discursos moldam o real, mas o que não

dá para generalizar e afirmar é que todas possuam essa mesma aspiração e que ela seja advinda e inscrita somente do e no biológico, esquecendo que os aspectos políticos, culturais, econômicos e sociais moldam o ser feminino, sendo assim, a mulher é mais que o seu biológico, que busca defini-la.

Essa publicação (figuras 24 e 25) ilustra a preparação materna na fase da juventude feminina. As próximas publicações, referentes à educação pragmática e às políticas, serão referentes ao Brasil, e almejam o progresso da Nação, por meio da figura da mãe, gerando uma espécie de “politização do feminino e da maternidade” (Dagmar Meyer, 2005). Elas serão analisadas no terceiro capítulo.

No próximo tópico serão abordadas, as solteironas, consideradas como um desvio da norma por não viverem a maternidade, indo assim, contra a sua própria natureza. Nessa perspectiva, se tornou necessário a criação de discursos para que a imagem da solteirona fosse estigmatizada, pois, além de não cumprirem com a missão maternal, também poderiam representar uma possibilidade de vida sem os filhos.

2.4 As solteironas: um desvio da norma

Precedentemente à consolidação dos discursos de modernidade no Brasil, demasiadamente fundamentados na cientificidade e em concepções ideológicas europeias, o celibato não se apresentava como um risco para a sociedade, e a vida solitária aparentava ser melhor aceita e mais habitual.

Portanto, ser solteira não implicava em um estado de depreciação social; a invenção de práticas discursivas que se referem à “solteirona” no Brasil, como uma representação estereotipada e marginalizada da celibatária, se interliga com a centralidade adquirida na família nuclear, na maritalidade moderna e na reprodução, institucionalizando o papel de esposa e mãe. As celibatárias surgem como figuras indesejadas, assim sendo; na metade do século XIX e início do século XX, nasce a *solteirona*, passando a se constituir como um desvio normativo, um ser anti-natural e uma irregularidade social perpassada por desprestígio coletivo, por meio de um discurso higiênico-moral (Cláudia, Maia, 2001; 2011).

A utilização do termo solteirona de uma forma pejorativa nasce na Europa, adentrando posteriormente o Brasil por meio dos discursos modernos. A invenção deste termo para se referir às mulheres celibatárias tem sua origem devido à

necessidade de um ideal de mulher, de casamento e de família, no qual ser solteira não correspondia (Maia, 2011).

Os primeiros registros no Ocidente da utilização do termo são encontrados em escritos do século XVII. A propagação desse termo é analisada em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, que ao desvalorizar o trabalho doméstico das mulheres solteiras, converteu-as em seres inúteis. Assim como aconteceu na Inglaterra, onde parece ter surgido no final do século XVII, interligada também ao desenvolvimento capitalista, que gerou transformações na condição das mulheres solteiras ao valorizar o casamento e a família conjugal (Maia, 2011). Esse conjunto de fatores vem assegurar as bases para o desenvolvimento do capitalismo, tanto pelo trabalho doméstico, mas não somente por ele, pois se assim fosse, o trabalho doméstico das solteironas não teria sido desvalorizado, mas também pelo casamento para a reprodução da mão de obra, imprescindível para o funcionamento capitalista.

Conforme vimos no primeiro capítulo, a família nuclear surge na Europa no século XVIII, no seio da ascensão da burguesia, com concepção nova baseada no amor romântico e na importância dos filhos. Conectada ao projeto de modernidade burguês, a família nuclear foi regulamente instituída pelo casamento civil, adquirindo notória importância e centralidade na sociedade, pois desempenhava um papel essencial na estrutura do Estado, sendo responsável por promover controle, disciplina e organização; por criar padrões de comportamento para homens e mulheres, fundamentados na hierarquia de gênero; e principalmente na formação de novos cidadãos para a pátria, estruturados na educação que será transmitida no seio dessa família, através da figura da mãe (Maia, 2011).

Posto isso, devido a essa importância e centralidade que a família nuclear se torna uma preocupação do estado republicano, que passa a ver o celibato feminino como um empecilho à sua execução, gerando a necessidade de aportes políticos, discursos médicos e literários que retratem a figura da solteirona de maneira negativa e indesejada para as outras mulheres (Maia, 2011).

O Estado, ao regular os vínculos familiares, considerou a família nuclear o locus privilegiado da reprodução da vida material e cultural. A tradição da família moderna atribui à mãe as tarefas fundamentais da socialização e as mais amplas de conformação da personalidade dos futuros adultos (Benedita Cabral, 1998, p. 51).

A constituição da família nuclear demarcou, como nunca visto antes, o papel das mulheres dentro do lar, responsáveis pelo bom funcionamento familiar, os cuidados para com o marido e com os filhos, e a educação destes. Sendo nessas atribuições, e particularmente no cumprimento com êxito das mesmas, que as mulheres encontrariam a sua realização e felicidade.

Este modelo de família, chamado de nuclear, pois passava a anular agregados e parentes distantes de sua formação, construiu o protetor e aconchegante “lar doce lar”. Para este “novo” lar nada mais viável do que um “novo” homem e uma “nova mulher”. A ele, estavam atribuídas as funções de pai e marido trabalhador, provedor das necessidades de seu lar. A ela, cabia as funções de mãe e esposa dedicada, responsável pela educação e moral dos filhos, uma verdadeira “rainha do lar”. (Jéssica Mendes; Alianna Silva, 2015, p. 06)

O casamento passa a ser extremamente valorizado, como nos mostra Denise Bernuzzi de Sant’Anna (2014, p. 87), “[...] ora, solteironas e solteirões representavam uma tristeza sem fim”. No entanto, a cobrança matrimonial é muito mais vigorosa para com as mulheres, como já vimos.

Como podemos ver no recorte abaixo (figura 26), de um texto intitulado “Desabafo” encontrado na revista *Fon-Fon* e escrito por Vieira Couto; o autor afirma que a sua convicção na existência de outra vida espiritual não o deixa trilhar dois caminhos, o de rebater no soco qualquer afronta que receba e depois dar adeus ao mundo. Nesse contexto, ele fala sobre a paciência que o homem tem que manter diante das mulheres, pois “não há bicho mais importuno e enervante e aproveitador que a mulher” (*Fon-Fon*, 1936, ed. 035, p. 62); isso se refere, principalmente, às mulheres consideradas feias, que em geral seriam as solteironas, pois um dos critérios para se conseguir um casamento seria estar dentro dos modelos de beleza impostos, conforme o anúncio do Leite de Rosas, encontrado na *Revista da Semana* (1931, ed. 002, p. 02), que diz “Cuidae sempre do tesouro de vossa formosura” e “Que tenha a vossa pelle a fineza, a delicadeza e a fragrancia das pétalas das rosas, para que vosso noivo ou vosso esposo se preocupe e deleite com vossa beleza”.

A figura da solteirona também é moldada pelos ideais de beleza, um ser passível de ser escolhido e desejado dentro do contexto do dispositivo amoroso. “A ‘solteirona’ é menosprezada, pois não se insere nos ditames do dispositivo da masculinidade” (Swain, 2023, p. 268).

Figura 25: Desabafo

E mulher feia, então... é o diabo
vestido de saia.
É difficilimo casar-se a mulher feia.
Dahi sua raiva. De tudo, de todos, da

humanidade, do mundo, das mulheres bonitas e das feias que se casaram, dos homens, e principalmente dos homens, os culpados pelo crime de as não desposar. É solteirona. Não tem marido, não tem filho, não tem lar. Falta-lhe a trindade basica de sua felicidade, sem a qual sua existencia é torturante. Sem isto ella não é mulher, é megéra. Quem fôr santo que a supporte, e quem não o fôr, supporte-a tambem.

Fonte: Fon-Fon (1936, ed. 00035, p. 62 e 63).

Por conseguinte, as solteironas, por não conseguirem adquirir a “trindade básica” da felicidade feminina – o marido, o filho e o lar –, são caracterizadas como mulheres amargas, revoltadas, não só com todas as pessoas existentes, mas com o próprio mundo; sua existência seria, assim como descrita na publicação, torturante; a felicidade jamais poderia ser encontrada fora do âmbito dessa trindade e, quando aparentemente obtida, seria intensamente questionada. Como exemplo, temos o diálogo de duas solteironas, Herminia e Adelia, na publicação intitulada “Brisas de outono”, em que Herminia afirma que uma terceira solteirona, Jovita Pinheiro, fala que não se importa de não ter casado, pois melhor ser uma solteirona feliz do que uma esposa desgraçada, no entanto, Adelia questiona Herminia se ela realmente acredita nessa “satisfação”, sendo impossível que Jovita não sintia amargura pelo fracasso (Fon-Fon, 1933, ed. 02, p. 50).

Voltando à figura 26, nota-se também, através das palavras de Vieira Couto, que a “identidade mulher” é negada às solteironas. A identidade feminina é alcançada plenamente através da maternidade, na qual a mulher se constituiria “verdadeira mulher”, dessa forma, sem o lar, o marido, e principalmente sem os filhos, as solteironas são impossibilitadas de se reconhecerem como “mulheres verdadeiras”, ocupando o lugar da diferença, sendo atribuídas a elas outras identificações, como a

de “meegera”²⁹ presente na publicação. Segundo o dicionário, “meegera” é uma mulher má, cruel e raivosa, que se irrita com muita facilidade. Todas são características atribuídas às solteironas, que devido a fugirem da normatividade, são caracterizadas como revoltadas, invejosas, que por sua infelicidade buscam destruir a felicidade de todos. Além disso, surge outro discurso que almeja legitimar a importância do casamento e estimulá-lo, a narrativa de que ele desempenha um papel determinante no equilíbrio mental do ser feminino, devido à sua instabilidade.

Adentrando os debates da organização fisiológica e orgânica das mulheres, conforme vimos, o útero possui grande centralidade na vida feminina, controlando tanto a sua formação física quanto a sua formação psicológica, juntamente com uma característica patológica, isto é, na medida em que governa todos os aspectos femininos, ele pode também ser uma fonte de diversos e incalculáveis males.

Através dessas afirmações, o casamento então se coloca como uma salvaguarda da sanidade feminina (Esteves, 2021). O celibato passa a ser visto como algo fora da natureza e a celibatária, uma mulher fora das normas, que seria penalizada por transgredir o seu aspecto natural. Com tantas ameaças de doenças e males que poderiam lhes acarretar, as mulheres buscavam vigorosamente se casar, a vida de solteirona se torna um medo intenso, vista com uma mistura de negatividade, desprezo e pena. Conforme Maia (2011, p. 221), “são mulheres que não cumpriram seu destino biológico – a maternidade, por isso são uma aberração da natureza”.

O discurso médico-científico, de grande prestígio na sociedade, ao caracterizar o feminino como um ser patológico, acentua não somente as diferenças entre homens e mulheres e a hierarquia de gênero, mas as desigualdades entre as mulheres, servindo de maneira especial para assegurar a reprodução e, consequentemente, o destino maternal.

Ao escapar à sua condição natural ou torcer sua natureza celibatária teve consequências que se encravaram em seu corpo. Ao não se casar, ela seria, então, punida pela natureza e a sanção frequente foi a doença que deforma, perturba e danifica o corpo. A patologização da mulher insatisfeita sexualmente pelo discurso médico-científico foi, assim, uma forma de manter a desigualdade não apenas entre homens e mulheres, mas também entre as mulheres e de assegurar a sexualidade reprodutiva (Maia, 2011, p. 252).

²⁹ MEGERA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2023. Disponível em <https://www.dicio.com.br/meegera/>. Acesso em 02/11/2023.

Partindo desse discurso, as mulheres que não se casassem seriam mulheres instáveis, não confiáveis, perturbadoras, histéricas e consumidas pela sua sexualidade; isso pode ser visto nas características estabelecidas para as solteironas na maioria dos contos que aparecem nas revistas aqui analisadas, pois, segundo Claudia Maia,

A literatura brasileira, como uma prática discursiva, contribuiu para criar e veicular no imaginário coletivo a imagem da histeria e da loucura associada ao estereótipo da *solteirona*, ora como figura ridícula e risível, ora como digna de piedade e compaixão (Maia, 2011, p. 290).

A literatura é formada em fundamento com o mundo social e cultural, sendo também constituinte deste, é um meio em que as pessoas interpretam, testemunham e representam o mundo, dialogando com a realidade, podendo confirmar o existente ou gerar algo novo (Borges, 2010). O discurso literário foi demasiadamente utilizado para propagar a imagem negativa da solteirona, repetidas vezes, a fim de alcançar o estatuto do real (Maia, 2011).

No conto “A comedia por these” de Maurice Dekobra (*Fon-Fon*, 1931, ed. 032, p. 55), é narrado o ensaio de uma comédia, na qual o autor da mesma não gostou da execução da cena de luta e compara-a a “pancadinhas de solteirona hysterica que perdeu toda a esperança de conquista” (idem). O uso da palavra “pancadinhas” no diminutivo, pode ser considerado como uma forma de diminuir ou desvalorizar as ações ou os sentimentos do sujeito em questão, no caso das solteironas, indicando debilidade, vulnerabilidade e impotência nas atitudes das mesmas, gerando assim uma desconsideração das suas emoções.

A histeria foi associada à sexualidade feminina, e assim como outras patologias, sua origem residia no útero. Naturalizando o descontrole psicológico, físico e emocional feminino e justificando funções sociais às quais as mulheres não seriam aptas para executar, ou melhor, devido à sua intensa instabilidade, nem mesmo o controle sobre si seria possível; dessa forma, a histeria também é utilizada como meio de justificar a submissão feminina a uma tutela masculina. (Gabriela Cavalcanti de Albuquerque, 2018; Schmitz, 2021)

Os ataques histéricos são ligados à abstinência sexual; à vista disso, o termo histérico vem comumente associado a solteirona, desqualificando-a e silenciando-a como mulher e ser humano.

Chamar uma mulher de histérica, nos termos populares seria chamá-la de louca, alguém incapaz de ter autocontrole sobre os seus atos e suas emoções. Este argumento é usualmente utilizado quando se quer silenciar sua voz, embasada em uma visão naturalizada pelo imaginário social (Albuquerque, 2018, p. 03).

Infelizmente, o adjetivo “histéricas” é dirigido às mulheres ainda nos dias atuais. Desse modo, o casamento se torna e se perpetua como uma necessidade feminina, que não foi alcançada pelas solteironas, mulheres que irão, assim, sofrer sérias consequências. A importância do casamento vai para além disso, pois ele levaria as mulheres ao destino para o qual elas estavam inquestionavelmente predestinadas e que formaria a sua própria identidade de “verdadeiras mulheres”.

A maternidade se põe como um aspecto naturalizado ainda mais forte e formalizador da identidade feminina, Claudia Maia, através de seus estudos, nos mostra que a maternidade formou uma representação preeminente, mais difícil de as mulheres conseguirem desprender-se. A autora desdobra sua afirmação citando exemplos de feministas que criticaram e rejeitaram o casamento e os papéis de esposa, como Ercília Nogueira Cobra, Maria Lacerda de Moura e a romancista Raquel de Queiroz; no entanto, o mesmo não acontece com a maternidade.

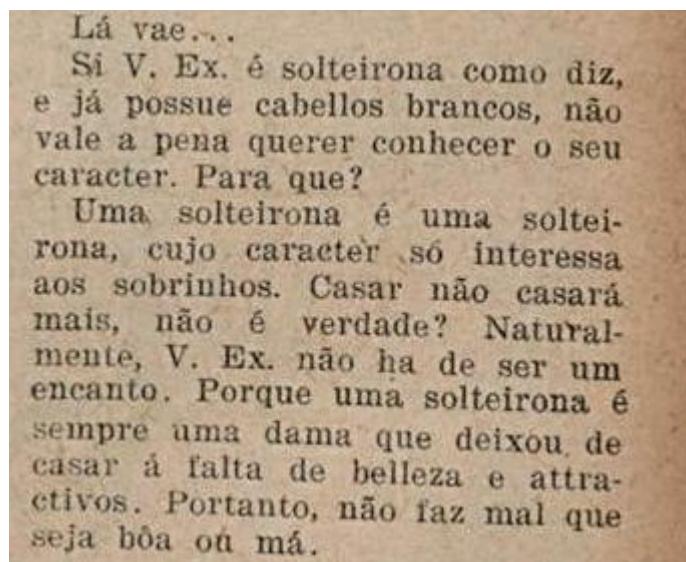
Essas mulheres reais, ou através de suas personagens, excederam ao processo de assujeitamento ao modelo de esposa/dona de casa, mas continuaram presas à rede de representações e significados que define a maternidade como desejo inato da mulher e constituinte de uma natureza feminina (Maia, 2011, p. 286).

Através da imagem abaixo (figura 27), podemos notar como o caráter da solteirona é negativamente predeterminado. Essa imagem faz parte de uma das seções da *Fon-Fon*, intitulada “Saibam todos...”, um espaço editorial destinado a proporcionar todas as informações às prováveis dúvidas do público leitor enviadas através de cartas, tendo em vista, como a própria revista pede, que “sejam formuladas com clareza e logica”, com a mediação de um colunista em quem o público confiasse os seus questionamentos e também atribuisse autoridade e conhecimento apto a respondê-los, função atribuída ao colunista “Yves” (Janaína Maia, 2016).

Um dos feitos dessa seção era também a “grafologia”, ou seja, decifrar o perfil psicológico de uma pessoa com base na escrita, sendo que na revista também são citados os critérios para que isso seja possível. Nessa publicação em particular, Yves responde a uma pessoa que ele intitula “Velha Solteirona” de São Paulo; não é

publicado o conteúdo da carta enviada, mas a sua resposta afirma que não vale a pena querer conhecer o caráter da solteirona a quem responde.

Figura 26: Velha Solteirona (Saibam todos...)



Fonte: *Fon-Fon* (1930, ed. 04, p. 73).

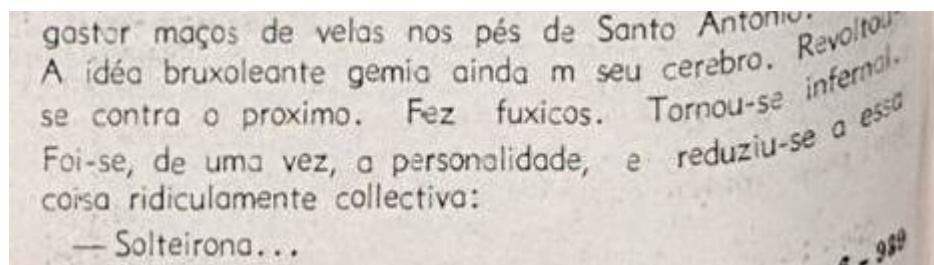
Com um caráter que não interessa a ninguém, a resposta de Yves confirma o senso coletivo de que as solteironas não possuem um caráter valioso ou interessante, “uma solteirona é uma solteirona” (*Fon-Fon*, 1930, ed. 04, p. 73), ele escreve, visto que em retorno a frase publicada na seção “Pensamentos”, aqui já apresentada, um dos âmbitos que elevaria ou diminuiria o coração feminino, seria a maternidade, ausente nas solteironas.

O colunista ainda afirma que os únicos interessados no caráter da solteirona agora deveriam ser os seus sobrinhos, nos aproximando do entendimento da expressão “ficar para titia”, que diminuída a eles a sua importância agora estará interligada, pois apresentarão uma porta de salvação, de utilidade, para as mesmas. Para a sociedade, até mesmo quando uma solteirona era considerada “boa”, dentro dos padrões que irão ser criados, gerando a *solteirona reabilitada*, como Claudia Maia intitula-a, a sua importância continua reduzida, pois não deixam de ser solteironas e de ter o instinto da maldade e da inveja dentro delas. Isso tudo para garantir que elas não se tornassem mulheres perigosas, que poderiam ameaçar os casamentos já estabelecidos, evitando destacar qualquer sensualidade ou atratividade (Maia, 2011).

Outra publicação que nos apresenta essa descrição está presente na *Fon-Fon* (figura 28) e é intitulada “Solteirona”, na qual é descrita uma jovem que não se casou,

pois, devido à sua vaidade, despertou o amor em vários homens, mas somente por capricho. E assim como todas as solteironas, revoltou-se contra todos, fez fofocas, se tornou infernal, sendo retirada a sua personalidade, segundo a publicação, foi reduzida a essa “coisa ridiculamente collectiva” (*Fon-Fon*, 1939, ed. 023, p. 24). Coisa, pois a solteirona, sem a completude adquirida através do casamento e, em especial, como já vimos, da maternidade, não poderia ser considerada uma mulher verdadeira, é “ridiculamente coletiva”, devido à concepção pejorativa que gira em torno da figura da solteirona ser um senso comum.

Figura 27: “Solteirona”



Fonte: *Fon-Fon* (1939, ed. 023, p. 24).

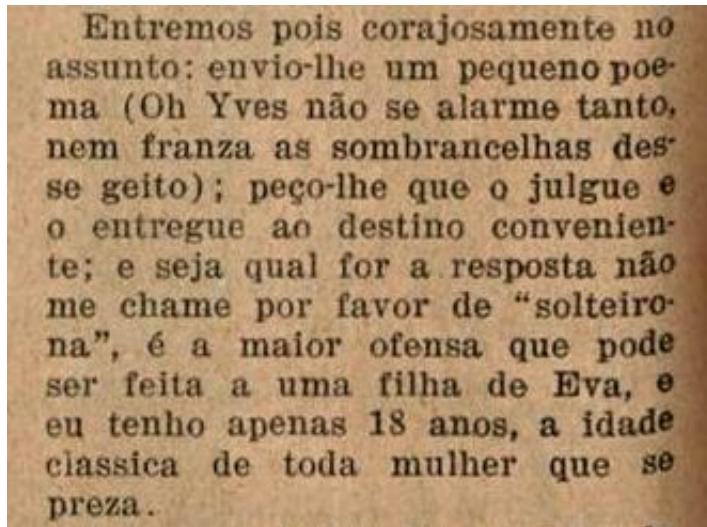
A vasta produção desses e de outros diversos discursos constituem a figura da solteirona como um ser depreciativo e inferior, com ideias “bruxoleantes” (figura 29), constituindo-a como um desvio da “natureza” e da divindade, permeada por incompletude, impossibilitada de adquirir felicidade, de coração diminuído e de caráter questionável, destituída da própria identidade feminina, sem valor social, suscintamente, com uma concepção extremamente negativa compartilhada de forma generalizada pela sociedade, pois “os discursos procuravam colocar em evidência, por um lado, um tipo desejável de mulher, e por outro, um tipo detestável” (Maia, 2011, p. 212).

Dessa forma, nessa polifonia de sentidos, ser solteirona se tornava um medo intenso e extremo nas mulheres, a produção discursiva criada e configurada referente às solteironas, para manter as mulheres dentro do estereótipo feminino aceito socialmente, de esposas e mães, geraram um verdadeiro terror moral, como conceituado por Cláudia Maia (2011).

Como exemplo desse receio, a publicação abaixo (figura 30) novamente da seção presente na *Fon-Fon*, “Saibam todos...”, nos apresenta uma carta enviada por Lina, de São Paulo. Dessa vez, é exposta a carta enviada; Lina envia um pequeno

poema, pedindo a Yves que não a julgue, e que, independentemente da resposta, não a chame de “solteirona”, pois de todas as ofensas que se pode proferir a uma mulher, essa seria a maior.

Figura 28: Lina (Saibam todos...)



Fonte: *Fon-Fon* (1934, ed. 04, p. 16).

Fica evidente o temor não só de ser solteirona, mas até mesmo o de ser chamada assim, tanto que Lina ainda se justifica expondo que tem apenas 18 anos, e que não seria considerada uma solteirona, pois seria essa a idade clássica de toda mulher que se preza, como ela coloca.

Nessa conjuntura, trago aqui um conto encontrado na *Fon-Fon*, intitulado “A galinha solteirona” (figura 30), escrito por Elina Lafont de Peralta. Antes de abordamos o conto, acredito que seja necessário relembrar o que Badinter (1985) nos apresenta sobre o instinto materno. Como algo que constitui a própria “natureza”, é considerado que o instinto materno está inscrito em todos os seres que fazem parte do estado natural. Utilizando-se do discurso do determinismo biológico, as mulheres são comparadas às fêmeas de outras espécies como forma de demonstrar que algumas atitudes estão se desviando da normatividade.

Foi por isso que se recomendou às mães imitar a sábia atitude de todas as espécies de fêmeas, que “obedeciam melhor do que elas aos impulsos da natureza”. Entre essas fêmeas, encontra-se o estado ideal de pura natureza, um instinto não desnaturalizado pelo interesse, isto é, o instinto materno não desviado pelo egoísmo da mulher (Badinter, 1985, p. 186).

Uma comparação falha, visto que, segundo Badinter (2011), não dá para se falar em instinto materno das mulheres, pois dessa forma a experiência feminina seria reduzida a duas categorias, aquela que conseguiu ser a boa mãe e aquela que fracassou, quando se tem variadas formas de viver a maternidade que dependem da história cultural e individual de cada mulher, gerando experiências distintas, que nos impedem de falar em um instinto baseado em um determinismo biológico.

Simone de Beauvoir afirma, de forma enfática, que a palavra instinto não pode ser empregada em nenhum caso à espécie humana, visto que a atuação da mãe é determinada pelo complexo de seu contexto e pela forma pela qual é assumida (Beauvoir, 2016 *in* Tardivo; Lúcia Zolin, 2021, p. 116).

Não obstante, nesse contexto, mesmo as fêmeas não sendo utilizadas de forma comparativa, são utilizadas como metáforas para tentar retratar e explicar o real. No conto que será aqui abordado, Elina de Peralta conta a história de uma galinha, que ela descreve já nos primeiros parágrafos:

Figura 29: A galinha solteirona (1)

A gallinha de minha historia era um animalzinho vulgar. Sem antepassados, sem belleza, sem distinção. Pequena, negra com pintas brancas, com uma crista mal cortada, que se obstinava em tapar-lhe a metade do olho esquerdo.

Fonte: Fon-Fon (1930, ed. 01, p. 22).

A galinha que a autora descreve é a referenciada no título do conto “A galinha solteirona”, e assim como as solteironas no mundo “real”, são descritas como seres destituídos de beleza e atrativos, como o colunista Yves da seção “Saibam todos...” afirma,³⁰ não poderia ser diferente com a galinha solteirona. Devido à sua falta de beleza, a autora pontua que ela passava despercebida pelo galinheiro e que nem mesmos os galos, em seus dias de uma juventude sem brilho, “lhe haviam dedicado um arrastar de azas...” (Fon-Fon, 1930, ed. 01, p. 22). A autora continua e pontua, na próxima imagem (figura 30), que a galinha de sua história nunca fazia as coisas como as outras, por isso a caracteriza como original, em sentido pejorativo. E, por nunca ter

³⁰ Publicação presente na página 93.

sido mãe, “passava a vida tomando os filhos das outras” (*Fon-Fon*, 1930, ed. 01, p. 23). Essa descrição corrobora a imagem das solteironas como mulheres invejosas do destino das casadas.

Figura 30: A galinha solteirona (2)

Era original. Como nunca che
gára a ser mãe, passava a vida to
mando os filhos das outras.
Para ...

Fonte: *Fon-Fon* (1930, ed. 01, p. 23).

Apesar de a galinha solteirona nunca ter sido mãe (figura 32), pois não teve os seus próprios filhos, o instinto maternal ainda estava dentro dela, afinal ela era uma fêmea e por “natureza” possuía esse instinto; assim aconteceria com as solteironas, como veremos no tópico seguinte. Dessa forma, por conter o instinto maternal, a galinha teria que expressá-lo, por conseguinte, vivia a sua vida tomando os filhos das outras galinhas do galinheiro. À vista disso, é exposto o perigo que as solteironas representam, não apenas para a sociedade, ao se constituírem como um desvio da normatividade, mas também para as outras mulheres, gerando uma imagem ainda mais negativa por parte delas.

Elina de Peralta narra que, no dia em que uma mãe saía de seu ninho com os seus filhos, a solteirona já seguia pacientemente a família, com a prudente guarda, devida à galinha-mãe, e oferecia manjares para atrair os filhos de sua colega, acompanhando esse oferecimento desinteressado com “os cacarejos mais affectuosos e maternaes do repertorio” (*Fon-Fon*, 1930, ed. 001, p. 23). A solteirona executava isso com êxito, tanto que, mesmo com a irritação da mãe, indignada pela intromissão da solteirona e as más intenções daquela, conseguia atrai-los pouco a pouco para o bico desta “tia” carinhosa, mesmo eles voltando depressa para ao lado da mãe.

No entanto, com o passar do tempo e a insistência da solteirona, os filhinhos, em seu inconsciente, passavam a comparar a sua generosa e abnegada conduta com a da mãe, que devido a devaneios com os chefes do galinheiro passava a deixá-los de lado, permitindo que a solteirona se aproximasse cada vez mais, a ponto de que os pintinhos acabassem acompanhando-a em todos os momentos.

Figura 31: A galinha solteirona (3)

Mas, à medida que passavam os dias, os pintainhos, inconscientemente comparavam a generosa e abnegada conducta dessa semelhante que os protegia a todo o

Fonte: Fon-Fon (1930, ed. 01, p. 23).

Figura 32: A galinha solteirona (4)

momento, com a da mãe que lhes tocára por sorte, e que em seus devaneios com os chefes do galinheiro começava a esquecê-los. E iam ficando, por espaços cada vez mais prolongados, com a gallinha solteirona, até que acabavam acampanhando-a a toda hora e abrigando-se sob as suas azas para passar a noite...

Fonte: Fon-Fon (1930, ed. 01, p. 23).

O conto traz a característica da abnegação, a renúncia em função do outro, associada historicamente ao feminino e essencial para a maternidade.³¹ A galinha-mãe, por não abnegar os devaneios e por não exercer a maternidade absoluta de uma forma com que os seus filhos jamais ficassem sozinhos, acabou por perdê-los para a solteirona. No texto, o motivo da perda é retratado pelos devaneios que a galinha-mãe teve com os chefes do galinheiro, no entanto, fica um alerta para as mães que se ocupam de outras atividades consideradas mundanas, que ao não exercerem a sua função maternal em tempo integral, podem, assim, perder os seus filhos.

Dessa forma, como é exposto na imagem abaixo (figura 33), mesmo diante da indiferença das outras galinhas, a galinha solteirona passeia alegremente e orgulhosamente com a “sua” família. Não se importando com a indiferença com ela,

³¹ O amor oblativo citado por Badinter (1985).

que mesmo sem amar o amor, ainda assim amava os filhinhos, pois estaria ela obedecendo a um instinto maior, o instinto maternal, com o amor materno sobressaindo o amor romântico.

Figura 33: A galinha solteirona (Imagen 5)

Mas, que podia importar-lhe a indifferença da multidão por quem, como ella, sem amar o amor, amava infinitamente os filhinhos e obedecia a um instinto superior?

Fonte: Fon-Fon (1930, ed. 01, p. 23).

Por fim, a autora justifica que não inventou nenhuma palavra do conto, pois o mesmo se baseia na realidade de seu galinheiro, essa justificativa entra como forma de afirmar que não se tinha necessidade de inventar nada, pois era a própria natureza agindo, como nos mostra a figura 36, abaixo:

Figura 34: A galinha solteirona (Imagen 6)

Ao refair este pequeno conto sem transcendencia, da gallinha do meu galinheiro, e no qual não inventei uma só palavra, penso, sem o querer, na immoralidade absolutamente inocente com que algumas mulheres dizem:

“Quando eu me casar, não quero filhos...”

Oh!...

Fonte: Fon-Fon (1930, ed. 01, p. 23).

Elina de Peralta utiliza-se do conto para então fazer uma reflexão e associar às mulheres. A escritora declara que isso a leva a refletir sobre a immoralidade inocente de algumas mulheres ao afirmarem que não querem filhos ao se casar, achando que podem fugir de um instinto superior. Immoralidade, pois, em hipótese alguma deveria ser considerado fugir da maternidade, e inocência, pois não há como apartar-se do instinto maternal; nem mesmo as solteironas, seres tão indesejados, incompletos e desviantes iriam conseguir.

2.5 A salvação da solteirona: a maternidade e a solteirona reabilitada

A caridade é a bondade divina que está inserida na alma feminina, em que, através da mesma, a mulher transparece o seu inquestionável instinto materno. Conforme nos indica a publicação intitulada “Obra do berço” (Figura 37), presente na *Revista da Semana*:

Figura 35: A Obra do berço (1)

A ALMA feminina, quando exerce o poder angelico da Caridade, que é a bondade divina na criatura, possue o dom ineffavel de encerrar todas as doçuras do bem e todas os encantos da belleza. E, nesse grande e suave prodigo de piedade christan, a mulher revela o instincto cósmico da maternidade, força essencial que lhe dá raizes de Infinito.

Fonte: Revista da Semana (1932, ed. 026, s/p).

Mais uma vez, maternidade é associada a um valor maior, no caso, a caridade.

Cláudia Maia (2011), por meio de suas análises, notou especificidades e hierarquização na construção da categoria da solteirona, sendo constatados pelo menos três tipos dissemelhantes de solteironas. O primeiro, a solteirona estrutural; o segundo, a solteirona independente; e o terceiro, a solteirona reabilitada.

O primeiro tipo, a “solteirona estrutural” constitui aquelas que são percebidas por sua inutilidade e dependência de outras pessoas, com pouco ou nenhum grau de escolaridade, sem trabalho remunerado, dependem geralmente de suas famílias. Todavia, muitas das vezes, fazia parte da estratégia de solidariedade familiar, em que uma das filhas era impelida a não se casar, para cuidar dos pais na velhice, para que, assim, pudesse propiciar o casamento e a família das outras irmãs e irmãos.

No segundo tipo de solteirona, temos a “solteirona independente”, constituído por aquelas que não dependiam de outros e possuíam uma profissão, muitas com formação escolar e empregos remunerados, e que escolheram a vida de solteira para preservar sua autonomia e liberdade. São consideradas as mais desagradáveis, pois subvertiam as noções tradicionais de feminilidade, como a dependência, o altruísmo e a passividade. Muitas mulheres acabaram por escolher o celibato religioso como caminho de liberdade e maior independência dos padrões estabelecidos para as mulheres na sociedade.

Nos atentemos ao terceiro tipo de solteirona, a “solteirona reabilitada”. Sendo aquelas que recebiam uma maior complacência por parte da sociedade, pois como o próprio nome descreve, elas teriam passado por um processo de reabilitação. A

solteirona reabilitada, seria aquela que não dependia financeiramente de outros, então, não se tornava um incômodo neste quesito para os seus familiares, e se dedicava a causas sociais de cuidados e dedicação, colocando os interesses dos outros acima dos seus, ou seja, praticava a abnegação, característica também associada e essencial para a maternidade (Maia, 2011).

Dessa forma, se a solteirona iria alcançar a sua reabilitação através de causas sociais, ou seja, da caridade, e por colocar os interesses dos outros acima ou ao lado dos seus, como pontua Cláudia Maia (2011), por conseguinte, praticando a abnegação - todos aspectos constituintes e advindos do instinto materno. Assim, a maternidade, mesmo que simbólica, se coloca como salvação para as solteironas, se tornando o seu processo de reabilitação.

Também a maternidade subjetiva é apresentada como uma possibilidade para as solteironas, uma maternidade no domínio de sua consciência, encontrando quem a receba e, dessa forma, gerando os filhos no coração. Normalmente, essa maternidade subjetiva é aplicada aos sobrinhos, como a solteirona estaria dentro do seu núcleo familiar, ela não apresentaria um risco tão grande de querer assumir o papel da mãe, se tornando até mesmo uma possibilidade de segurança, caso algo venha a acontecer com os pais, como muitos contos presentes nas revistas narram³².

Figura 36: A Obra do berço (2)

E' a caricia do céu que lhe envolve o mysterio do sexo; a sua bondade santificada; o es-tado seraphico de sua graça: menina, brinca, servindo-se da boneca, para expandir o seu profundo segredo substancial; moça ou velha, expande no filho ou neto a sua ternura materna. E, quando o não dá á luz, gera-o no coração, improvisando, em sua maternidade subjetiva, quem lhe receba o influxo dessa emanacão caricial, como synthese lyrica do Universo.
“Obra do Berço”

Fonte: Revista da Semana (1932, ed. 026, s/p.).

Sendo assim, a maternidade subjetiva e os sobrinhos se tornam portas para a reabilitação da solteirona, que tem como obrigação ser amável e se dedicar às filhas e aos filhos de suas irmãs e irmãos. Como é salientado na resposta do colunista Yves, para quem ele intitula Velha Solteirona, na seção “Saibam todos...”, quando afirma que o caráter da solteirona só interessa aos seus sobrinhos³³. E temos ainda a continuação de sua resposta:

³² O conto intitulado de “O Ministro” de Pierre Nézeloff, encontrado na *Revista da Semana* (1931, ed. 011, s/p); o conto intitulado de “Episodio” de Afonso Alberto, encontrado na *Fon-Fon* (1935, ed. 014, p. 7); o conto intitulado de “Mais um Balão no Céo” de Juraci Corrêa, encontrado na *Fon-Fon* (1939, ed. 032, p. 16).

³³ Publicação presente na página 93.

Figura 37: Velha Solteirona (2)

O que V. Ex. deve fazer é juntar o seu pé de meia para comprar *bonbons* para os filhinhos de sua digna irmã ou digno irmão. Isso sim... Uma solteirona tem mesmo o dever de ser amavel com esses pequeninos parentes. Quanto

Fonte: *Fon-Fon* (1930, ed. 04, p. 73).

Ao afirmar que a solteirona deve juntar dinheiro, não para outros objetivos em sua vida, até porque não deveria se ter, mas sim para comprar “bonbons” (Figura 38) para os seus sobrinhos, pois é isso que agora realmente importa. Sem contar a característica de dignidade atribuída à sua irmã ou irmão por terem exercido o papel da reprodução.

Voltando à seção “Pensamentos”, a maternidade na frase abaixo (figura 39) é reafirmada como destino de todas as mulheres, acima de qualquer outro, no entanto, agora associada à dedicação, se torna uma possibilidade de as solteironas externarem e exerçerem o seu instinto materno, como processo de sua reabilitação. Interessante salientar a quantidade de vezes que essa frase foi encontrada; de 1930 a 1939, a mesma foi identificada quatro vezes, repetição que durante a pesquisa não comprovei com relação a outras frases.

Figura 38: Pensamentos (3)

Todas as mulheres não nasceram para o casamento, mas todas estão destinadas para essa grande e infinita maternidade que se chama a dedicação.

GABRIEL AUBRAY.

Fonte: *Revista da Semana* (1932, ed. 041, s/p.).

Com isso, as solteironas ganham a possibilidade de reabilitação, de elevar a sua alma e o seu “coração diminuído” a um grau que chega a ser considerado, por

alguns, até mais alto que o materno, propiciado pelos próprios filhos, como pode-se ver na publicação abaixo (figura 39):

Figura 39: Pensamentos (4)

Amar e dar alegria aos
pequenos desgraçados ele-
va a alma da mulher a
um grau mais alto que a
maternidade, porque ama-
se um pouco a si proprio
nos seus filhos, enquanto
que amar e acariciar os dos
outros é amar o proximo
mais que a si proprio.

Fonte: Revista da Semana (1930, ed. 030, s/p.).

Visto que na maternidade biológica as mulheres ainda amariam uma parte de si, pois os filhos se inscrevem na carne e na alma da mãe, na maternidade pela dedicação e amor para com os outros, seria amar mais que a si próprio. Sendo assim, ainda haveria salvação para as solteironas.

Dessa maneira, observa-se a articulação de discursos que buscam consolidar a ideia de que a maternidade é inerente à natureza feminina — uma norma universal imposta como destino significativo, razão de vida e fonte de plenitude para as mulheres. Essa concepção, torna-se o seletivo tanto para a valorização quanto para a desvalorização feminina.

Desde cedo, meninas são submetidas a atos performativos que visam moldá-las para o papel materno, inserindo essa preparação de forma quase imperceptível, sob o disfarce de algo “natural”, antes mesmo que elas desenvolvam uma percepção mais ampla do mundo. Paralelamente, as mulheres que não se alinham a essa “essência” materna são alvo de discursos profundamente pejorativos, como no caso das solteiras, cuja estigmatização serve para fortalecer o desprezo social e, assim, inibir desvios dessa função.

No próximo capítulo, a maternidade será comprovada como elemento central na constituição do capital humano, enfatizando os discursos que destacaram a função

materna como pilar para o fortalecimento da Nação e o crescimento econômico. Em um contexto marcado por altos índices de mortalidade infantil, emergiram narrativas que buscaram transformar essa realidade, incluindo preceitos morais e argumentos profundamente enraizados em fundamentos religiosos. Essas construções discursivas visavam mobilizar as mulheres para a missão de proteger e valorizar a vida desde o nascimento, atrelando o cuidado materno a ordem e ao progresso social.

3. TECENDO FIOS DE PODER: POLÍTICA, ECONOMIA E RELIGIÃO NA CONFIGURAÇÃO DA MATERNIDADE

Diferentes campos de domínios irão constituir e influenciar a dinâmica social. Dentre eles, três eixos fundamentais se destacam atuando de forma determinante e estratégica; a economia, a política e a religião. Sua influência não acontece de forma isolada, esses campos se interligam de maneira profunda, com os preceitos de um repercutindo sobre os outros. Dessa forma, as normas e os padrões que regem determinado corpo social não serão decididos isoladamente, mas dentro dessa teia de interações e congruências, no qual cada uma dessas dimensões irá se entrelaçar e constituir a realidade de forma coletiva.

Nessa perspectiva, neste capítulo proponho aqui analisar os discursos maternos atentando para o viés desses discursos, analisando também as suas interações. A economia, na qual controla os meios de produção e os recursos, engloba todos os indivíduos e define as suas condições de vida, todos os aspectos sociais e culturais. A política, estrutura o poder e as instituições que a ela pertencem, organizando a sociedade por meio de leis, decretos, direitos e deveres, profundamente perpassados por interesses e intencionalidades. Os discursos religiosos, alguns já abordados aqui, que por sua vez, delineiam as concepções, as identidades, e a moralidade social, constituindo uma visão não só de si, mas comunitária.

Comecemos por então, compreender como se constitui e configura a forma de poder que nos rodeia e perpassa, nos controlando e disciplinando para o alcançar as demandas sociais, políticas e econômicas que nos determinam.

3.1 O papel materno na constituição do capital humano: entre o abdicar e a máquina do progresso

A partir da época clássica o Ocidente passou a conhecer uma nova forma de poder: o de gerar, manter e controlar a vida. Esse poder emerge a visão do corpo que ultrapassa a sua dimensão individual, concentrando-se em vê-lo como uma máquina, a ser disciplinada, buscando ampliar suas habilidades e qualidades, e posteriormente compreendendo o corpo como espécie, instituindo-se o início da era do biopoder. Tal paradigma tornou-se essencial para o desenvolvimento do capitalismo, uma vez que

a partir do controle sobre os corpos garantia não somente a criação de mão de obra para os sistemas de produção, mas também corpos aptos, saudáveis, qualificados e disciplinados para responder às demandas (Foucault, 1988).

Para tanto, ocorre a formulação e articulação dos grandes aparelhos do Estado, configurados como instituições de poder. Pela primeira vez na história, o biológico ecoa no político, e o poder estatal encarrega-se da vida por meio de tecnologias políticas que investem sobre corpo, a saúde, as formas de se alimentar e morar, em suma, todo âmbito da existência humana. Nesse contexto, o poder orientado pela vida inaugura uma sociedade marcada pela busca incessante de normalização, inclusive da normalização maternal.

Essa perspectiva encontra expressão na teoria do capital humano desenvolvida por Foucault (2008). Na mesma, os indivíduos são analisados como ativos econômicos, dotados de um potencial de habilidades e competências que podem ser explorados pela lógica capitalista. Essas capacidades, formam e classificam o capital humano, podendo ganhar diversos investimentos por meio da saúde, educação, treinamentos ou de outras formas de aperfeiçoamento. Contudo, tais investimentos, não surgem de uma preocupação para com os direitos de bem-estar ou humanos, mas refletem a redução do sujeito a uma lógica puramente econômica, no qual a sua importância é calculada baseando-se no seu valor para o sistema produtivo e para a nação.

O Estado desempenha um papel crucial na promoção do capital humano, direcionando investimentos em saúde e formação, o que Foucault denomina de “investimentos educacionais”. Essas ações têm como objetivo formar indivíduos com um capital humano elevado. Os investimentos educacionais ultrapassam os simples aprendizados escolares ou profissionais, sendo constituído primordialmente pelos investimentos dos pais, principalmente da mãe (Foucault, 2008; Susel Oliveira, 2009).

A subordinação e a exploração feminina exerceram uma função fundamental no processo de desenvolvimento da acumulação capitalista, produzindo a mercadoria mais essencial para esse sistema, a força de trabalho, além da sua qualificação (Federici, 2017). O capitalismo limitou as mulheres a reprodução, de uma forma jamais vista antes, a maternidade se torna uma condição “forçada”, por meio da criação e manutenção de discursos que configuram a mesma como uma necessidade feminina, uma forma de remissão, completude, valorização, dentre outros fatores atrelados aos discursos aqui analisados.

Em função disso, é gerada necessidade dos intensos investimentos nos discursos não somente estimulando a maternidade, mas criando um tipo ideal de mãe, uma mãe devotada em tempo integral, pois quanto mais tempo dedicado, desde o berço, maior é o investimento nesse capital humano, como afirma Susel Oliveira (2009) uma espécie de vigilância.

Sabe-se perfeitamente que o número de horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço, vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem para a constituição de um capital humano [...]. Ou seja, o simples tempo de criação, o simples fato de afeto consagrado pelos pais a seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimentos capaz de constituir um capital humano (Foucault, 2008, p. 315).

Esse investimento é retratado na imprensa, por meio dos periódicos. Analisemos uma publicação da *Revista da Semana* de uma das seções denominada de *Conselhos sociaes*, na qual são abordas temáticas variadas, neste caso, o texto desenvolvido é intitulado de “A educação da criança deve começar no berço”, mostrando a vigilância que se deve ter desde o nascimento da criança.

Figura 40: A educação da criança deve começar no berço

Conselhos sociaes

A EDUCAÇÃO DA CRIANÇA DEVE COMEÇAR NO BERÇO

E' um grande erro vêr sómente uma especie de automato no pequeno ente no berço. Sem duvida, naquella idade, a vida animal tem o maior papel; mas aquella vida tem a alma por principio. A alma e o corpo, que atravessam juntos a existencia, ensaiando-se para seu futuro destino, reagem já um sobre o outro.

A criança ainda não fala e já seu caracter se desenha. Esta é molle, indolente, incapaz de esforço. Aquella outra é raivosa, caprichosa, voluntaria, ob-

quando sente sua vontade firme, Com a mãe é raivosa, choromingga, porque sente que acabará por ceder-lhe. Este dom de observação na criança pôde ser precioso ou funesto. Por tal razão as mães boas educadoras vigiam de perto a menor manifestação da alma dos seus filhos. Sabem que não ha um minuto a perder, que o trabalho de educação tem que começar com a vida, que esperar é arriscar, tudo comprometter. Joseph de Maistre, o grande escriptor frances, escreveu com toda a razão: "O homem, quer dizer o homem moral, está muitas vezes formado aos dez annos". Justamente porque as

Fonte: Revista da Semana (1936, ed. 00031, s/p).

O texto afirma que a criança não é um autômato, ou seja, uma máquina que imita os movimentos, pois comprehende a mesma como possuidora de uma alma. No entanto, essa compreensão de singularidade e subjetividade, em oposição a uma visão mecânica, proporciona a maternidade uma percepção de que a formação da criança exige um cuidado ainda mais delicado, vigilante, intencional e continuo, pois deve-se observar cada particularidade da criança, pois é por meio desse cuidado que ela irá se desenvolver para se tornar útil tanto para a sociedade, quanto para si mesma, atribuindo a responsabilidade e reforçando o arquétipo da mãe como pilar da formação humana.

Durante o texto o foco é enfatizar a vigilância nos pequenos gestos nas crianças pelas mães, com uma educação balizada na bondade, para que não seja retirada as qualidades boas e generosas desse pequeno ser. Apesar do texto não falar

diretamente da promoção de capital humano, reflete uma percepção enraizada no mesmo. Considerando que desde os primeiros anos de vida é essencial investir em atributos que permitam o desenvolvimento pleno de habilidade emocionais, cognitivas e sociais, observando a criança não apenas como uma extensão do presente, mas um recurso em construção, útil para a sociedade e para si, no qual o cuidado materno é caracterizado como a forma inicial desse investimento para potencializá-lo.

A maternidade a partir dessa ótica, ultrapassa o ato de cuidar e se torna a principal ferramenta de investimento em um futuro promissor, com a responsabilidade de formar indivíduos “úteis”, tratando as crianças em uma lógica que a considera como um capital humano em desenvolvimento, medindo o seu valor a partir da sua capacidade produtiva de responder as demandas sociais.

Essa perspectiva reflete a construção de uma sociedade perpassada por relações de poder que possui essa consciência. Em razão disso, são promovidos diversos investimentos na educação feminina, desde sua infância. Direcionando as mulheres para um local específico e restrito, a esfera privada, vinculando-as ao espaço doméstico. Como indica outra publicação pertencente a seção “Conselhos sociaes”, intitulada de “Aspectos modernos de educação feminina – O ensino domestico como fator de saúde, de economia e de cultura”. O texto presente na publicação é constituído de recortes de um artigo publicado no *Jornal do Commercio* do dia 25 de junho, escrito por Peregrino Junior, é afirmado que o mesmo merecia ser transscrito em sua totalidade, mas como não é viável foram selecionados alguns trechos, separados por títulos.

Figura 41: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (1)



Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00032, s/p).

O primeiro trecho intitulado de “Rythmo novo” afirma que chegou ao fim o tempo em que a mulher era um simples animal doméstico sem função econômica e sem nenhuma missão social. Agora com a vida moderna inaugurou-se novos panoramas de trabalho, de “liberdade” e de ação. A mulher passa de serva, ao seu legitimo lugar, como companheira e colaboradora do homem. A caracterização da vida feminina como colaboradora de outras vidas, conforme viemos debatendo sobre a configuração e o uso do dispositivo amoroso.

No entanto, para que as mulheres possam ocupar seu novo cargo no texto é relatado que as mesmas devem ser instruídas em conformidade com as realidades sociais do momento, à vista disso, se origina a necessidade de uma educação feminina direcionada a um sentido mais racional, prático, eficiente e “por que não o confessar? – mais utilitário” (Revista da Semana, 1933, ed. 00032, s/p), a abnegação da sua vida em razão da utilidade.

O segundo trecho é denominado de “Um quadro impressionante”, o quadro impressionante ao qual se refere, seria a situação da mulher na sociedade brasileira, as quais sempre estiveram a cargo dos homens, em nada contribuindo para o desenvolvimento econômico da nação, sendo raras as mulheres colaboradoras. Esse fator é definido como um grande problema da educação feminina, considerada uma questão grave e urgente.

É relatada uma superioridade pertencente aos Estados Unidos, devido as mulheres estadunidenses. No Brasil as mulheres precisariam de instruções maiores, descrevendo o “problema”: “quando se educa um homem, educa-se um individuo;

quando, porém, se educa uma mulher, prepara-se a educação de uma família”, “difficilmente uma mulher que sabe ler deixa os filhos na ignorancia, como fariam muitos homens nas mesmas condições”:

Figura 42: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (2)

instrucção para a mulher brasileira, definindo de modo lapidar o problema, que collocou numa equação clara e precisa: “quando se educa um homem, educa-se um individuo; quando, porém, se educa uma mulher, prepara-se a educação de uma familia”. E acrescentava: “difficilmente uma mulher que sabe ler deixa os filhos na ignorancia, como fariam muitos homens nas mesmas condições”.

Fonte: *Revista da Semana* (1933, ed. 00032, s/p).

A consciência de que a mulher gere a família e a sociedade é presente e utilizada. Logo, privá-las de educação não seria uma boa opção, no entanto não se trata de lhes conceder uma educação emancipatória para o seu desenvolvimento pessoal, pois seria perigoso, mas sim uma educação que sirva para outros, uma educação prática para questões específicas que envolvam o âmbito do cuidar. Privar-se de sua vida pela construção da vida do outro, esse seria o motivo de sua valorização ou não, como podemos confirmar em outro parágrafo do texto, ainda presente no mesmo trecho:

Figura 43: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (3)

Existem no coração da mulher brasileira virtudes solidas e excellentes. A mulher brasileira é, em geral, uma doce creatura, de bondade, mansa, honesta e trabalhadora, vivendo para o marido e os filhos.

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00032, s/p).

O trecho seguinte é intitulado de “Qualidades a aproveitar”, já demonstrando o desejo de acentuar ainda mais a associação do feminino ao utilitário. Aproveitando as características consideradas como primordiais da mulher brasileira, a inteligência, a docura, a honestidade e a vontade de trabalho para que assim, o nível moral, social e cultural da nação também seja aumentado através da sua dedicação aos filhos:

Figura 44: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (4)

Qualidades a aproveitar
 — Se assim sucede, porque não aproveitar as qualidades primaciaes da mulher brasileira — intelligente, doce, honesta e trabalhadora — afim que ella possa concorrer para elevar um pouco o nível moral, social e cultural da nossa gente? Para isso creio que seria sufficiente educal-a de modo racional

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00032, s/p).

Todavia, para isso acontecer, como a racionalidade não é pertencente a natureza feminina é indispensável que as eduque com tal aspecto. Dessa forma, não seriam necessárias revoluções ou reformas para resolver o problema da sociedade brasileira, perpassada pela indisciplina e por negligencias, de incultura e de frouxidão moral, mas somente de mães de famílias que exerçam o seu papel conforme o

desejado, sendo vistas apenas como peças essenciais para a concretização desse projeto.

Figura 45: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (5)

e adequado. Para corrigir os defeitos do carácter brasileiro — defeitos de indisciplina, de negligência, de incultura, de frouxidão moral — não precisamos propriamente de revoluções nem de reformas: precisamos apenas de mães de família. Porque é do princípio que se começa: é da família que o menino sae para a escola; é d'esta para a vida que sae o homem. A mulher cabe ahi a tarefa inicial — e por isso mesmo a mais árdua, a mais delicada, a mais importante. E a única maneira lógica e natural de preparar a mulher para essa missão é ensinal-a [a ser mãe de família, a ser dona de casa, a ser — numa palavra — mulher !

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00032, s/p).

É dada às mulheres uma tarefa primordial, árdua, delicada e de extrema importância, como o próprio texto ressalta, a condução do futuro social. E a única forma de concretizar tal missão é ensinando-as a serem mães de família, capacitadas a exercer a maternidade como forma de conduzir e transformar o destino da Nação. Eis aí importância da maternidade e o motivo do seu “incentivo” e regulação. Assim, é apenas por meio dessas vivências, materna e do cuidado no lar, que as mulheres encontrariam sua plenitude, se tornando realmente mulheres. O cuidado estabelecido como parte integral da natureza feminina, as definiriam assim, pois não estariam destituindo de sua “essência natural”.

O quarto tópico “Problema fundamental: Educação”, afirma que seria ingênuo pensar em uma cura imediata para o Brasil, que agrava cada vez mais esse problema da educação, preenchida por diversas incógnitas a serem consideradas. Além disso, não se poderia ignorar a importância fundamental do fator econômico, segundo o texto.

Em continuação, é afirmado que o problema da educação é o mais dominante na sociedade brasileira, pois a mesma é de certa forma a base de tudo. “Educar é, de certa forma, sanear a terra, fortalecer o homem, policiar o paiz, consolidar a economia nacional, aumentar a nossa capacidade de trabalho e produção” (Revista da Semana, 1933, ed. 00032, s/p).

E o texto tem razão, a educação em si tem o potencial de transformar o mundo. Todavia, nessa perspectiva, o educar não é voltado em formar cidadãos com o potencial transformador, mas gerar indivíduos mais disciplinados, aptos, produtivos e saudáveis, para que contribuam diretamente para os objetivos de progresso social e econômico.

Na lógica do capital humano a educação funciona como uma tecnologia de investimento que capacita os seres a exercerem papéis de produção, ao mesmo tempo em que é reforçado o controle sobre a sociedade, dessa forma, a educação não só aumenta a capacidade de trabalho e de produção, mas consolida e normatiza a ordem política e econômica da nação.

A educação deixa de ser um instrumento que desenvolve a emancipação, a equidade, o senso crítico e a autonomia para estar subordinada apenas a fins econômicos, exaltando o poder do progresso nacional. No final do trecho as mães são colocadas novamente como solução para as mazelas e os problemas que permeiam a sociedade brasileira, restringindo-as a essa missão e a esfera privada, sob a ótica do ensino doméstico:

Figura 46: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (6)

Completo a suggestão, dizendo que a educação do povo se faz educando as mães, isto é, preparando, de acordo com a moderna orientação do ensino doméstico, boas donas de casa. Casa de mães é escola de filhos.

Fonte: *Revista da Semana* (1933, ed. 00032, s/p).

Dentre os elementos constitutivos do capital humano, destacam-se atividades relacionadas à saúde, configuradas não somente como forma de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, mas também como estratégia para prolongar a sua capacidade produtiva e funcional ao longo do tempo. Nessa mesma perspectiva a saúde é integrada aos preceitos higienistas.

Seguindo essa compreensão, o próximo trecho denominado de “Outro problema nacional: Saneamento”, alega que a solução para a educação brasileira também conduziria a outra solução de base nacional para outro problema, o da saúde. “Sem educação não ha cultura sanitaria; sem esta, não ha habitos sadíos; sem habitos sadíos não ha saude”. A missão de disciplinar nos moldes dos ideais higienistas também ficou na responsabilidade feminina (Gonçalo; Silva, 2022), nas quais foram introduzidas nas escolas domésticas, a medicina da urgência, a higiene doméstica, infantil e a puericultura, conforme o texto.

Todo investimento e insistência da educação feminina não estava girando em torno apenas do bem-estar social, mas como o próprio texto nos prova, do sistema econômico. O aprendizado maior seria justamente o valor econômico da vida, a consciência de que para que seus filhos tenham esse valor elevado, dependeria do nível da sua dedicação. “Mas aprendem, melhor que isto, uma coisa fundamental para a renovação do espirito brasileiro: aprendem o valor economico da vida”.

Figura 47: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (7)

Por isso mesmo o ensino doméstico, no Brasil, pode encaminhar a solução dos dois problemas fundamentais da nacionalidade: o da educação e o do saneamento. Sendo, de resto, questões de consequências paralelas, cujas afinidades ninguém ignora, elas devem ter uma solução commun. Sem educação não ha saúde; mas é preciso não esquecer, também, que sem saúde não ha nada!

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00032, s/p).

Eis a teoria do capital humano explicita, tudo na face da terra girando em torno dos fenômenos econômicos, os investimentos na saúde e em todos os âmbitos sociais não sendo um direito para uma qualidade de vida melhor, mas sendo um fator primordial para a riqueza. A vida para além do humano, calculada em aspectos econômicos.

Figura 48: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (8)

e puericultura. Mas aprendem, melhor que isto, uma coisa fundamental para a renovação do espírito brasileiro: aprendem o valor económico da vida. Retomando contacto com a realidade objectiva, ficam sabendo que tudo, na face da terra, gravita em torno dos phenomenos económicos, e que a saúde é um factor primacial de riqueza.

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00032, s/p).

Como durante todo o texto o reconhecimento dos investimentos educacionais, citados por Foucault é explicitado, a elaboração de uma educação focada nos

aspectos e no crescimento econômico. O último trecho intitulado de *O lar e a escola*, reafirma a importância das mães na educação dos filhos, para Foucault (2008), no capital humano, como vimos, é ciente que a relação mãe-filho constitui um grande investimento que irá contribuir para a configuração de indivíduos disciplinados e aptos para futuramente serem inseridos na lógica capitalista.

É defendido a aproximação do ensino exercido no lar e o exercido na sala de aula, citando o exemplo de uma obra escrita por Tobie Youckaree, professor da Escola Normal de Bruxellas, “*As grandes directrizes da educação moderna*”, cujo conteúdo defendia a colaboração da escola e da família na educação infantil, são citadas instituições criadas com o objetivo de aproximar esses dois âmbitos. E por fim, após desenvolver a importância da associação de educadores e dos pais, novamente é exposta a ação das mães, agora como parte de alcançar a pedagogia moderna, finalizando assim o texto:

Figura 49: Conselhos sociaes – Aspectos modernos da educação feminina (9)

pedagogica. E o caminho mais directo para alcançar esta alta finalidade da pedagogia moderna é preparar mães que, pela sua instrucção adequada, possam cooperar intelligentemente com os professores na educação dos filhos

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00032, s/p).

A preocupação para com a educação feminina se dá pelas altas taxas de mortalidade infantil, mas também pela mudança que a década trouxe na vida feminina, é necessário realocar as mulheres novamente a esfera privada, pois sua saída ameaça o funcionamento do sistema capitalista. As mulheres reproduzem não só a força de trabalho por meio da reprodução biológica, mas também pela reprodução da restauração da força de trabalho daqueles que já estão inseridos no mercado de trabalho, por meio dos cuidados essenciais necessários para garantir a qualidade física, emocional e social, através dos afazeres domésticos não reconhecidos e não remunerados (Tithi Bhattacharya, 2019).

As diversas transformações econômicas, políticas e culturais no Brasil no início do século XX possibilitou as mulheres, principalmente as que viviam no meio urbano, uma maior participação na esfera pública, possibilitando outro tipo de vivência que não fosse o ambiente do lar (Natascha de Ostos, 2012). Nesse contexto, demarcado pela gradativa emancipação feminina, pela desvinculação apenas à esfera privada e a gradual participação no mercado de trabalho, não esquecendo de todos os impasses que integram essas questões.

Acredito que seja importante novamente salientar que nesta pesquisa estamos trabalhando com mulheres de uma classe média, brancas e letradas. As revistas, fontes de análise, foram destinadas a esse público em específico, por essa razão, estamos abordando essa recente desassociarão das mulheres ao espaço privado, no entanto, outras mulheres de classes mais abastardadas, já trabalhavam em domínios públicos pela sua sobrevivência e pela sobrevivência de sua família. Passando por mecanismos repressores que além do gênero, englobavam demarcadores sociais de classe e muito provavelmente de raça.

O cenário era permeado por uma intensa preocupação em vincular e estabelecer novamente as mulheres aos limites que lhes foram determinados. Além do receio de que adquirissem a sua independência e influência na sociedade, o medo que com essas novas mudanças, optassem por não serem mães ou adiar a maternidade crescia, se tornando uma grande ameaça para a reprodução social, fundamental para destino da sociedade, da nação e para o funcionamento do sistema capitalista.

Por isso, ao decorrer da década de 1930, se estabelecia e acentuava um debate acerca das “questões femininas”, englobando propostas e ideias referentes as discussões sobre o papel social e as condições de vida das mulheres no Brasil. Despertando uma dicotomia entre aqueles que defendiam uma maior emancipação feminina e aqueles que desprezavam a presença feminina nos âmbitos públicos, adentrando em argumentos diversificados “indo da galhofa mais irreverente até a mais séria argumentação científica, transitando entre as justificativas religiosas, a lógica jurídica e as motivações econômicas” (Ostos, 2012, p. 317).

Nos periódicos analisados, os discursos em sua maioria reafirmam o papel social da mulher interligado a vida privada, divulgando de forma educativa e incisiva ensinamentos que as encaixassem no estereótipo de boa esposa e boa mãe, inclusive propagando a valorização recebida caso exercessem bem esse papel. Por outro lado,

aquelas que desviassem dessas vivências, seriam associadas a diversos adjetivos pejorativos e a intensa crítica social, como analisamos no decorrer dessa pesquisa. Isso nos indica um espaço social condizente e tolerante com esses objetivos.

Como já citado, a maternidade irá integrar a constituição de discursos que visam o bom funcionamento da reprodução social, principalmente recorrendo-se ao discurso moral presentes nos periódicos, uma vez que, as mulheres que se dedicassesem a outras funções, que não as do lar e particularmente a materna, estariam indo contra a sua própria natureza, destituídas do estereótipo da “boa mãe”.

Se existem tantas reações contrárias a presença feminina no mundo público, significa que de fato, as mulheres estavam alcançando uma posição cada vez mais elevada na sociedade brasileira. Como podemos notar em umas das críticas presentes na seção “Consultorio da Mulher”, seção essa já elucidada aqui³⁴, no qual as leitoras enviam cartas para serem respondidas, encontra-se o retorno de Selda Potocka para uma delas:

Figura 50: Consultório da Mulher (Maria S.) (1)

Maria S. — Nos tempos passados a mulher tinha poucos direitos legais, mas era um ente muito importante. A mulher era rainha no lar e o homem rei dos negócios, sciencia e governo.

O reinado do homem desenvolveu-se cada vez mais, porém o reinado da mulher reduziu-se quasi a nada. Resultado: a mulher trabalhando sóra do lar e na anciedade de competir com o homem, ella sacrifica a maternidade.

Fonte: Revista da Semana (1934, ed. 00010, s/p).

³⁴ Encontra-se na página 50 deste trabalho.

É relatado que no passado apesar das mulheres terem poucos direitos legais, ela era um ente muito importante. No entanto, sua importância não era ao ponto de lhe assegurar esses direitos, ou melhor, era mais conveniente que permanecessem privadas deles, para que continuassem no controle dos domínios masculinos presas ao mundo privado. O texto continua afirmando que a mulher era a rainha do lar, já o homem o rei dos negócios, da ciência e do governo, aspectos associados a racionalidade, ao mundo público, ao poder, e as tomadas de decisões que regem a sociedade.

No próximo parágrafo é declarado que esse reinado masculino continuou desenvolvendo-se cada dia mais, por outro lado, o reinado feminino foi reduzido a quase nada. As mulheres, ao afastarem-se do lar, eram vistas como protagonistas de um grande retrocesso. O trabalho fora do lar e a ansiedade de competir com os homens, segundo o discurso, eram fatores que levavam ao sacrifício da maternidade, interpretados como uma renúncia a essência da natureza feminina.

Figura 51: Consultório da Mulher (Maria S.) (2)

Todos os problemas econômicos e sociais que actualmente agitam e perturbam o mundo serão resolvidos quando a mulher chegar a compreender que a mais alta ambição da nossa vida deve ser a felicidade do lar. Só assim estaremos aptas para inaugurar uma nova era na evolução da humanidade.

SELDÁ POTOCKA

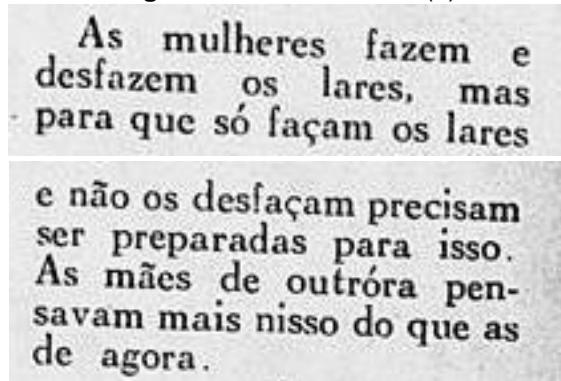
Fonte: Revista da Semana (1934, ed. 00010, s/p).

Ao “abandonarem” o mundo privado, argumenta-se são gerados problemas econômicos e sociais que desestabilizam a ordem do mundo. Por isso, é enfatizado o

desejo de que as mulheres compreendam que as suas ambições devem ser apenas a felicidade do lar. Privá-las de viver a vida conforme os seus desejos para que estejam confinadas ao espaço doméstico e reduzi-las a ferramentas úteis a trabalhar apenas em função e benefício dos outros em nome de uma suposta “evolução, é despojá-las da sua liberdade, passando a vê-las apenas com o aspecto utilitário, sempre disponível a servir, revelando um profundo egoísmo, que vem se perpetuando durante o tempo e que precisa ser combatido.

A próxima imagem faz parte da seção “Pensamentos”, comprovando a insatisfação daqueles que defendiam o estabelecimento da mulher as dedicações do lar ao relatar que as mães de antes pensando mais nisso do que as de agora:

Figura 52: Pensamentos (5)



Fonte: Revista da Semana (1936, ed. 00014, p.09).

Discursos biológicos também são utilizados para justificar a presença feminina no espaço privado. Como já citado, parte das reflexões aqui apresentadas sobre essa temática deriva do Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), “Os males que vêm do útero”: *Corpo e sexualidade das mulheres em impressos (1930-50)*. Durante as pesquisas referentes ao mesmo, pode-se notar a influência que o útero adquire na vida feminina por meio dos discursos, fazendo com que a mulher fique assim resumida ao mesmo.

Como já foi debatido, o útero seria um órgão naturalmente patológico; logo, ao mesmo tempo que ele controla o ser feminino, é fonte também do descontrole de seu corpo e a distúrbios. Esse discurso alimenta a concepção de que a mulher deveria estar restrita a esfera privada, impossibilitada de adentrar na esfera pública de domínio masculino e da racionalidade que lhes é atribuída, por conta de sua vulnerabilidade.

O corpo feminino aparece caracterizado por tal fragilidade, dando sentido ao termo “sexo frágil”, afirmando que a execução de certas atividades que envolvem saída do lar poderia acarretar males terríveis para as mulheres, como se pode ver em um anúncio do Regulador Gesteira:

Figura 53: Viajar (Regulador Gesteira)

Viajar

Quando viajar a Cavallo, em Vapor, Automovel e Estrada de Ferro, quando fizer viagens ou longos passeios a pé, quando apanhar Sol ou Chuva, toda a vez que molhar os pés, sempre que tomar banhos demorados de mar ou em rio, todas as vezes que levar grandes sustos ou tiver de repente uma grande contrariedade a senhora deve tomar uma Colher de Chá de *Regulador Gesteira* e logo em cima Meio Copo de Água!

Quando fizer alguma viagem, leve sempre em sua mala alguns Vidros de *Regulador Gesteira*.

Com os abalos do vapor ou da Estrada de Ferro, com o sol ou a chuva, molhando os pés, tomando-se banhos muito demorados, levando-se um grande susto ou tendo-se de repente grande raiva ou pezar forte o Utero pode sentir algum desarranjo, que poderá ser princípio de uma Molestia Grave!

Por isso é de enorme prudencia e muito util tomar uma colher de chá de *Regulador Gesteira*.

Qualquer perturbação do Utero pode dar começo a Molestias perigosas e Males terríveis!

Dançar

Depois de dançar, quando voltar das Festas e dos Bailes ou dos Teatros, depois que passear de Automovel, ao chegar em casa tome sempre uma colher de chá de *Regulador Gesteira*

Fonte: Revista da Semana (1930, ed.00041, s/p).

Seja qual a forma que uma mulher se deslocasse, se dedicasse ao lazer ou vivesse momentos de diversão, mesmo em situações simples, como tomar sol, enfrentar a chuva, levar grandes sustos ou enfrentar uma contrariedade

repentinamente, acreditava-se que essas vivências poderiam causar perturbações ao útero, desencadeando doenças graves.

Atividades que hoje consideramos comuns eram vistas como ameaças potenciais à saúde feminina, especialmente à sua condição uterina, e por isso deveriam ser evitadas. Esse discurso não apenas reforçou a ideia de fragilidade intrínseca ao corpo feminino, mas também contribuiu para consolidar a visão de que o ambiente doméstico era o único espaço seguro para a mulher, sustentando sua submissão e controle dentro dos limites privados.

Ao sair desse ambiente, é denunciada uma inversão de valores, estes baseados na dicotomia de gênero estabelecendo funções restritas baseadas no mesmo, que sustenta a exploração feminina. A partir do momento que essa dicotomia é questionada e desequilibrada, a insatisfação predomina, pois as mulheres que antes sustentavam todo o corpo social, sacrificando suas próprias vidas em detrimento de outros e do sistema, começaram a usufruir de certa “liberdade”. Como podemos ver no texto abaixo intitulado de *O ‘reajustamento’ de Adão e Eva*: O texto escrito por Elcias Lopes, afirma que estamos em uma época de reajustamento referente a toda ordem e a natureza, inclusive da questão sexual, sendo necessário esse reajuste para que as coisas entrem no eixo novamente, acabando com o “confusionismo sexual”, como o mesmo coloca.

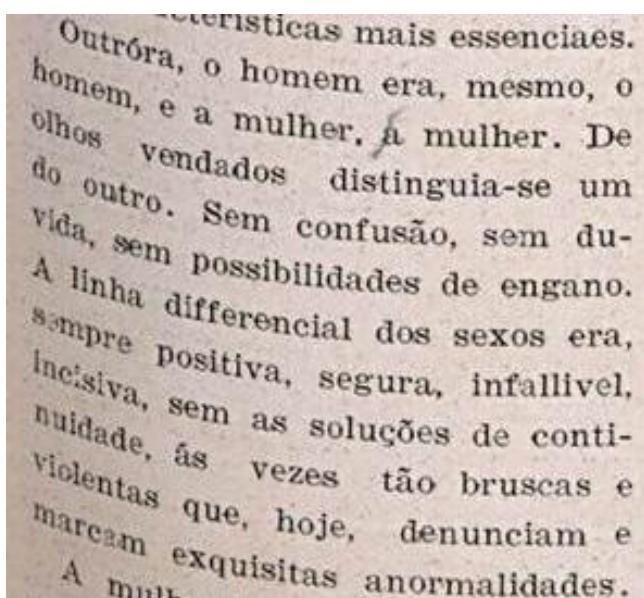
Figura 54: O ‘reajustamento de Adão e Eva (1)

O confusionismo sexual é um fato a desafiar, em gravidade, todos os problemas que agitam e inquietam a humanidade de hoje. A linha diferencial dos sexos, antes tão accentuadamente marcante no seu expressionismo biológico, físico, moral e intellectual, de certo tempo a esta parte começou a esmaecer-se e a perder muitas das suas características mais essenciaes.

Fonte: Fon-Fon (1934, ed. 00039, s/p).

Por conseguinte, é relatado que esta questão configura um grande desafio que perturba os alicerces da humanidade. Menciona-se, ainda, que a linha que diferencia os sexos é fortemente marcada sob a ótica biológica, argumento da diferenciação dos corpos que adentra no aspecto moral. Homens são vistos como seres de princípios e virtudes, enquanto as mulheres são associadas à desconfiança e à imoralidade. No aspecto intelectual, permanece a dicotomia: os homens são retratados como detentores da racionalidade e da lógica, por outro lado, as mulheres são caracterizadas como seres irracionais, tomadas pela sua natureza instável e pelas suas emoções.

Figura 55: O 'reajustamento de Adão e Eva (2)



Fonte: Fon-Fon (1934, ed. 00039, s/p).

Essa linha além de marcante, é descrita como segura, infalível e incisiva. Positiva e segura para quem? Para as mulheres foram estabelecidos o lugar de servidão, de submissão e de inferioridade, destinadas aos cuidados alheios, distante de qualquer participação nas decisões sociais, inclusive, sobre suas próprias vidas, com suas vidas traçadas e comandadas por terceiros. Ainda assim, seria essa linha verdadeiramente positiva e segura? Ao invés de ser infalível, mostrou-se falha com os anseios e o bem-estar feminino. Incisiva, sem dúvidas, pois invade profundamente a vida das mulheres, mas o que oferece, na realidade, é a negação de sua liberdade.

Figura 56: O ‘reajustamento de Adão e Eva (3)

São essas as primícias da obra de reajustamento sexual a ser enfrentada neste momento da vida humana. Um reajustamento que é, fundamentalmente, um trabalho educacional.

Perto de mim, acompanhando o que rabisco para esta chronica, alguém casquina um risinho agudo e ironico.

Fonte: Fon-Fon (1934, ed. 00039, s/p).

O reajuste sexual é apresentado como fundamental, as mulheres deveriam abandonar os espaços públicos que começam a ocupar e retornar para o lar, dedicando-se ao cuidado para com o marido e para o cumprimento de seu suposto destino materno. Para tanto, seria necessário implementar um trabalho educacional, capaz de disciplinar as mulheres desde sua infância, censurando qualquer afastamento do modelo idealizado e promovendo ações que a reconduzissem a este lugar. O autor relata, ainda, que enquanto escrevia os rascunhos para essa crônica, como a denomina, ao seu lado uma mulher ri ironicamente, iniciando um diálogo no qual ele descreve na publicação:

Figura 57: O ‘reajustamento de Adão e Eva (4)

— Por que ris?

— Ora, porque! Que pergunta!
Porque é tolice tudo isso. Nós, as mulheres, não cederemos um palmo do que conquistámos até agora com tanto sacrifício.

— Mas, dize-me, que é que entendes por conquistas femininas?

— Mas, todas as liberdades de que gozamos hoje!

— Que liberdades?

— Ora, fazermos o que bem entendermos, termos direitos iguaes a vocês, os homens, gozarmos a vida livremente...

— E o lar, a familia, a função e a missão superior de toda mulher bem equilibrada, bem mulher, como mãe, como guia e desvellada educadora de seus filhos?

— Isso, meu amigo, se fará sem prejuizo da nossa liberdade de accão! Nada mais simples!

Fonte: Fon-Fon (1934, ed. 00039, s/p).

A mulher ri, pois considerou tudo aquilo escrito uma tolice, afirmando que as mulheres não iriam abrir mão de suas liberdades, como forma de deslegitimar essas liberdades, o autor a questiona quais seriam, “Que liberdades?”. Uma pergunta que, ainda nos dias atuais, é frequentemente utilizada. Ao questionar, revela uma maneira de negar ou desvalorizar essas conquistas, pois ao indagar quais liberdades são essas, indica que esses avanços não são vistos ou reconhecidos. A pergunta funciona como uma tentativa de questionar a própria validade ou enfraquecer os progressos conquistados.

Ao questioná-la novamente, tenta jogá-la em uma espécie de balança moral: será que essas liberdades valem o preço de deixar o lar, a família e, principalmente, a maternidade e educar os filhos? A mulher responde que isso simplesmente poderá ser feito sem que a liberdade seja anulada, pois uma coisa não eliminaria a outra. E sim, deveria acontecer dessa forma, no entanto, para que isso se concretiza de forma

justa, seria necessário que os homens assumissem suas responsabilidades nas tarefas compartilhadas, compreendendo que elas pertencem a ambos, para que assim, as mulheres não assumam duplas ou triplas jornadas de trabalho.

O autor declara que a liberdade feminina é licenciosa, característica atribuída a quem age com indisciplina ou sem regras, podendo ser compreendido também como aqueles que se opõe a decência e ao pudor, agindo na devassidão, de maneira desregrada e imoral³⁵. Dessa forma, se opor ao ambiente do lar e a função materna seria então considerado como algo licencioso, e seria essa “licenciosidade” o motivo pelo qual as famílias veem se desorganizando e toda a vida social vem sendo perturbada.

Adentra-se em um debate acerca dos estereótipos de feminilidade e masculinidade, abalados pelo “confusionismo sexual”, a falta de feminilidade nas mulheres seria culpa das mesmas, pois ao exercerem atividades que não são consideradas adequadas, vão perdendo o aspecto feminino. Todavia, na ausência do estereótipo considerado como masculino nos homens, a culpa também é direcionada as mulheres, como ocorre em diferentes contextos históricos e sociais. Responsabilizadas pelo pecado original, pela desestruturação do lar e até mesmo pela desestabilização da sociedade, as mulheres carregam o peso de um julgamento que insiste em culpá-las independente da circunstância:

³⁵ Licenciosidade: Característica de licencioso, de quem age indisciplinada e desregradamente. LICENCIOSIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em [https://www.dicio.com.br/licenciosidade/#:~:text=Significado%20de%20Licenciosidade,\(origem%20da%20palavra%20licenciosidade\)](https://www.dicio.com.br/licenciosidade/#:~:text=Significado%20de%20Licenciosidade,(origem%20da%20palavra%20licenciosidade).). Acesso em 20/01/2025.

Figura 58: O ‘reajustamento de Adão e Eva (5)

— Um conceito falso de liberdade o que, em geral, vocês as mulheres de hoje têm...

— Como?

— Confundem liberdade com licenciosidade, — esquecidas de que os exemplos dessa licenciosidade é que veem desorganizando a família e perturbando toda a vida social.

— Achas, então, que deveríamos voltar a viver como as escravas, que sempre fomos, de vocês?

— Não: penso, porém, que vocês deveriam ser...

— Mais femininas...

— Isso!

— E eu não o sou?

— A's vezes...

— E os homens? Estão tão maricas, hoje!

— Culpa ainda de vocês...

Fonte: Fon-Fon (1934, ed. 00039, s/p).

A culpa nesse contexto seria atribuída as mulheres, pois são as mesmas que formam os homens de cada geração. E com o “confusionismo sexual”, as mães formadoras de filhos varonis e fortes estão em extinção, a solução seria acabar com o mesmo e as mulheres assumirem sua tarefa e predestinação no espaço do lar.

Figura 59: O ‘reajustamento de Adão e Eva (6)

— Nossa? Tem graça! Por que,
não me dirás?

— Porque vocês é que fazem os
homens de cada geração. E as ma-
tronas de outróra, mães formado-
ras de filhos varonis e fortes, vão
desapparecendo da face da terra...

— Talvez tenhas razão... Hoje,
somos, mesmo, um pouco maluqui-
nhas... Meio-homens, meio-mu-
lheres...

— Uma mistura...

— Sim, mas vocês, também, an-
dam tão misturados!...

— E' certo... Convenho...

Fonte: *Fon-Fon* (1934, ed. 00039, s/p).

Na publicação a mulher aparentemente acaba concordando com os argumentos do autor. Essa concordância aparece como forma de assegurar que a opinião do mesmo seja validada como correta e demonstrando que alguém que anteriormente considerou-a como tolice, possa ser que agora possua alguma dúvida, “Talvez tenhas razão...” (*Fon-Fon* (1934, ed. 00039, s/p), com o objetivo de originar incertezas nas próprias leitoras.

Em outra publicação da seção “Consultorio da Mulher”, uma leitora provavelmente enviou uma carta expressando uma recusa materna. Selda Potocka, responsável pela seção em sua resposta, transparece a sua indignação e descontentamento ao ver as mulheres se negando a se tornarem mães, considerada como a missão feminina mais sublime.

Figura 60: Consultorio da Mulher (M. A. F.)

M. A. F. — Quando ouço a uma mulher confissões eguaes á que me faz na sua carta, sinto sempre uma profunda tristeza.

Todos os meus princípios, todas as minhas convicções, todas as minhas ações de mulher e de mãe se sentem offendidas e magoadas, perante essa recusa hoje da mulher em aceitar a missão da maternidade. O acto de ser mãe é sublime.

Fonte: Revista da Semana (1935, ed. 00034, p. 51).

Por razão dos fatores mencionados, para continuar os investimentos referentes ao âmbito econômico e político, assegurando a sua estrutura, surge a necessidade de investir na educação feminina, sobretudo na formação das mães, perpetuando a criação de corpos femininos moldados para a esfera doméstica e disciplinados. Além de criar e estimular assim como no século XVIII, uma sociedade que valorize as crianças de uma forma devotada para acabar com as altas taxas de mortalidade infantil.

3.2 A Valorização da Criança e a Preparação da Mãe: Alicerces para a Ordem e o Progresso

Mirtes de Moraes (2021) em seus estudos, nos mostra que na cidade de São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX, um considerável número de médicos reverberava sobre soluções prováveis para uma grande adversidade, as elevadas taxas da mortalidade infantil, todavia, esse cenário ecoava em todo o território nacional, principalmente no Rio de Janeiro.

Pelo menos dentre os estudos de mortalidade realizados para o Brasil antes de 1900, não se conhece fenômenos de mortalidade semelhantes ao do Rio de Janeiro ao longo de um período de quase 80 anos. Uma mortalidade

elevadíssima e constantemente maior que a natalidade (Maria Marcílio, 1993, p. 57).

No entanto, o país estava se configurando nos padrões republicanos e positivistas, a construção de uma nação na qual possuísse uma sociedade com pessoas fortes, de boa saúde e consequintemente, aptas para trabalharem foi o objetivo para estimular a maternidade e criar um ideal específico de mãe, a mãe amiga da Pátria. Os ideais republicanos almejavam a formulação de uma nação forte inspirada nos aspectos positivistas, nesse sentido, a criança foi pensada e se estabelece como futura construtora da “ordem e do progresso” nacional, lema inscrito na bandeira nacional.

Um sentido positivo passou a ser atribuído à criança, apostando-se que, no futuro, ela apontaria uma forma de o país rumo ao progresso. O estandarte de a criança ser o futuro da nação foi um dos projetos idealizadores no nascimento da República brasileira (Moraes, 2021, p. 41).

Por isso, fazia-se necessário diminuir as taxas de mortalidade infantil, pois não se tinha como povoar uma nação, aumentando o seu poderio e a sua mão de obra com essas taxas em alta. Nesse sentido, os periódicos foram uns dos principais meios para a propagação desses novos ideais maternos.

Em uma das páginas da *Revista da Semana*, uma das matérias intituladas de “Infancia, riso da vida!”, ilustra a propagação da importância e da valorização da criança. A matéria ocupa toda a página, com o nome e variadas fotos em diferentes poses e expressões de quatro crianças, fazendo uma espécie de moldura para frases que estimulam o seu enaltecimento.

Dentre as frases, podemos encontrar a explicita valorização da criança:

Figura 61: Infancia, riso da vida! (1)

Um filho é uma estrela que nos alinda o céo da terra
em que vivemos. — Camillo Castello Branco.

Fonte: *Revista da Semana* (1933, ed. 00027, s/p).

Como também na frase abaixo:

Figura 62: Infancia, riso da vida! (2)

Uma casa sem filhos é uma colmeia sem abelhas.
Victor Hugo.

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00027, s/p).

A responsabilidade materna como uma forma de vigilância para constituir o filho como apto para as demandas sociais de produtividade e utilidade, também é expressa nessa publicação:

Figura 63: Infancia, riso da vida! (3)

O coração das crianças tem o seu movimento regulado como o de um relógio, e pára quando a mão de uma mãe se esquece de lhe dar corda. — Julio Cesar Machado.

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00027, s/p).

O coração é o órgão no qual de forma ilustrativa é associado a moral, a bondade, bons ou maus sentimentos. Essas características na criança seriam, assim como um relógio controlados pela mão de uma mãe, um relógio deve estar sempre em trabalho para que exerça a sua real função, mostrar as horas; assim deve ser a mãe, está sempre em trabalho na construção da educação de seus filhos para futuramente serem bons cidadãos a Pátria, sem se “distrair” com outras situações, sua vida deve ser inteiramente dedicada a este trabalho, caso contrário, assim como o relógio, que se parar de medir as horas, perde a sua utilidade, a mãe também terá sua utilidade perdida.

Outra frase, confirma o falado acima:

Figura 64: Infancia, riso da vida! (4)

O futuro da criança é sempre obra de uma mãe.
Napoleão I.

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00027, s/p).

É necessário que seja gerada e desenvolvida a consciência de que as crianças representam mais do que simples indivíduos em criação. Dessa forma, todo cuidado é necessário, toda atenção das mães deve estar voltada para a formação desse ser, se tornando uma abdicação da sua própria vida em todos os âmbitos.

Figura 65: Infancia, riso da vida! (5)

O' mães que embalaes os filhos
Com olhar de amor profundo,
De vagar ! Num berço, ás vezes,
Anda o destino do mundo !

Julio Brandão.

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00027, s/p).

Outra frase nos chama bastante atenção:

Figura 66: “Infancia, riso da vida!” (6)

Existe analogia entre a cultura das plantas e a educação das crianças. Numa e noutra, é a natureza que tem de fornecer a base. — Demorsais.

Fonte: Revista da Semana (1933, ed. 00027, s/p).

Fazendo associação com o cultivo de plantas e a educação das crianças, afirmindo que em ambas a natureza fornece a base. Neste caso, a educação das crianças teria como base, o instinto e o amor materno, educar os filhos também seria uma função advinda da natureza, pertencente à constituição do ser feminino. No entanto, o que os discursos expressam é uma espécie de “ciência materna”, com isso, o instinto materno não seria suficiente para manter a vida dessas crianças, sendo fundamental agora cientificar os conhecimentos, gerando uma espécie de maternidade científica, através de diversas instruções. Por isso, a quantidade de livros, manuais, cartilhas e escolas direcionadas à educação feminina, focando na criança para chegar à ordem e ao progresso.

A propagação da perspectiva da criança como futuro da nação tomou forma também nos anúncios presentes nas revistas. Como é o caso do anúncio da Maisena Duryea, que por título já traz a afirmação “Os bebés de hoje são os alicerces da raça”:

Figura 67: Os bebés de hoje são os alicerces da raça



Fonte: Fon-Fon (1930, ed. 00027, p.78).

O texto é direcionado para as mães, aconselhando-as que façam com que os seus filhos cresçam com muita vivacidade, para isso, a Maisena Duryea seria o alimento ideal. Além do produto anunciado, um livro de receitas gratuito também é oferecido. A preocupação com a alimentação era intensa, pois uma das maiores causas da taxa da mortalidade infantil na virada do século XIX para o século XX era justamente de origens digestivas, principalmente devido a alimentação dedicada aos recém-nascidos (Martins, 2021).

Sendo assim, a amamentação irá se tornar foco de diversos discursos, o leite materno será extremamente valorizado como fonte de vida para a criança e aquelas

mães que não conseguem amamentar, seja por falta de leite ou por outros fatores irão ser duramente cobradas e criticadas como veremos mais à frente.

Tal como falamos anteriormente, entre os elementos constitutivos do capital humano, destacam-se atividades relacionadas à saúde, configuradas não somente como forma de melhorar a qualidade de vida dos indivíduos, mas também como estratégia para prolongar a sua capacidade produtiva e funcional ao longo do tempo.

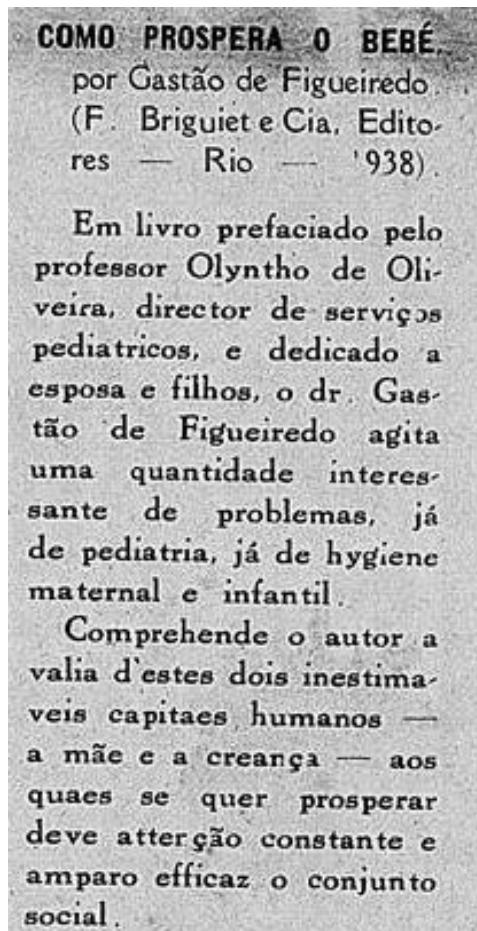
Nesse sentido, a saúde, integrada aos preceitos higienistas, emergem como eixos fundamentais, capazes de assegurar tanto a preservação física, quanto o potencial de contribuição de cada pessoa. Por esse motivo, saúde e higiene se tornam investimentos, orientados não apenas pelo bem-estar e pela qualidade de vida, mas pelas demandas de uma lógica que considera os corpos como recursos preciosos a serem cultivados e utilizados em benefício social.

Dentro dessa ciência materna, são incluídas a puericultura e os ideais higienistas. “A altivez do “instinto materno” deveria, assim, sofrer a mediação do saber científico, que se traduziria não só na boa saúde do filho, mas também no melhoramento da espécie humana” (Moraes, 2021, p. 64).

Uma das propagandas de um dos livros dedicados a instrução feminina, nos revela a mãe e a criança sendo consideradas como capitais humanos e peças fundamentais para o funcionamento econômico, o livro é intitulado de “Como propera o bebé”, foi escrito por Gastão de Figueiredo e teve o seu prefácio escrito pelo professor e diretor de serviços pediátricos Olyntho de Oliveira. É alegado que Gastão de Figueiredo mobiliza uma grande quantidade de adversidades que permeiam o meio social, referentes a pediatria e a higiene tanto maternal, quanto infantil.

No parágrafo seguinte, é afirmado que o mesmo comprehende a mãe e o filho com um grande valor, um valor inestimável de capitais humanos, a própria publicação utiliza esse termo, antes mesmo de sua popularização e do desenvolvimento da análise de Foucault. Por serem vistos dessa forma, é descrito que seria necessário a intervenção, a atenção e o constante “amparo” da sociedade para que ambos (mãe e filho) prosperem:

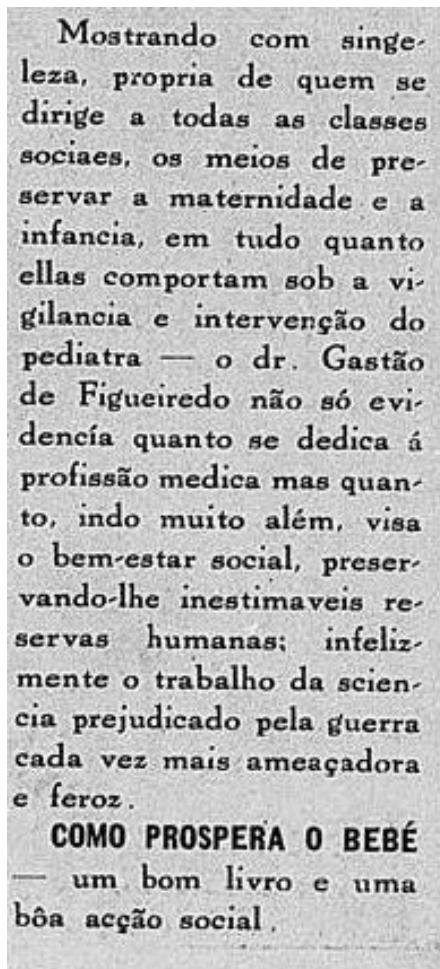
Figura 68: Como prospera o bebé (1)



Fonte: Revista da Semana (1939, ed. 00005, p. 13).

Essa publicação se torna ainda mais interessante, pois diferentemente da análise do capital humano desenvolvida por Foucault, para além do filho, a mãe também é incluída como um capital humano. É relatado que neste livro o autor se dirige a todas as classes sociais, oferecendo meios para que a maternidade e a infância sejam preservadas sob a vigilância e intervenção do mesmo. Ao realizar este trabalho, segundo a publicação Gastão de Figueiredo estaria visando o bem-estar social ao produzir e preservar inestimáveis reservas humanas, no entanto, seu trabalho científico é atrapalhado em razão das guerras.

Figura 69: Como prospera o bebé (2)



Fonte: Revista da Semana (1939, ed. 00005, p. 13).

Outro livro é propagado, *Cartilha das mães*. O anúncio começa interligando a defesa da criança para com a defesa da sociedade, visto que as crianças seriam o futuro da mesma. Caracterizada como uma obra patriótica, humana e magnifica, escrita pelo médico Martinho da Rocha. Este livro seria indispensável para todas as mulheres que possuem filhos, escrito de forma nítida e simples.

É alegado que no livro o pediatra se torna o diretor espiritual, confessor e técnico das mães, devendo seguir religiosamente os conselhos recebidos. Como já mencionado, a partir do século XIX o médico se consagra como uma figura central no corpo social, com grande autenticidade e prestígio, atuando como “conselheiros da arte de bem viver”, capazes de adentrar nos assuntos íntimos no seio da família nuclear (Martins, 2004).

O livro percorre com minúcia as várias etapas do desenvolvimento infantil, explorando os âmbitos físico, emocional e social da existência do bebê. Em suas

páginas finais, apresenta um conselho que reflete um ideal de maternidade nacionalista e patriótica, carregado de influências religiosas, sociológicas e morais. Declara-se: "Para maior grandeza de nossa terra, cumpre á mãe brasileira, sempre tão bem intencionada, evitar o filho unico, cujo futuro risonho se transforma, em regra numa grande desillusão" (*Fon-Fon*, 1935, ed. 00011, s/p). Demonstrando novamente uma tentativa de configurar os comportamentos maternos, estabelecendo as mulheres como peças-chaves na engrenagem do progresso e da ordem nacional.

Ao indicar que o filho único deve ser evitado, fica implícito que a maternidade vai além do cuidado e do amor dedicado ao filho, mas adentra em um campo que exige uma contribuição direta para o aumento populacional e consequentemente de uma sociedade fortalecida, uma missão coletiva a nível nacional. Sendo afirmado que o livro prestará ao povo brasileiro por meio das mães um serviço inestimável, um verdadeiro catecismo materno, mais uma referência a religiosidade, e que deve ser lido e seguido por todas as mães do Brasil.

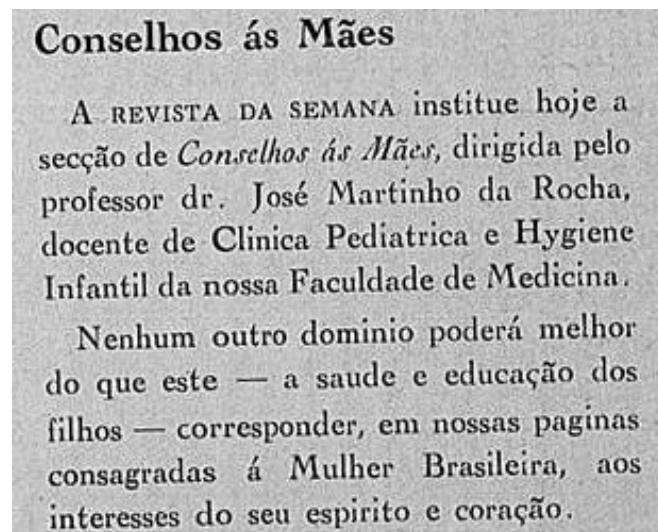
Figura 70: Cartilha das mães



Fonte: *Fon-Fon* (1935, ed. 00011, s/p).

Além dos livros, no dia 07 de setembro de 1935 é criada uma nova seção na *Revista da Semana*, intitulada de *Conselhos ás mães*, sob a direção do docente da Clinica Pedriatica e Hygiene Infantil da Faculdade de Medicina, José Martinho da Rocha, isso reflete a necessidade de abordar questões referentes a saúde e a educação dos filhos, interessantes ao espirito e ao coração feminino.

Figura 71: Conselhos ás Mães (Inicio)



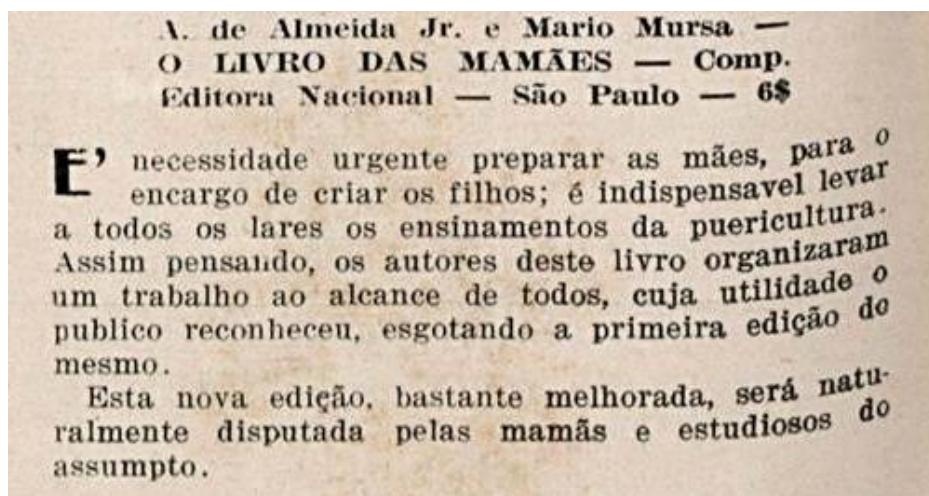
Fonte: *Revista da Semana* (1935, ed. 00039, p. 13).

Uma seção também intitulada de “Conselhos às mães”, fazia parte da *Fon-Fon*, sob responsabilidade do médico Rinaldo de Lamare³⁶. A preocupação com a criação dos filhos é destacada também em outro livro intitulado de “O livro das mamães”, abordando a relevância e a necessidade da puericultura³⁷ na educação feminina (figura 72):

³⁶ Ver a página 52 deste trabalho.

³⁷ Puericultura: Conjunto dos meios próprios para assegurar o nascimento e o desenvolvimento de crianças sadias. PUERICULTURA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em <https://www.dicio.com.br/puericultura/#:~:text=Significado%20de%20Puericultura,o%20desenvolvimento%20de%20crian%C3%A7as%20sadias>. Acesso em 22/01/2025.

Figura 72: O Livro das mamães



Fonte: Fon-Fon (1933, ed. 00033, p. 50).

A publicação seguinte (figura 73) é um anúncio dos comprimidos de Eldoformio da Casa Bayer, e atenta para a já citada mortalidade infantil relacionada aos problemas de origem digestiva, uma das suas grandes causas, por isso, é relatado a importância do leite materno, em oposição a “alimentos artificiais”, como a alimentação através do leite de vaca:

Figura 73: As mães devem saber...

As mães devem saber...

No dia em que a maioria das mães tiverem noções de hygiene e de puericultura, a mortalidade infantil diminuirá de maneira notavel, como se tem registrado em varios paizes. Um dos preceitos mais elementares e que se deve tornar bem diffundido é o de que as creanças alimentadas ao seio raramente adoecem, são mais fortes e sadias. Já as alimentadas artificialmente adoecem com mais frequencia, porque nem sempre os alimentos são bem aceitos pelo organismo da creança. Outro ponto muito importante é o que diz respeito ao horario e ás doses dos alimentos. As mães que não têm conhecimento destes assumptos devem procurar um posto de hygiene infantil ou um medico especialista para receber as instruções necessarias. Uma das desordens mais communs, resultante da alimentação inconveniente e desordenada, é a diarréia, que pode advir, tambem, de infecções assestadas fóra dos orgãos gastro-intestinaes, mas que se reflectem sobre elles, taes as inflamações do nariz, da garganta, dos rins, etc.

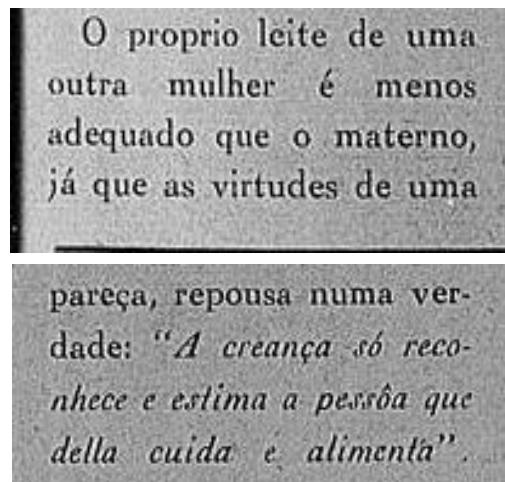
Fonte: *Revista da Semana* (1937, ed. 00012, p. 44).

É enfatizado que outro ponto importante seria o horário e as doses de alimentos que são oferecidas as crianças, as mães devem se informar, pois a alimentação de forma inconveniente geraria uma das desordens mais comuns, a diarreia, podendo gerar também infecções e inflamações. No último parágrafo é afirmado que o produto anunciado normalizaria essas dejeções.

A próxima publicação (figura 74) também sobre o leite materno, faz parte de uma das publicações da seção *Conselhos ás Mäes*, e é denominada de “Leite Materno”, nela é defendido que a ciência moderna elevou o mesmo a uma categoria suprema, sendo impossível copiar a natureza ao tentar fabricar um alimento igual. O leite materno se constitui como salvação da criança, extremamente estimulado, envolvendo não somente argumentos científicos, mas religiosos e morais.

A espera que a prática da amamentação viesse a aproximar as mães de seus bebês é para que as mesmas adquirissem mais amor por esses novos seres, aumentando seu desejo de dedicação e de completude, transformando-se em um culto tanto religioso, quanto patriótico. Dando ênfase que não seria qualquer leite materno, mas o leite da própria mãe daquela criança:

Figura 74: Leite Materno



Fonte: Revista da Semana (1935, ed. 00046, p. 49).

Dessa forma, a utilização das amas de leite, foi duramente criticada. No entanto o início da retirada dessa prática, não se deu apenas pela necessidade de aproximar a mãe do seu filho, mas por meio de argumentos classificados como morais, que possuíam intenso teor racista.

Procurava-se conectar com grande força a relação entre o seio materno e o lugar onde este está centrado, o coração, que aquece os sentimentos e, ao mesmo tempo, simboliza o espaço protegido que, numa transferência simbólica, passa a ser o lócus familiar, estando a mulher no núcleo dessa organização. Nesse contexto, a ama de leite deveria deixar a cena para que a mãe assumisse o lugar com triunfo (Morais, 2021, p. 69).

As amas de leite viriam de classes abastardadas e eram mulheres negras, e na medicina já vinha se associando características de vida imoral e desordenadas a essas “classes perigosas”, se tornando assim, um risco para as crianças.

O argumento supostamente moral associado e composto pelo religioso era destinado àquelas que não praticavam a amamentação, a mãe que abandonasse o seu “dever sagrado”, era compreendida como transgressora das leis da Natureza e

de Deus, gerando uma relação de incompletude ao não amamentar o seu filho (Moraes, 2021).

Na publicação intitulada “Porque certas mães não devem amamentar” (figura 75), presente na seção Preceitos de Higiene, descrevendo-se que algumas mulheres, agraciadas por uma “boa fada” com todas as condições para alimentar seus filhos, deixam de cumprir o que é visto como seu sagrado dever. Essas mães são retratadas como tolas, seduzidas pelas tentativas mundanas que as afastam do espaço doméstico. Diante de uma elevada taxa de mortalidade infantil e da necessidade urgente de sua redução, reforçava-se ainda mais o ar pejorativo ao afastamento das mulheres do lar.

Atribuindo-se um olhar severo e depreciativo sobre aqueles que abandonaram essa atribuição. Conforme descrito na publicação, essas mulheres seriam caracterizadas como “criaturas frívolas”. Sua frivolidade seria tamanha que nem mesmo o amor materno, tão exaltado em seu suposto caráter transformador, seria suficiente para redimi-las ou trazê-las de volta ao cumprimento desse “dever sagrado”. Essa narrativa, reforçava os discursos que confinavam as mulheres ao âmbito doméstico, associando sua dignidade e reconhecimento ao cumprimento.

Esse discurso prossegue ainda mais incisivo, ao comparar essas mulheres a um patamar inferior até mesmo ao dos animais. Argumentando que, se até eles possuem o instinto natural de cuidar de seus filhotes, essas mulheres, em sua frivolidade, demonstram ser privados dessa essência primordial.

Figura 75: Porque certas mães não devem amamentar

Ha infelizmente muitas mulheres que, tendo recebido duma bôa fada tudo que é preciso para ser uma uma bôa ama, não cumprem no entanto este dever sagrado. Essas tolinhas moram em geral nas grandes cidades onde os prazeres de toda especie, as attracções mundanas reteem as jovens mães fóra do lar. Com essa especie de criaturas não ha nada a fazer: são tão frivolas que nem o amor materno, esse sentimento que é instinctivo até nos animaes, se acorda nellas.

Fonte: Revista da Semana (1935, ed. 00046, p. 49).

A continuação do texto explica que algumas mulheres por mais que tentem não conseguem amamentar, e devem se atentar a certos sinais como o aparecimento das "regras", quando emagrece, transpira ou tosse a noite. Devendo-se procurar um médico para que seja examinado se a continuação da amamentação não irá oferecer nenhum risco a sua saúde ou a de seu filho.

No entanto, diante da crescente participação das mulheres no mundo público, os discursos tiveram também que se moldar, alegando que elas poderiam trabalhar, contanto que ainda exercessem de maneira sublime a sua maternidade, não terceirizando a outras pessoas essa função, nem mesmo ao pai. Como explicitam uma publicação (figura 76) da seção *Conselhos sociaes*, denominada de "Os deveres de cada um para a felicidade do lar"; nela é argumentado que cada pessoa na família teria o seu papel "normal", ocupando o seu lugar "normal".

Figura 76: Os deveres de cada um para a felicidade do lar

Ha nisso um erro de proporções e de distribuição para que se deve chamar a atenção das jovens mães. Com todo o carinho, previdencia, intelligencia, podem estabelecer um emprego de tempo que garanta o bem-estar do bebê sem incomodar, sobretudo sem sacrificar os outros. Não é porque um pae, uma avó, ou uma irmã mais velha aceitam o sacrificio de bôa vontade, que seja justa a imposição desse sacrificio. Teem todos direito a uma certa liberdade, a uma certa possibilidade de expansão; usurpar esse direito é injusto, mesmo que elles consintam na usurpação.

Fonte: Revista da Semana (1937, ed. 00012, p. 44).

O sacrifício deveria ser apenas materno, as mães deveriam se sacrificar sem que isso implicasse o sacrifício de outros, não seria justo. Alegando que todos têm direito a uma certa liberdade, uma certa possibilidade de expansão, tirar esse direito dos outros mesmo que em concordância seria injusto. Mas onde ficaria a liberdade da mãe? Em lugar nenhum, a doação feminina, principalmente, aos filhos de forma realmente devota e de sacrifício seria parte da essência da “natureza feminina”.

Como prova de que é possível exercer a função materna mesmo estando em domínios públicos são citados alguns exemplos. A imagem abaixo (figura 77) faz parte da seção *Noticiario Elegante*, na qual contém trechos de notícias variadas:

Figura 77: Noticiario elegante

O Governo Francez conferiu á grande pianista brasileira Guiomar Novaes a cruz da Legião de Honra. Motivo de júbilo para todos os brasileiros, que têm nessa brilhante e famosa patrícia uma das maiores intérpretes musicais contemporâneas, a afirmação do talento artístico feminino brasileiro é um grande exemplo de uma bella vida dedicada ás suas ambições artísticas, sem com tudo haver fugido ao destino, glorioso também, da maternidade e da vida de família.

Fonte: Revista da Semana (1939, ed. 00024, p. 24).

É noticiado com orgulho que a pianista brasileira Guiomar Novaes foi homenageada pelo governo francês com a Cruz da Legião de Honra, enchendo o Brasil de júbilo. Reconhecida como uma das maiores intérpretes musicais de seu tempo, Guiomar Novaes foi exaltada como exemplo e foi valorizada por não ter deixado a dedicação aos "destinos gloriosos" da maternidade.

No âmbito literário, podemos visualizar esse exemplo (figura 78). O texto é intitulado de "Marcelle Tinayre, a celebre escriptora franceza" e relata a história dessa escritora, que inclusive publicou dois livros importantes sob o uso de pseudônimo e posteriormente foi reconhecida. Valorizada pois ao mesmo tempo em que cuidava de sua casa e de três filhos pequenos ajudava o marido, um artista gravador com a sua pena. Mas dentro do cenário brasileiro é exposto exemplos que devem também ser exaltados, duas mulheres, caracterizadas como queridas por seguirem a sua função materna. Provavelmente se tivessem se desviado da maternidade, não seriam elogiadas assim.

São elas: Julia Lopes de Almeida, já falecida quando homenageada por meio da publicação e Maria Eugenia Celso, ambas souberam conciliar a difícil tarefa de jornalista, romancista e conferencista com a de uma mãe dedicada à sua família:

Figura 78: Julia Lopes/Maria Eugenia

Mas não precisamos ir buscar no estrangeiro exemplos de mulheres escriptoras sendo ao mesmo tempo exemplares mães de família. Citemos apenas duas das mais conhecidas e queridas: d. Julia Lopes de Almeida, infelizmente já falecida, e d. Maria Eugenia Celso. De incontestável valor literário, souberam no entanto conciliar a ardua tarefa de jornalista, romancista e conferencista com a de mãe de família dedicada.

Fonte: *Revista da Semana* (1934, ed. 00033, p. 45).

Publicações assim, estão longe de possuírem uma neutralidade de apenas informar, mas buscam incentivar e estimular as mulheres, mostrando que mesmo saindo do ambiente privado, elas podem continuar a exercer seu papel “normal”, sendo valorizadas e glorificadas por isso.

Como vimos, os discursos morais se fazem extremamente presentes, se associam e são conduzidos pelos discursos religiosos. A relação religião e sociedade vem sendo registrada ao longo da humanidade, se constituindo como um elemento de grande influência, inclusive na própria construção social, se tornando um “fio condutor que entrelaça os tecidos sociais, políticos e culturais” (Patrícia Moreschi; Danila Bernardino, 2024). Não associando o ser humano somente a um mundo de crenças e de fé, mas moldando as suas próprias identidades, experiências e vivências individuais ou coletivas.

3.3 Santas e Maternas: A Influência dos Discursos Religiosos na Idealização da Mãe

Na sociedade brasileira se recebeu uma grande influência do cristianismo e de suas narrativas. O cristianismo se consolidou na Europa durante a Idade Média, a

Igreja Católica era a grande representação do sistema religioso no período, desfrutava de uma grande influência, controlava diversos setores, estando ligada tanto com a economia, quanto com a política, além de estar presente cotidianamente com seus dogmas e convicções em todo o corpo social, compondo a mentalidade dos indivíduos.

A Igreja constituía uma organização que se estendeu por todo o mundo cristão, mais poderosa, maior, mais antiga e duradoura que qualquer coroa. Tratava-se de uma era religiosa e a Igreja, sem dúvida, tinha um poder e prestígio espiritual tremendos. (Huberman, 1981, p.15)

O cristianismo saiu do âmbito de ser apenas uma religião e se tornou uma configuração social definida, influenciando diretamente na maneira em que as pessoas lidavam com os corpos, as doenças, a natureza, com explicações derivadas de uma ordem escatológica. A sociedade medieval possuía grande conexão e apoio na espiritualidade religiosa, acreditando firmemente nas doutrinas pregadas pela Igreja, vendo suas vidas como um meio para segui-la, guiada por fundamentos vigorosamente atribuídos a fé.

Durante esse período, a construção negativa e de submissão feminina se acentuaram. Como afirma Macedo (2002, p. 14) “A Idade Média não inventou a desigualdade entre os sexos. Esta remonta aos primórdios das sociedades organizadas e hierarquizadas, ao aparecimento das civilizações”. Todavia, no medievo isto irá continuar sendo refletido, porém com mecanismos e características singulares e específicos desenvolvidos nesta época. A Igreja Católica com a sua alta influência exerceu um papel primordial através de seus escritos, princípios e dogmas para a formação das concepções, dos comportamentos, da relação com o corpo feminino e de modo geral, da imagem das mulheres.

A inferiorização feminina encontrou continuidade no medievo, a imagem da mulher medieval foi gerada através de uma oposição, a mulher inspirada em Eva e o contrário da mesma, a mulher inspirada na Virgem Maria. Esse discurso é legitimado no livro de Gênesis, no qual vai narrar a criação do mundo com base nas crenças cristãs, relatando a história de Adão e Eva, dando ênfase a maneira que Eva foi criada, ou seja, a partir de Adão e caracterizando-a como a grande portadora do pecado original, indigna de confiança e culpada por todos os males que viriam a tomar a terra.

O livro de Gênesis apresenta Adão, criado a partir da imagem e semelhança de Deus, ou seja, uma criação fundamentada na própria divindade, já Eva por ter sido

criada a partir de Adão, seria uma criação tirada e feita a partir da representação divina, o homem, por conseguinte, uma projeção mais distante do ser supremo, o criador. Na origem de ambos já se é demonstrada a hegemonia masculina, levando a considerar a subalternidade feminina como característica natural. Nas próximas gerações, essa inferiorização continuaria sendo refletida em todas as mulheres, dado que a sua própria origem assim determinou.

Para alguns teólogos, Eva não teria sido feita a imagem e semelhança de Deus, mas a partir de Adão; assim sendo, consideraram-na mera projeção da criação divina. Essa distinção e graduação entre o homem – dotado da imagem divina (imago) –, e a mulher –detentora apenas da semelhança divina (similitudo) –, para eles constituía uma prova da “inferioridade natural” do sexo feminino (Macedo, 2002, p. 66).

Não somente a submissão feminina foi determinada, mas também a atribuição da culpa de todos os malefícios e todas as perniciosidades que se introduziram na terra por consequência do pecado original. No mesmo, Eva teria traído a confiança do seu criador ao comer o fruto proibido e para além disso, induziu Adão a fazer o mesmo, decepcionando a Deus que os castigou, Adão com o ardor do trabalho e Eva com as dores do parto, e ficando sob domínio e controle de seu marido, reforçando a sua inferioridade e submissão.

Devido a atitude de Eva, todas as suas “futuras filhas”, foram consideradas indignas de confiança, associando as mulheres a traição, desonra, tentação e ausência de integridade, necessitando da tutela de uma figura masculina, pois caso contrário, dentro desse cenário, assim como Eva, elas seriam um risco para toda a sociedade.

Na publicação abaixo pode-se observar a narrativa da criação, na qual o criador originou o homem como prova da sua capacidade de fabricar matéria racional e a mulher destituída da força e da inteligência, lhe sendo dado um “poder novo e incontrastável”, que não se pode anular ou revogar, um destino, e que naturalmente se torna componente de sua submissão, a maternidade. Os aspectos de delicadeza e docura são ressaltados para serem também utilizados como forma de submissão e fragilidade.

Figura 79: Corrigenda (Lucio de Sousa para Martins Capistrano) (1)

— Foi logo no princípio do mundo... Creado o Homem, não se satisfez o Creador com essa primeira prova da sua capacidade de fabricante de matéria racional, e lançou seus divinos olhos para a feitura da companheira de Adão... A esta, à pobre e tão calumniada Eva, não podendo caber a força e a intelligencia do músculo — pelo motivo muito elementar de estar o Senhor animado eternamente de idéas pacifistas — era mistér ser dado um poder novo e incontrastável, que de algum modo fosse, naturalmente, elemento de submissão do homem... Foi então que Deus destinou à Mulher a missão da maternidade. Ella iria ser como a ovelha, amorosa e meiga, como a pomba, serena e bôa, como a andorinha, tépida e amiga. Nessa missão re-

Fonte: Fon-Fon (1931, ed. 00019, p. 16).

Em continuação (figura 80), a maternidade, reforçada como uma missão é perpassada por virtudes que englobam não só as mulheres, mas todos os animais do sexo feminino. O uso de animais nesses discursos é comum, pois tenta justificar e envolver ainda mais o natural, como forma de que não se haja questionamentos. O reino animal destituído da capacidade lógico-racional estaria assim como as mulheres, submissos a seguirem os preceitos instintivos da natureza.

Figura 80: Corrigenda (Lucio de Sousa para Martins Capistrano) (2)

sumia o Senhor as virtudes de todos os animaes do sexo feminino que creára. Dava-lhe a agudeza da loba, no presentir o perigo, a astucia da raposa, no resolver a situação difficil, a agilidade da rhena, no fugir das traições. Dava-lhe a presteza do kangurú em guarnecer os filhos, a suavidade da gata em acalental-os, a picada da cobra em defendel-os. Ella synthetizaria todas as perspicacias e bondades, como uma gotta dagua resume todas as irizações.

Fonte: Fon-Fon (1931, ed. 00019, p. 16).

A repentina vinculação das mulheres à sua suposta "natureza", em especial em seus aspectos fisiológicos, constrói a imagem de que suas ações estão intrinsecamente ligadas a essa essência. Nada que realizassem poderia ser dissociado, por exemplo, da maternidade, fazendo com que toda a condução de suas vidas girasse em torno dessa função. Caso se desviassem desse destino, enfrentariam acusações de negarem a própria razão de sua existência, sendo frequentemente taxadas de egoístas e alvo de discursos pejorativos. Dentro dessa lógica, a mulher, subjugada pelo dispositivo amoroso, deveria estar eternamente à disposição do outro, incluindo as obrigações de gerar novos outros.

Através da imagem abaixo (figura 81) presente na *Revista da Semana* podemos notar a representação e descrição da figura de Eva:

Figura 81: A mulher (1)

A MULHER

(Fragmento de uma conferencia prohibida pela censura do sexo... fraco).

QUE Eva tivesse como modelo uma costela de Adão, é historia que se conta. De uma costela nunca se conseguirá tirar uma mulher. Seria mais verosímil uma barbatana. Unica razão tem a historia: a de fazer acreditar que a mulher ficará sempre collada ás costelas do homem, como um sinapismo.

Desde que o mundo foi lançado no... mundo, não se tem cessado de definir, sem nunca acertar, a representante do sexo fraco (*não apoiado*).

In principio... tudo era paraíso no Eden; veiu Eva e o paraíso foi por água abaixo, com os clássicos trambolhões, de cujas consequências ainda nos resentimos... peccados e dívidas.

O próprio nome de Eva tem iniciais que nos esclarecem de qualquer maneira o seu

significado: *Emporium vitae animali* (Fornecedor da vida animal). Para outros a mulher é um "mammifero"

Fonte: Revista da Semana (1930, ed. 00036, p. 02).

Ao afirmar que é mais fácil a mulher ter sido gerada de uma barbatana do que de uma costela, a criação de Eva é distanciada da criação de Adão. Apesar dos discursos ressaltarem a submissão de Eva para com Adão, a associação de ser originada da costela implica uma associação do feminino ao masculino de estarem ao lado ou como a publicação cita, a única razão para essa narrativa seria a de "acreditar que a mulher ficará sempre colada às costelas do homem" (Revista da Semana, 1930, ed. 00036, p.02), indicando a necessidade de se desassociar do feminino.

A publicação reforça a culpa de Eva na origem dos males no mundo e associa o seu nome a um significado "Emporium vitae animali (Fornecedor da vida animal)", resumindo-a a essa tarefa/missão.

Figura 82: A mulher (2)

de luxo". Outr'ora classificavam a mulher como um bicho de cabelos longos e idéas curtas; mas os cabelos "*a la garçonne*" vieram tirar o efeito da definição. Quando muito, essa definição deveria transformar-se na seguinte. Um cephalopode de saia curta, pois todo o miolo de muitas se resume nas pernas. E' com ellas que ganham a vida.

A virgem é um abysmo, a casada um perigo, a mãe um paraíso, a viúva um purgatorio, a solteirona um inferno.

Invertam estas afirmações e o resultado ainda dá certo. Uma mulher feia dóe ao coração; bonita dóe à cabeça.

Houve uma occasião um valente e paciente pesquisador, psycho-physiologista, o qual pediu á propria noiva que se deixasse estudar os olhos durante algumas horas, para o fim de ser decifrado o enigma da alma feminina.

Resultado: o grande sabio ao cabo de uma hora foi levado ao hospicio, doido varrido.

Confucio e toda a manada de philosophos tinham a convicção de que a mulher é a sombra ~~luminosa~~ do homem.

Aos 16 annos a loucura, aos vinte a pa-



Fonte: Revista da Semana (1930, ed. 00036, p. 02).

A continuação dos discursos reforça a negatividade da imagem feminina, ao classificá-la como um "mammifero de luxo" para alguns, reduz a mulher a algo de valor, não necessariamente um ser humano, pois o uso da palavra "mammifero" indica uma desumanização, encaixando-a na categoria animal, o adjetivo "luxo" vem para apontar que a mulher é algo desejado e valioso, mas não pela sua humanidade, mas sim como algo que pode ser possuído.

As classificações seguem e novamente a imagem feminina é desumanizada, agora ao ser caracterizada como um bicho, "um bicho de cabelos longos e idéas curtas", ao ser associada a um bicho a capacidade de pensar racionalmente já lhe é retirada, mas o termo "idéas curtas" vem para enfatizar ainda mais a falta de intelectualidade e de pensamento. O efeito dessa definição é tirado, mas a expressão entrou em desuso não porque a mulher deixou de ser considerada como um bicho ou porque sua habilidade de pensamento foi considerada, mas sim devido a mudança de

corte de cabelo, pois agora as mulheres não usavam mais os cabelos longos, visto que o modelo em alta era o “a la garçonne”, caracterizado por fios curtos.

Outra classificação seria associá-las a uma “cephalopode de saia curta”, novamente uma classe animal. Os cefalópodes são animais que possuem os pés (podes) na cabeça (cefalo)³⁸, como os polvos e as lulas. E assim seriam as mulheres “pois todo o miolo de muitas se resume nas pernas”, revelando uma conotação sexual que continua “É com elas que ganham a vida”, restringindo-as a aspectos sexuais que seriam responsáveis por obter sua sobrevivência, recursos e conquistas. Dessa forma, a importância feminina e o ganho da vida estariam ligados à sua sexualidade, seja para finalidade de reprodução ou para sanar os desejos masculinos.

O texto continua distribuindo características as mulheres, “A virgem é um abysmo, a casada um perigo, a mãe um paraíso, a viúva um purgatório, a solteirona um inferno”. É importante notar a valorização que a maternidade concede às mulheres, na qual única característica positiva atribuída ao ser feminino na publicação é relacionada à figura da mãe, mesmo com a afirmação posterior de que, se inverter essas afirmações, ainda assim o resultado será o mesmo, a escolha por colocar a maternidade como um ponto positivo, de início na publicação, diz sobre como ela é a princípio percebida. Deturpando a “natureza” e a ordem divina ao não exercer a sua predestinação materna, consequentemente nenhuma característica positiva pode ser apontada e a solteirona, aqui apresentada será descrita como um “inferno”. E independentemente de beleza a mulher continuaria sendo uma dor de cabeça, “Uma mulher feia dóe o coração; bonita dóe á cabeça”.

É relatado também o episódio no qual um pesquisador, caracterizado como valente, pois seria preciso coragem para tentar decifrar o enigma da alma feminina, acabou ficando louco. O feminino é definido por enigmas e mistérios; no imaginário ocidental as mulheres ocupam um lugar indecifrável, desconhecido e imprevisível; distante de serem compreendidas, se interligariam à falta de racionalidade e de lógica como forma de explicar a ausência de confiança e de autonomia (Luana Villac, 2014).

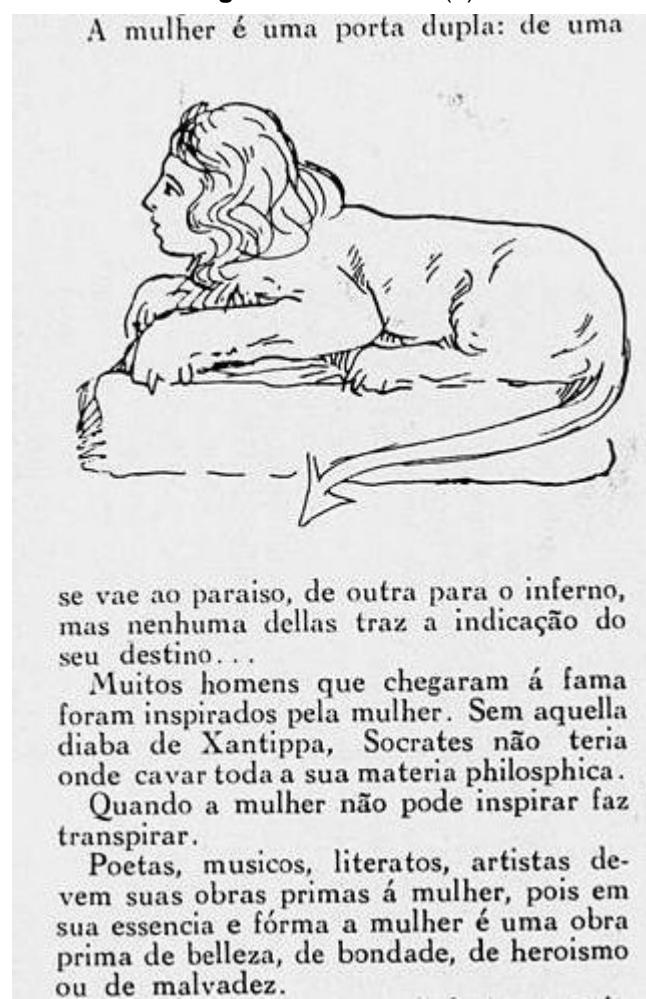
A capacidade reprodutora, historicamente, também foi perpassada por mistérios, contribuindo para o “enigmático feminino”, além disso, as mulheres foram destacadas por uma possível desestabilidade emocional, difícil de se compreender.

³⁸ Encontrado em https://www.infoescola.com/animais/cefalopodes/#google_vignette. Acesso em 10/12/2024.

[...] desde sempre, em toda parte, tem-se medo do feminino, do mistério da fecundidade e da maternidade, fonte de tabus, ritos e temores. Mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora, a mulher é acusada de trazer sobre a terra o pecado, a infelicidade e a morte. Terror de sua fisiologia cíclica, lunática e de suas secreções sangrentas e do líquido amniótico, úmida e cheia de odores, ser impuro, para sempre manchada (Marilena Chauí, 1987, p. 38).

Em continuação, o texto se refere à mulher como uma porta dupla, podendo levar ao paraíso ou ao inferno, sendo ilustrada através da imagem enigmática da esfinge:

Figura 83: A mulher (3)



Fonte: Revista da Semana (1930, ed. 00036, p. 03).

A dicotomia feminina se apresenta novamente, como dois polos distantes que não podem se misturar, para as mulheres restam apenas dois estereótipos: ou muito boa ou muito má. Em continuação, as mulheres são novamente descritas. As características positivas atribuídas a elas serão no âmbito do amor, da maternidade e

da virtude, como atesta Liebel (2004, p. 8): “O homem relaciona-se à espiritualidade, sendo considerado o portador de um caráter superior perturbado pela natureza feminina. A mulher é, em sua essência, instintiva, dionisíaca, e o homem, racional, apolíneo”; na maternidade o ser feminino se aproximaria da imagem de Maria, se tornando assim divinizada. Observa-se também o dispositivo amoroso, no qual a valorização feminina só viria através do amor e dos âmbitos que o mesmo deveria perpassar, como a própria maternidade e nas características que interligam as mulheres a docura e devoção, consideradas como virtudes, como o texto coloca, “heroica na virtude”.

Figura 84: A mulher (4)

Sublime no amor, divina na maternidade, terrível no ciúme, nectar dos sentidos, veneno da alma, violenta nos caprichos, extravagante na vaidade, heroica na virtude, perversa nos vícios, deusa com cauda de Satanaz, a mulher é o reflexo dos próprios sentimentos do homem.

Fonte: Revista da Semana (1930, ed. 036, p. 03).

Para finalizar, é dito que estavam indo muitas mulheres bonitas para o inferno, tanto que a porta do mesmo se tornou pequena para a grande quantidade. Como solução, foi aberta uma porta pequena ao lado para que os homens pudessem entrar, no entanto, eles corriam para a outra porta ao verem elas entrarem. Satanás, tendo outra ideia, colocou sobre a nova porta uma placa que dizia “PARAISO (Reservado só aos homens), como forma de os homens adentrarem na porta reservada a eles, no entanto, ao observar posteriormente, notou que os homens que estavam ali eram mulheres travestidas.

Considerando apenas o aspecto biológico, esses “homens” ainda seriam considerados mulheres, e o inferno continuava a ter um grande número destas, tanto que não se sabia mais onde colocá-las; como última solução, Satanás enviou Lucifer para que, disfarçado de anjo do bem, pregasse conselhos virtuosos, agindo em favor do paraíso. Todavia, ao voltar do inferno, Lucifer voltou casado, caindo nas artimanhas femininas, sendo impossível escapar desse ser duvidoso e articulado.

Apesar da desvalorização feminina, nesse caso, ela se torna um tudo pela capacidade de envolver o masculino ao ponto de mudar essa concepção “A mulher é

um nada que é tudo", o polo do bem e do mal é novamente colocado, e mesmo sendo um ser inconfiável, com a possibilidade de levar o homem à ruína, a obsessão deste pelo ser feminino ainda é maior. Isso se refere à destituição do homem da capacidade racional: "a mulher faz o homem perder a cabeça", afirmação extremamente problemática que encontra materialidade; ao ser utilizada, todas as ações masculinas não pensadas, até mesmo as consideradas graves, gerariam novamente uma culpabilidade feminina. A razão é considerada algo intrínseco do homem; se a mulher possuía capacidade de desestabilizá-la, é também criado um ar de receio e necessidade de controle.

Figura 85: A mulher (5)



Fonte: Revista da Semana (1930, ed. 00036, p. 03).

Como já apresentado, em contraposição à imagem de Eva, irá ser originada e desenvolvida a imagem da Virgem Maria, dotada de bondade, pureza e virtudes, uma forma de exaltar o feminino, provando que é possível uma redenção; através da Ave (Maria), as filhas de Eva, conseguiriam uma remissão. A Igreja, assim, possuiria uma figura representativa para as mulheres e, além disso, um modelo imposto a ser seguido.

A imagem oposta, a da mulher redentora, concentrava-se na figura da Virgem Maria. Quem melhor podia sintetizar os valores cristãos? Mãe de Cristo, e, por extensão, de todo o gênero humano, não obstante ter sido imaculada, permanecendo virgem e pura. (Macedo, 2002, p. 69)

Na *Revista da Semana*, encontramos algumas homenagens à Maria, mãe de Deus, em especial no mês de maio, considerado como o mês mariano. Maria abriu a possibilidade de redenção a partir do momento em que aceitou gerar o filho de Deus, ou seja, através da sua maternidade; por meio dela, as mulheres reconstituíram uma imagem positiva, associada a características doces e de amor sublime, como podemos ver na imagem abaixo (figura 86):

Figura 86: Salvé Rainha! (1)



Fonte: Revista da Semana (1935, ed. 00021, s/p).

O texto exalta o mês de maio e a Virgem Maria, associando-os a beleza, flores, bondade, perfeição e santidade. São relatadas também as novenas que ainda ocorrem no mês mariano. O escritor, Berilo Neves narra sua própria experiência, incluindo o seu amor por esse mês florido, como o próprio coloca.

Figura 87: Salvé Rainha! (2)

* *

Maio... Comecei a amar, muito cedo, este mez florido. Era muito longe, numa cidade humilde, onde a voz do sino chamaava os fieis, todas as noites, para as novenas em honra de Maria. Dentro, o incenso, a ladainha, as cabeças curvadas aos pés da Senhora da Graça... Depois, a preédica, o latim canonico exaltando a Mãe de Deus, a protectora incansavel dos homens. Lá fóra, a noite limpida, toda uma cathedral sem tecto, com o Cruzeiro do Sul cantando a ladainha de luz que os homens ainda não souberam decifrar na sua linguagem rude... Que docura, em tudo! Como era simples a alegria de ir a uma novena! De lá para aqui, vão muitos annos de trabalhos, em que ouvi outros orgãos mais potentes, e outras prédicas mais ricas de eloquencia e de latim canonico... Mas nunca o incenso de outras igrejas entraram melhor na minha alma, e nunca mais vi Senhora mais bella do que a daquellea matriz pobre, que era da Graça e tinha um manto todo cheio de estrellas scintilantes! . . .

Fonte: Revista da Semana (1935, ed. 00021, s/p).

A continuação da glorificação à Maria por sua maternidade continua, “Ninguem vos imaginaria velha ou coberta de andrajos. Apezar disso, tivestes tambem a consagração suprema de ser Mãe”. Com traços doces, amorosos e delicados, Maria torna-se modelo para todas as mulheres, cujas virtudes seriam espelhadas nesse ideal de ternura e amor maternal, incentivando-as a seguir seu exemplo, inclusive se tornando mães.

Em outro texto escrito por Berillo Neves (figura 88), intitulado de “Hymno ao Sol”, falando da necessidade do sol e da sua fundamental atuação na terra de forma poética, o autor cita também as mulheres, apontando-as como um ser inconfiável: “São meigas como as pombas, e desleais como os ventos”; e faz uma divisão de estereótipos: “Ou são santas, ou criminosas”, para além disso, é envolvida a maternidade: “Ou mães divinas, ou amantes perversíssimas”.

Essa divisão é extremamente prejudicial, pois tenta encaixar as mulheres em apenas duas categorias binárias, para que assim seja mais fácil identificar aquelas mulheres “boas” e dentro da normalidade esperada, que consequentemente merecem valorização pelas características passivas e de abnegação, pois para o bom funcionamento da ordem patriarcal e do casamento é necessária uma imagem feminina purificada pela maternidade e aquela considerada “má”, que deve ser julgada. Causando um impacto psicológico nas mulheres, uma ansiedade e o desejo de ser aceita, tentando se encaixar no ideal de perfeição representado por Maria, e a culpabilidade, a vergonha e o medo de serem associadas a Eva (Colling, 2014).

Figura 88: Hymno ao Sol

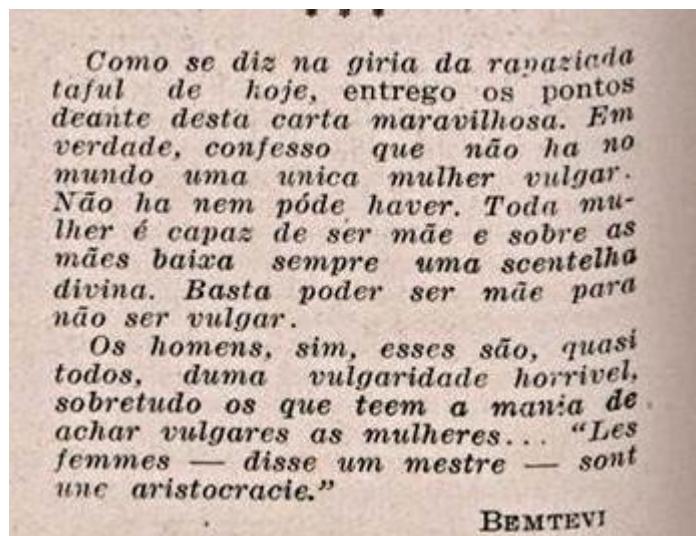
As mulheres são morenas como o Christo.
Têm a côr severa das tardes tropicaes. São
meigas como as pombas, e desleaes como
os ventos. Ha, em cada uma dellas, uma
tempestade potencial. Ou são santas, ou
criminosas. Ou mães divinas, ou amantes
perversissimas... Nesta altura do Mundo,
tu és, Phebo terrivel, um alliado das Es-
pecies e um traidor dos Individuos...
*

Fonte: Revista da Semana (1935, ed. 00051, s/p).

Além de que, na frase “As mulheres são como o Christo. Têm a côr severa das tardes tropicaes”, ao compará-las com Cristo, pode indicar a ideia de renúncia e sacrifício, características esperadas das mulheres, principalmente na maternidade. Criando a representação da mulher como um ser de sacrifício, aquela que suporta duas provas em nome da ordem social e familiar. Acentuando a construção histórica da maternidade como uma missão sagrada. Ademais, ao afirmar que as mulheres são “morenas como Christo” e que têm “a côr severa das tardes tropicaes”, além da abnegação, a palavra “severa”, sugere algo rígido, estabelecendo uma relação entre a pele morena e algo árduo, duro. A severidade junto com o estereótipo de sacrifício pode ser interpretada como o sacrifício feminino, a exploração histórica de seus corpos, principalmente do corpo racializado, já associado e resumido à severidade do sofrimento. Incluindo também o uso da palavra “tropicaes”, indicando a construção geográfica e simbólica do Brasil.

Na publicação seguinte (figura 89) sugere que a vulgaridade faz parte das mulheres, “Então, todas são assim vulgares, Bemtevi!”, depois no recorte abaixo, notamos que se tem uma contradição, “Em verdade, confesso que não há no mundo uma única mulher vulgar. Não há nem pode haver”, isso porque todas as mulheres são capazes de serem mães e a partir desse momento passariam a possuir uma centelha divina que acabaria com a sua vulgaridade.

Figura 89: Aristocracia feminina



Fonte: Fon-Fon (1936 ed. 00004, s/p).

No parágrafo seguinte, é dito que os homens que são seres vulgares, principalmente aqueles que têm o costume de considerar as mulheres como tal, e para finalizar é enunciado “Les femmes – disse um mestre – sont une aristocracie”. Um mestre disse “As mulheres são uma aristocracia”, o conceito de aristocracia se associa a privilégios obtidos hereditariamente, logo, a maternidade é vista como um privilégio concedido de forma hereditária, pois concede às mulheres a possibilidade de valorização e de desassociar-se de características depreciativas, concedendo-lhes também uma forma de poder.

Além de redimir as mulheres, a maternidade as atravessaria de uma forma tão profunda, tocando-as, que geraria o perdão para aqueles que de alguma forma lhe fizeram algum tipo de mal. O texto intitulado de “Absolvição” (figura 90), de Lourdes Pedreira de Freitas, conta a história de Andréa; o cenário é uma viagem em que busca esparecer. Andréa fora casada com Sérgio, relação de anos e de espera, destruída por Sérgio ter “esposado” outra mulher. Andréa encontrou outro homem, Claudio Luiz,

que lhe devolveu o que Sérgio havia lhe retirado, procurando retribuir toda a afeição oferecida a ela. Uniu-se a Claudio pelo matrimônio e formaram um lar, como podemos ver abaixo:

Figura 90: Absolvição (1)

Unidos pelo matrimônio, construiriam um lar no respeito, na estima, baseado. Andréa, em breve, aureolada pela maternidade, cumpria a missão que enobrece, dignifica a mulher. Ella soubera esteril a união do ex-noivo, arruinada pela incompatibilidade de genios, que faria crer redundasse, em curto espaço de tempo, numa escandalosa separação conjugal.

Fonte: Fon-Fon (1936, ed. 00045, p. 07).

Andréa logo seria “aureolada” pela maternidade, o verbo aureolar, implica em ser glorificada e elevada, assim como o texto demonstra em sua continuação “cumpria a missão que missão que enobrece, dignifica a mulher”. Ademais, a aureola é um símbolo iconográfico que simboliza a santidade, representada por um círculo dourado que se faz presente na cabeça do indivíduo, existente na retratação de santos da Igreja Católica e do próprio Jesus. A maternidade possuiria a capacidade de elevar a mulher ao próprio nível de santidade existente naqueles³⁹.

³⁹ Encontrado em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/aur%C3%A9ola>. Acesso em 13/12/2024. Encontrado em: <https://www.dicio.com.br/aureolar/>. Acesso em 13/12/2024.

Figura 91: Absolvição (2)

Na amizade confortadora do esposo, encontrará, tambem, a paz de espirito de que tanto carecia ; na posse daquella creança, que criará, déra forma, se operára o suavissimo milagre de fazê-l-a esquecer o que padecêra.

Consegue — pela primeira vez — redimir Sergio da culpa commettida : cicatrizará-se-lhe o coração ! Deante de seus olhos encantados, perpassam todas as maravilhas do Universo, reflectidas na imagem do filhinho, que, amorosa, orgulhosamente, aconchega ao seio, como para melhor guardar o thesouro maximo de sua felicidade...

Fonte: Fon-Fon (1936, ed. 00045, p. 07).

O perdão e a paz de espírito depois da traição de Sérgio são somente encontrados na amizade com o novo esposo e na posse de sua criança. A inquietação que sentia antes pôde ser sanada como um “suave milagre” como o texto coloca. A maternidade, neste caso, não redimi somente a mulher de sua culpa, mas a perpassa de uma forma tão intensa que é capaz de gerar o perdão e redimir aqueles que a fizeram mal.

Com uma capacidade transformadora na vida feminina, é esperado que a maternidade venha suavizar as mulheres, torná-las mais dóceis, suaves e amorosas, aspectos constituintes do dispositivo amoroso para como forma de controle, os discursos são constituídos e continuam no mesmo padrão de valorização, promessas de felicidade e de readmissão, cura de todas as pendências e dores do passado, e orgulho por gerar e cuidar daquela criança.

Esses aspectos podem sim se fazer presentes nas vivências maternas, mas a forma como as narrativas são construídas é realmente como uma promessa transformadora que será inata na vida de todas aquelas que se tornarem mães. O orgulho constituído é uma forma de fazer essas mulheres se sentirem úteis para com a sociedade e para a Pátria.

Se tornando também motivo de orgulho para a Pátria, como afirmado no capítulo um, a maternidade é um dos domínios de interesse do Estado, visto a importância que é atribuída às crianças por serem uma provisão preciosa. Por isso, a necessidade da criação de discursos que não só a naturalizem, transformando-a em um aspecto constituinte da identidade e da valorização do feminino, mas que idealizem a imagem de uma mãe que esteja em congruência com esses interesses.

Se para a criança está sendo desenvolvida a sua futura renda. Para as mães a dedicação materna irá gerar uma renda psíquica, os discursos estimulam a satisfação, a realização e a valorização de ver que seu trabalho obteve sucesso, dessa forma, a maternidade é antes de tudo, um investimento.

Pode-se portanto analisar em termos de investimento, de custo de capital, de benefício do capital investido, de benefício econômico e de benefício psicológico, toda essa relação que podemos [chamar], se vocês quiserem, de relação formativa ou de relação educacional, no sentido bem amplo do termo, entre mãe e filho (Foucault, 2008, p. 335)

Portanto, não se pode restringir a maternidade a uma condição intrínseca à natureza feminina. Ela é atravessada por múltiplas dimensões — sociais, culturais, políticas e econômicas — que se moldam e se redefinem continuamente. A maternidade não é apenas fruto do instinto ou do afeto; é o centro de discursos diversos, guiados por interesses que buscam normalizá-la e naturalizá-la para consolidá-la como parte de uma suposta ordem inquestionável. Por isso, é fundamental que a maternidade seja analisada para além dos limites do amor materno ou dos aspectos puramente afetivos e sentimentais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desses fatores, a maternidade não pode ser reduzida e compreendida somente sob a perspectiva biológica. As mulheres estão inseridas em um contexto muito mais abrangente, que transcende essa dimensão. Para além do biológico, são constituídas por aspectos culturais e sociais que irão moldar as suas vivencias, experiências e até mesmo os seus desejos, inclusive o de ser ou não mãe.

Por isso considerar a maternidade apenas em fatores biológicos, seria reduzir todas as influências que perpassam essa temática. Ao longo da história, a concepção materna e a valorização do papel materno apresentam continuidades e descontinuidades, significados e ressignificações, variando conforme condições sociais de determinada época. Assim, a maternidade deve ser entendida como uma construção sociocultural, da elaboração de valores, crenças e costumes interligados às necessidades sociais.

A criação do “mito do amor materno” é um exemplo dessas construções. Com a transformação da percepção sobre a importância da criança na sociedade, passando a ser vista como um elemento fundamental, tanto para o progresso nacional, quanto para o desenvolvimento econômico, especialmente em um contexto marcado por altas taxas de mortalidade infantil, tornou-se necessário promover uma reconfiguração da imagem e das atitudes maternas.

A partir desse momento, as práticas maternas passaram a ser orientadas por ideais de amor e instinto materno, resultando na formação de um estereótipo de mães que se fundamenta em amor, devoção e sacrifício integral na criação e no cuidado dos filhos. Anteriormente, o contato entre mães e filhos era frequentemente limitado, com as crianças sendo corriqueiramente entregues a amas de leite para cuidados. Contudo, essa nova concepção exigia que as mães estabelecessem um vínculo profundo e abrangente com seus filhos, refletindo uma mudança significativa nas expectativas sociais em relação à maternidade.

Observa-se uma continuidade e uma disseminação desses ideais na imprensa brasileira do século XX. Tal como no século XVIII, o Brasil lidava com elevadas taxas de mortalidade, o que tornava imperativa a transformação desse panorama, visando a edificação de uma Nação robusta, alicerçada nos princípios de ordem e progresso, além de um desenvolvimento econômico sólido. Nesse contexto, emergia novamente

a necessidade de fomentar hábitos e cultivar o desejo materno, reconhecendo a importância da figura da mãe, na construção de uma sociedade mais forte e desenvolvida. Assim, a maternidade transcendia a relação mãe e filho e se tornava um papel social, um pilar fundamental para a formação de uma identidade nacional.

Nesse contexto, o conceito de naturalização da maternidade, fundamentado em aspectos biológicos, é novamente evocado, impondo às mulheres um discurso de determinismo biológico. A maternidade é perpetuada e enfatizada como o único destino feminino, a razão de sua existência, para a qual foram designadas, sendo o único espaço onde poderiam alcançar realização e plenitude, tornando-se, assim, verdadeiras mulheres. As mulheres, portanto, são reduzidas à sua função materna, com sua valorização sendo mensurada exclusivamente por meio dessa atribuição. Essa perspectiva limita a compreensão da identidade feminina, restringindo-a a um papel que, embora significativo, não abarca a totalidade de suas potencialidades e contribuições para a sociedade.

A construção da identidade materna tem início desde o nascimento, sustentada pela concepção de que "a mulher nasceu para ser mãe". Nesse sentido, desde a infância, as meninas são inseridas em práticas performativas de maneira sutil e natural, frequentemente imperceptíveis, mas que se fundamentam na dicotomia de gênero e na preparação feminina para o papel materno. As atividades lúdicas destinadas às meninas, que frequentemente envolvem o uso de bonecas ou objetos associados ao ambiente doméstico, servem para encenar esse futuro, preparando-as desde tenra idade para a assunção de funções na esfera privada, na domesticidade e no cuidado dos filhos.

Dessa maneira, a constituição das identidades de gênero ocorre por meio de brincadeiras e brinquedos, que, embora possam parecer "naturais e inocentes", são exemplos de como as crianças são inseridas nesse universo desde cedo. As bonecas, em particular, se consolidam como um símbolo para as meninas, representando não apenas o carinho e o cuidado maternal, mas também servindo como uma forma de aprendizagem e iniciação silenciosa para a maternidade. Essa dinâmica revela um caráter pedagógico dos brinquedos na formação das identidades de gênero e na socialização das crianças.

As meninas são também apresentadas à valorização maternal. Por meio dos bons cuidados com suas bonecas/filhas elas seriam admiradas e elogiadas, no entanto, quando não agissem dessa forma, seriam repreendidas e questionadas,

sendo ensinadas a não agir dessa forma. Diante disso, começa a se construir uma concepção de que, caso estejam dentro desses moldes, irão ser valorizadas.

Na adolescência, para além desses “atos mais sutis”, eram inseridas em preparações específicas para exercer a maternidade. Instruir essas moças era uma preocupação intensa e constante, em razão das elevadas taxas de mortalidade infantil. O país estava se consolidando no modelo republicano e positivista, a construção de uma nação de pessoas fortes, saudáveis e disciplinadas, aptas para trabalharem, era um dos maiores objetivos, que seria alcançado por meio do papel da mãe.

Caso as mulheres destituíssem do papel materno, seriam intensamente acusadas de não cumprirem a razão de suas vidas, sendo duramente criticadas, como é o caso das solteironas. Era necessário extinguir a possibilidade de se manter solteira e sem filhos, logo, diversos discursos que estereotiparam a imagem da solteirona passaram a circular, para que, assim, se acentuasse ainda mais a vontade das outras mulheres casarem e constituírem as suas famílias, longe da possibilidade de se tornar uma figura tão negativada.

Todavia, a solteirona ainda teria a possibilidade de se redimir, justamente através do cuidado para com os filhos de terceiros, principalmente com os seus sobrinhos, seria uma forma de não destituirem totalmente com a natureza, ela estaria dessa forma, externando o seu instinto e o seu amor materno.

Toda essa conjuntura e preocupação se dão pela importância maternal na sociedade, tanto para fortalecimento político, quanto econômico. A maternidade é parte essencial da grande engrenagem para o funcionamento do capital humano. Por isso, diversos discursos são destinados não somente às mulheres, mas a todos, para justificar a maternidade como inerente à “natureza feminina”, além dos ensinamentos corretos de como cuidar dessas crianças em forma de intensa vigilância, desde o berço.

A maternidade, a partir dessa ótica, já ultrapassou o mero fator biológico, do amor materno, do instinto e também do ato de cuidar, se tornando a principal ferramenta de investimento em um futuro promissor, com a grande possibilidade de gerar sujeitos úteis, considerando as crianças em uma lógica que as consideram como um recurso humano em desenvolvimento, medindo o seu valor por meio da sua capacidade produtiva de responder as demandas sociais.

No entanto, o contexto estudado é demarcado por uma gradativa emancipação feminina, desvinculando-se da esfera privada e adentrando no mercado de trabalho e nos espaços públicos. A preocupação em vincular e estabelecer novamente as mulheres aos territórios domésticos, leva à criação e à intensificação dos discursos, que as revistas femininas, editadas por homens, ajudam a construir.

A valorização da criança se torna uma temática bastante divulgada, reconhecendo-a como futura construtora do progresso. Gerando a consciência de que as crianças representariam muito mais do que simples indivíduos em criação: seriam eles o futuro da nação, atenção e trabalho materno dobrado!

Entre os principais elementos que constituem o capital humano, são destacadas as atividades referentes e relacionadas à saúde, utilizadas como forma de estratégia para prolongar a capacidade produtiva e funcional dos corpos ao longo do tempo. Nesse sentido, a saúde, aqui integrada aos preceitos higienista, emergiram como pontos essenciais, capazes de assegurar a preservação física e o potencial de cada pessoa.

Dentro dessa lógica, saúde e higiene tornam-se investimentos, guiados não somente para o bem-estar social, mas pelas demandas de uma perspectiva que considera os corpos como recursos preciosos a serem cultivados e explorados em benefício social e econômico. A partir disso, foram elaborados uma diversa produção de livros, manuais, cartilhas, seção nova na revista, anúncios e escolas dedicadas à formação feminina, voltados para os cuidados à infância.

A espécie de uma ciência materna é gerada, mas o instinto materno presente da natureza, não seria suficiente? Parece-nos que não, agora é fundamental cientificar os conhecimentos, adentrando a puericultura e os ideais higienistas que estavam ganhando forma no cenário brasileiro, além de convencer essas mães da relevância e dos benefícios da amamentação, não só para a crianças, mas também para elas próprias, inclusive, em aspectos morais.

Os discursos morais e religiosos, buscavam tornar a maternidade em uma porta de redenção para os pecados femininos. Desde o pecado original, atribuída a culpa a Eva, as mulheres naturalmente seriam seres duvidosos e pecaminosos, todavia, na maternidade, elas conseguiriam se desassociar desses estereótipos pejorativos e encontrariam a valorização, em contraposição à imagem de Eva, seguiriam o exemplo da mãe de Jesus, a Virgem Maria.

* * *

A imprensa exerce um grande papel didático, em especial, por meio das revistas, que, por sua vez, assumem uma característica mais leve e visual, contribuindo para criar e sustentar valores, crenças e costumes, desempenhando um importante papel também no estabelecimento de papéis sociais, principalmente do no caso do feminino, pela necessidade de ser constantemente reafirmado para que não seja “abalada” a estrutura social.

A *Revista da Semana* e a *Fon-Fon* foram revistas relevantes na constituição e na propagação de configurações que ajudaram a moldar essa concepção social. Ambas passaram a se dedicar ao público feminino, inserindo temáticas que eram consideradas do “universo das mulheres”, adentravam no espaço doméstico muitas vezes de forma leve e amigável, abrindo até mesmo a possibilidade de essas leitoras serem respondidas por colunistas das revistas, conseguindo assim um conselheiro ou uma amiga, que empregavam e reiteravam os ideais delas esperados. E difundidos, ainda mais por ser uma época em que buscava-se criar uma identidade, adentrando os aspectos do modernismo, do cientificismo e do higienismo.

A *Revista da Semana* e a *Fon-Fon* atuaram na origem e na manutenção de discursos que promoviam um estereótipo feminino que fosse seguido pelas mulheres brasileiras e se interligasse aos objetivos estatais e econômicos, um modelo materno e de domesticidade, pois dele dependia o futuro da Nação, mas também “valorizado” e glorificado, para que, assim, se sentissem admiradas, almejando não estar distantes do modelo pregado.

Dentro de uma extensa e complexa teia de discursos, a maternidade é constituída como um dispositivo importante no controle social e do feminino. Inserida em uma intricada rede de elementos diversos que procuram moldar e regular as experiências das mulheres como mães. Portanto, não se pode restringir a maternidade a uma condição inerente à “natureza da mulher”. Ela é atravessada e constituída por diversas dimensões, sejam elas sociais, políticas, econômicas ou culturais, que a (re)significam e a redefinem continuamente.

A maternidade não é somente fruto do afeto, do amor ou do instinto; é território de fronteira e conflito de diversos discursos, guiados por interesses que buscam naturalizá-la e normalizá-la, devido à sua relevância para o funcionamento social. É necessário que a maternidade seja considerada e analisada para além dos limites do

amor materno, do instinto, da natureza da ou dos aspectos puramente afetivos e sentimentais dos quais ela é instrumento. Foi isso que buscamos realizar neste estudo.

REFERÊNCIAS

FONTES

REVISTA DA SEMANA. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=025909&pesq=>

FON-FON. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=259063&pesq=&pagfis=1>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Gabriela Cavalcanti de. Histeria feminina no Ocidente: Conceito e patologização do corpo da mulher. In: XX Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), 2018, Salvador-Bahia. **Anais XX Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR)**, 2018. v. 2018.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: Sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Tradução de Véra Lucia dos Reis. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800 - 1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D' Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **Textos de História**, Brasília, v. 11, n. 1/2, p. 145-171, 2003.

BHATTACHARYA, Tithi. "O que é a teoria da reprodução social?" IN: Revista Outubro, n. 32, 2019. p. 99-113.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: fatos e mitos. 2^a ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. 499p.

BRAGA, Maria da Graça Reis; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida. Família: Maternidade e Procriação Assistida. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 11-18, jan/abr. 2005.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História**, Góias, p. 94-109, jun. 2010.

BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomeno-logia e teoria feminista. Trad. Jamille Pinheiro Dias. **Caderno de leituras**, n. 78, Chão da Feira, 2018, p. 1-16.

CABRAL, Benedita Edina da Silva Lima. Família e idosos no Nordeste Brasileiro. **Caderno CRH**, Salvador, p. 49-67, 1998.

CARAPINHEIRO, Graça. "Do bio-poder ao poder médico". **Estudos do século XX**, n.5, 2005. Pp. 383-398.

CHASSOT, Attico. A ciência através dos tempos. São Paulo: Moderna, 1994.

CHAUÍ, Marilena. *In:* CARDOSO, Sérgio et al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 38.

CHAVES, Samara Soares de Oliveira. **Idealização da maternidade e vivências subjetivas das mulheres**: análise fílmica do filme "a filha perdida". (Trabalho de Conclusão de Curso), Fortaleza-CE, 2022.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção do corpo feminino na história. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 114 p.

CORDEIRO, Mariana Sbaraini. Mãe – A invenção da História. *In* Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis, 2013.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

COVA, Anne. História da Maternidade: em que ponto estamos? **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n.16, 1º sem., 2011.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi; SAES, Alexandre Macchione. Roberto Simonsen e a Modernização do Brasil na Primeira República. **História Econômica & História de Empresas**, [s. l], v. 17, n. 2, p. 313-352, 2014.

DAMACENO, Nara Siqueira; MARCIANO, Rafaela Paula; MENEZES, Nayara Ruben Calaça Di. As Representações Sociais da Maternidade e o Mito do Amor Materno. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 25, n. 1, p. 199-224, jan/jun. 2021.

DANTAS, Carolina Vianna. Fon-Fon. *In:* ABREU, Alzira Alves de. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República** (1889-1930). Rio de Janeiro: FGV, 2010a.

DANTAS, Carolina Vianna. Revista da Semana. In: ABREU, Alzira Alves de. (Org.). **Dicionário Histórico-Biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV, 2010b.

DELEUZE, Gilles. **O que é um dispositivo?** In G. Deleuze. Dois Regimes de Loucos (pp. 359-369). Rio de Janeiro: Ed. 34, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo:** condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2^aed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

DEL PRIORE, Mary. Magia e Medicina na Colônia: O corpo feminino. In: DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

ESTEVES, Alexandra. Alguns olhares sobre a menstruação. **Ágora – Estudos Clássicos em Debate**, Aveiro, p. 247-266, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa:** mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante Editora, 2017.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann; DILLMANN, Mauro. “A Vossa graça nos nossos sentimentos”: a devoção à virgem como garantia da salvação das almas em um manual de devoção do século XVIII. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 83-118, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **Do Governo dos Vivos** – Curso no Collège de France (1979-1980). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Wmfmartinsfontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica** – Curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Higienizando corpos e mentes: maternidade, ciência e cultura no Brasil nas primeiras décadas do século XX. In: 29a. Reunião Brasileira de Antropologia, 2014, Natal. **Anais da 29a Reunião Brasileira de Antropologia**, 2014.

FREITAS, Patrícia de. A mulher é seu útero: a criação da moderna medicina feminina no brasil. **Antíteses**, Londrina, v. 01, n. 01, p. 174-187, 2008.

GÓIS JUNIOR, E. LOVISOLLO, H. R. Descontinuidades e continuidades do movimento higienista no Brasil do século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte.** Curitiba, v.25, n.1, p.41- 54, set. 2003.

GONÇALO, Olaisylenne dos Santos; SILVA, Alômia Abrantes. A Revista da Semana e o Construto de Mulheres saudáveis e Higiênicas: Leituras sobre o corpo feminino, sexualidade e consumo (1930-1940). *In:* Encontro Estadual de História – ANPUH – PB, XX, 2022, João Pessoa, CCHLA – UFPB. **Anais eletrônicos do XX Encontro Estadual de História – ANPUH – PB: “Independência, revoluções e Modernismos”.** João Pessoa, Editora do CCTA, 2022.

HONOR, André Cabral. Burke e a Nova História Cultural. **Pergaminho: Revista Eletrônica de História - UFPB**, João Pessoa, p. 147-156, out. 2005.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo:** corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE GOFF, Jacques. **O Deus da Idade Média.** Conversas com Jean-Luc Pouthier. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 126 p

LEONI, Antonieta Cardoso Guimarães; SILVA, Euléssia Costa; CASTILHO, Evanizis Dias Frizzera; RUI, Helania Mara Grippa. OS CAMINHOS DA CIÊNCIA NO SÉCULO XIX. In: SGARBI, Antonio Donizetti; OLIVEIRA, Eduardo Augusto Moscon; LEITE, Sidnei Quezada Meireles; SAD, Lígia Arantes (org.). **História e Filosofia da Ciência:** apontamentos para auxiliar na contextualização de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Vitória: Edifes, 2018. p. 239-253.

LIEBEL, Silvia. **Demonização da mulher: a construção do discurso misógino no malleus maleficarum.** 2004. 76 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

LIMA, Priscila Luciene Santos de. A Era Vargas e um Breve Ensaio Histórico de suas Fases. *In:* Congresso Luso-Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania, IV, Curitiba. Percurso – Anais do IV CONLUBRADEC. **Anais eletrônicos [...].** Curitiba: 2019, p. 1-18.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 19, n. 02 (56), 2008.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, Carla B. (Org.) **Fontes históricas.** 3^a ed. São Paulo: Contexto, 2008. Pp.111-153.

LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. *In:* HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 51-81.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MAIA, Cláudia de Jesus. **A invenção da solteirona:** Conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais 1890-1948. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2011. 320p.

MAIA, Cláudia de Jesus. Genealogia da Solteirona no Brasil. In: Simpósio Nacional de História – ANPUH, XXVI, 2001, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...] São Paulo: Associação Nacional de História – ANPUH, 2011.

Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548855457_f9e0ad64f9b281f6510eeb517feb638c.pdf. Acesso em: 02 de novembro de 2023.

MAIA, Janaína dos Santos. **“Mulher à moda da casa”:** O “modelo” de conduta feminina no brasil do ano de 1930 através da Revista Fon Fon. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande - PB, 2016.

MARCELLO, Fabiana Deamorim. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. **Educação&Realidade**, [s. l], v. 29, n. 1, p. 199-213, 2004.

MARCÍLIO, Maria. Mortalidade e Morbidade da Cidade do Rio de Janeiro Imperial. **R. História**, n. 127-128, p. 53-68, jan-jul, São Paulo, 1993.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista:** Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **A medicina da mulher: visões do corpo feminino na constituição da Ginecologia e a da Obstetrícia no século XIX.** Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

MARTINS, Luiz Alberto Moreira; PEIXOTO JUNIOR, Carlos Augusto. Genealogia do Biopoder. **Psicología & Sociedade**, [s.l.], 21 (2), p. 157-165, 2009.

MENDES, Jéssica Salvino; SILVA, Alianna Batista da. Famílias do Brasil: breve análise histórica entre as normas e as rupturas. In: Congresso Nacional Representações de Gênero e de sexualidade, 2015, Campina Grande. XI Colóquio Nacional Representações de Gênero e Sexualidade. Campina Grande: Realize, 2015.

MERLO, Patrícia M.S.. Notas de Pesquisa sobre o estudo da medicina em Portugal no século XVIII. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA UFES/PARIS-EST – SERES VIVOS: REPRESENTAÇÕES, NARRATIVAS E HISTÓRIAS, V., 2016, Espírito Santo. **Anais do V Encontro Internacional UFES/Paria-Est** [...]. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 10. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

MORAIS, Mirtes de. **Maternidade** – Uma análise sociocultural. Curitiba: Appris Editora, 2021.

MORESCHI, Patrícia; BERNARDINA, Danila. A influência Histórica e Cultural da Religião na Sociedade. **Revista Foco**, Curitiba – PR, v. 17, n. 5, p. 01-15, 2024.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAUJO, Maria de Fátima. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. **Psicologia Ciência e Profissão**, [s. l.], p. 44-55, 2004.

NASCIMENTO, Antônia Camila de Oliveira. A influência da ideologia patriarcal na definição dos brinquedos infantis. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n.37, v.14, p. 296-318, 2016.

OLIVEIRA, Susel. Os investimentos em “capital humano”. *In: Margareth Rago; Alfredo Veiga-Neto (Org.). Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho De. A questão feminina: a importância estratégica das mulheres para a regulação da população brasileira (1930-1945). **Cadernos Pagu** (39), julho-dezembro de 2012, p. 313-343.

PAIVA, Wilson Alves de. Natureza e natureza: dois conceitos complementares em Rousseau. **Controvérsia**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 60-65, 2007.

PATRASSO, A. L. de A. O desempenho da Escola de Polícia do Rio de Janeiro e a formação de uma identidade institucional científica (1903-1918). *In: JORNADA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E SAÚDE*, 2, 2013, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...] Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PEREIRA, Maria Apparecida Franco. João Luso, intelectual, jornalista, presença da cultura Luso brasileira, no século XX. *In: Lená Medeiros de Menezes; Chiara Pagnotta. (Org.). Pontes entre a Europa e América Latina (XIX-XXI): história de migrações e mobilidades*. 1ed.Rio de Janeiro: FAPERJ, v. , p. 283-298, 2018.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. 520p.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. *In: MATOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Rachel (org.). O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.

PISSINATI, L. L. . O corpo feminino no pensamento cristão medieval. *In: VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est, 2017, Vitória. Anais do VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est*. Vitória: Periódicos UFES, 2017.

POSTER, Mark. **Teoria Crítica da Família**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

REVEL, Judith. **Foucault**: Conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: formação e sentido. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença**: sexo, contracepção e natalidade na medicina da mulher. Tese (Doutorado em Antropologia) - Programa de PósGraduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência**: o pensamento científico e a ciência no século xix. 2. ed. Brasília: Funag, 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

SANTOS, Elis Denise Lélis dos; FERREIRA FILHO, Luciano Nery; LIMA, Tiago Jessé Souza de. A transmissão dos papéis de gênero na infância a partir das brincadeiras infantis na escola. *In: Conedu – Congresso Nacional de Educação, VI, 2019. Anais eletrônicos [...], [s.l.], 2019.*

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil** / Denise Bernuzzi de Sant'Anna. – São Paulo: Contexto, 2014. (Versão em PDF).

SILVA, Alônia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho**: tessituras de Gênero, (desa)fios da história. 2008. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SILVA, Luciana Leite da; BOTELHO, Denilson. Entre “O pirata antigo e o jornalista moderno”: O cotidiano do fazer jornalístico na Primeira República. *In: Simpósio Nacional de História Cultural, VI, 2012. Teresina. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver - Sentir - Narrar [...]. Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012.*

SCHMITZ, Erik Dorff. UMA BREVE HISTÓRIA DA HISTERIA: da antiguidade até os tempos atuais. **Revista Mosaico**, [s. l], v. 14, p. 227-238, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 02, p. 71-99, 1995.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Clotildes Farias de. **Associativismo pedagógico**: a luz das ligas contra o analfabetismo de Pernambuco e Sergipe (1916-1922). 2019. 219 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão - SE, 2019.

SOUZA, Evelly Rayanne Oliveira; NOGUEIRA, Maria Izabel dos Santos; MACHADO, Ana Karina da Cruz. **ANÁLISE DA EFICÁCIA DO USO DE BONECAS**

TERAPÊUTICAS COM PESSOAS IDOSAS. Perspectivas e Desafios do Cuidado em Saúde na Contemporaneidade, [S.L.], p. 591-610. Editora Realize, 2024.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz**: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras. 1986.

SUAREZ, Fernanda Chiozzini Martins; SOUSA, Júnia Marise Matos. HOMEM RAZÃO E MULHER EMOÇÃO: uma análise da relação dicotômica entre homens e mulheres na visão dos assentados (as). **Ambivalências**, [s. l], v. 4, n. 7, p. 288-308, 2016.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou "a hora e a vez do nomadismo identitário?". **Textos de História**, Brasília, v. 08, n. 1/2, p. 47-84, 2000.

SWAIN, Tania Navarro. Diferença Sexual, uma questão de poder. In: **I SINGELI-Simpósio de Gênero e Literatura da UFC**, 2011, Fortaleza. Adquirir igualdade, valorizando a diferença. Fortaleza: UFC, 2011. v. 1.

SWAIN, Tania Navarro. O dispositivo amoroso e tutti quanti: as artimanhas do patriarcado. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 36, n. 2, p. 264-279, jul/dez. 2023.

TABOADA, Gisele; NERY, João Elias; MARINHO, Maria Gabriela. A Revista da Semana em perspectiva. **Thesis revista eletrônica**, São Paulo, v. 1, n.2, p. 18-31, 2004.

TARDIVO, André Eduardo; ZOLIN, Lúcia Osana. A (DES)CONSTRUÇÃO DA MATERNIDADE NO ROMANCE COM ARMAS SONOLENTAS, DE CAROLA SAAVEDRA. **Revista Ártemis**, [s. l], p. 113-131, 2021.

VAZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. Sobre os modos de produzir as mães: Notas sobre a normatização da maternidade. **Revista Mosaico**, [s.l.], v. 7, n. 1, p. 103-112, jan/jun. 2014.

VEIGA, Ana Maria; PEDRO, Joana Maria. Gênero. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (Org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2. ed. Dourados: Ed. UFGD, 2019.

VILLAC, Luana. A mulher e o enigma: Caminhos e descaminhos da feminilidade. **Rev. Latinoam.** Psicopat. Fund., São Paulo, 17(4), 925-935, dez. 2014.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos**: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018. 301p.

ZANON, Maria Cecilia. A sociedade carioca da Belle Époque nas páginas do Fon-Fon!. **Patrimônio e Memória** (UNESP), v. 4, p. 1-19, 2009.